

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA – FACE
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

CRESCIMENTO ECONÔMICO, APROPRIAÇÃO DA RENDA
E DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS MUNICÍPIOS DO
RIO GRANDE DO SUL ENTRE 1990 E 2000.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora e à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, em 27/04/2006, sob a orientação do professor Dr. Duílio de Ávila Bêni, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Economia do Desenvolvimento.

Mario Luís Moreira Prado,

“Pertencemos a uma época cuja civilização corre o perigo de ser destruída pelos meios da própria civilização”

Nietzche

para Karen e Mariana

Agradecimentos

Encerra-se um processo, mas certamente é iniciada uma nova caminhada. Após mais de uma década fora dos bancos escolares, empreendi a jornada do mestrado em economia do desenvolvimento. Foi um tempo de transpiração, aprendizado e de um fraterno convívio com professores e colegas do Curso. Ficou a certeza da acertada decisão de buscar avançar os estudos e melhor compreender a ciência econômica e das lições e conhecimentos que certamente mais recebi do que pude ofertar, mas que espero poder retribuir e compartilhar. O incentivo ao estudo e o gosto pela Ciência foram e estão renovados. Nesta caminhada - que não foi sem tropeços - sempre tive incentivos para estudar, continuar e cumprir este Mestrado. Encontrei nos professores, nos parentes e familiares, nos poucos e valiosos amigos, nos meus pais – Dario e Marlene e em minha mulher e minha filha o ânimo, a força e cuidado que tantas vezes necessitei e generosamente não me foram, em nenhum tempo, negados.

Necessito agradecer, especialmente aos professores Walter e Adalmir, pelas suas disponibilidade e compreensão. A generosa contribuição do professor Ronaldo – que iniciou comigo a caminhada na escolha e exploração do tema da dissertação. Agradeço a aceitação da não menos difícil missão do professor Duílio, de ser meu orientador que com desprendimento, bom-humor, capacidade de trabalho e, acima de tudo, conhecimentos partilhados tornaram possível o bom encerramento desta dissertação.

Karen, a força explicativa do sucesso deste empreendimento certamente esteve e está presente no apoio incondicional que tenho obtido e que tu partilhas de todas as formas comigo. Foi trabalhoso, cansativo e, nessas atribulações, conseguias ainda me acalmar, incentivar e ensinar. Teu amor, sempre presente, fez meu caminho leve e meu coração desejoso de tornar os (nossos) sonhos realidade. És minha esperança Mariana, minha filha e também incentivadora, que vejas a ciência e a pesquisa com bons e curiosos olhos. Que nossas jornadas e exemplos te auxiliem a buscar teu próprio caminho. És um dos motivos, dos passos e dos sonhos de minha vida.

A todos aqueles que iniciaram e partilharam esta caminhada meus profundos e calorosos agradecimentos os erros e omissões que tenha cometido, espero poder futuramente resgatá-los.

ÍNDICE

Resumo	i
Abstract	ii
Lista de abreviaturas e siglas	iii
Lista de Figuras	iv
Lista das Tabelas	vi
Anexo 1	111
Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – Crescimento e desigualdade	
2.1 – Considerações iniciais	5
2.2 – Crescimento econômico e desigualdade de renda na teoria econômica	10
2.3 – Determinantes e dimensões da pobreza	24
2.3.1 – As causas da pobreza	27
2.3.2 – Mundo desigual e contraditório: crescimento e pobreza	29
2.3.3 – Dimensão monetária e não monetária da pobreza	31
Capítulo 3 – Aspectos Empíricos do crescimento econômico no Brasil e no Rio Grande do Sul	
3.1 – Contexto nacional	38
3.2 – Contexto regional	48
Capítulo 4 – Participação, crescimento e desigualdade nos municípios gaúchos	
4.1 – Material e métodos	58
4.1.1 – Formulação inicial	58
4.1.2 – Crescimento global e setorial	61
4.1.3 – Bem-estar e participação	62
4.1.4 – Concentração, desigualdade e pobreza	66

4.2 – Resultados e Discussão	
4.2.1 – Considerações iniciais	67
4.2.2 – Crescimento global e setorial	70
4.2.3 – Bem-estar e participação	76
4.2.4 – Concentração, desigualdade e pobreza	85
4.2.5 – Análise das Regressões	91
Capítulo 5 – Conclusão	102
Referências bibliográficas	106

Entre os anos de 1991 e 2000, o Rio Grande do Sul obteve um crescimento econômico em torno de 34%. A principal indagação é se o crescimento do produto foi acompanhado de elevação do padrão de vida ou do bem-estar social dos 467 municípios gaúchos. A curva de Kuznets levantou a possibilidade de uma lei que relaciona o crescimento à desigualdade. Para os outros estudiosos, esta hipótese também é válida para o Rio Grande do Sul no período aqui estudado. Por outro lado, a apropriação de renda e, por consequência, o desenvolvimento humano reduziram pobreza e desigualdade de renda encerram a indagação deste estudo. Todavia, as regressões formuladas na presente dissertação recomendam a não aceitação da curva de Kuznets e, apesar das reduções de pobreza, não é possível afirmar que aumentou a apropriação local da renda e que foram reduzidas as desigualdades e elevou-se o bem-estar social.

Palavras chave: crescimento econômico, apropriação de renda, desigualdade, pobreza, curva da kuznets, municípios do Rio Grande do Sul

From 1991 to 2000, the state of Rio Grande do Sul achieved an economic growth of around 34%. The principal issue is whether this growth was followed by the increase in welfare of its 467 municipalities. At first, other authors found that the Kuznets curve is a valid explanation of the relationship between inequality and growth. Also, the appropriation of income and human development reduced poverty and inequality. The results found in the dissertation suggest the not acceptance of the Kuznest's hypothesis, and although is not possible confirm that the appropriation of income was responsible for the to reduction of inequality and thus raised the welfare.

Key words: economic growth, yield appropriation, Rio Grande do Sul municipalities, poverty, Kuznets curve

Lista de Siglas e Abreviaturas

iii

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice do Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice do Desenvolvimento Humano-Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPH – Índice de Pobreza Humana

MC – Matriz de Conversão

MQO – (Método) Mínimos Quadrados Ordinários

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas

PPC – Paridade poder de compra

RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano

SRF – Secretaria da Receita Federal

URV – Unidade Valor de Referência

VAB – Valor Agregado Bruto

Capítulo 3 - Figura	Página
1 – Evolução da taxa de crescimento real do PIB – 1980-2004	39
2 – Exportações, importações e saldo comercial – 1980-2004	41
3 – Composição do investimento na indústria, em % - anos selecionados	44
4 – Dívida líquida do setor público – 1994-2002 (% PIB)	47
5 – Taxas médias do crescimento anual do PIB <i>per capita</i> , estados selecionados e Brasil	50
6 – Relativo dos PIB <i>per capita</i> estados selecionados e Distrito Federal - 1990, 1994, 1997	51
7 – Participação do VAB agropecuário, estados selecionados no total Brasil – 1997	54
8 – Taxas médias da variação real do PIB setorial e total do Rio Grande do Sul e do Brasil, 1990/2002	56
Capítulo 4 – Figura	
1 – Diagrama de dispersão, variáveis escolhidas – 1991	96
2 – Diagrama de dispersão, variáveis escolhidas – 2000	96
Anexo 1 – Quadro de correlações	114
Anexo 1 – Mapas temáticos, Figura	
1 – Índice de Gini, 1991	115
2 – Índice de Gini, 2000	115
3 – Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres, 1991	116
4 – Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres, 2000	116
5 – Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 – 1991	117
6 – Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 – 2000	117
7 – Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 37,75 – 1991	118
8 – Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 – 2000	118
9 – Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal – 1991	119
10 – Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal – 2000	119

Anexo 1 – Histogramas

v

Histogramas – Figura

1 – Índice de Gini, 1991	120
2 – Índice de Gini, 2000	120
3 – Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres, 1991	121
4 – Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres, 2000	121
5 – Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 – 1991	122
6 – Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 – 2000	122
7 – Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal – 1991	123
8 – Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal – 2000	123

LISTA DE TABELAS

vi

Capítulo 3 - Tabela	Página
1 – Evolução do comércio exterior brasileiro – 1980-2004	42
2 – Origem e destinos dos fluxos de comercio externo, em %	43
3 – Produção da indústria por categorias de uso – 1990-2000	46
4 – Taxas médias percentuais do crescimento anual do PIB, estados selecionados e Brasil	49
5 – Variação real acumulada do PIB do Rio Grande do Sul, Brasil e estados selecionados 1986-2000	52
6 – Taxas médias anuais de variação real do PIB total e setorial do Rio Grande do Sul e Brasil, 1970/2002, diferentes subperíodos	53
7 – Taxas médias de crescimento anual do PIB, estados selecionados e Brasil, por períodos Determinados	55
Capítulo 4 - Tabela	
1 – Indicadores selecionados dos estados brasileiros – 1991/2000	68
2 – Adultos analfabetos e sobrevida até 40 anos, estados brasileiros – 1991/2000	69
3 – Valor dos coeficientes de determinação das regressões das regressões das taxas de crescimento contra algumas variáveis selecionadas	70
4 – 15 maiores municípios segundo o PIB total, do Rio Grande do Sul – 1991	71
5 - 15 maiores municípios segundo o PIB total, do Rio Grande do Sul – 2000	71
6 - 15 maiores municípios segundo o crescimento do VAB, do Rio Grande do Sul – 1991/2000	73
7 - 15 maiores municípios segundo o crescimento do VAB agropecuário, do Rio Grande do Sul – 2000	74
8 - 15 maiores municípios segundo o crescimento do VAB industrial, do Rio Grande do Sul – 2000	75
9 - 15 maiores municípios segundo o crescimento do VAB dos serviços, do Rio Grande do Sul – 2000	75
10 - 15 maiores municípios segundo o PIB <i>per capita</i> , do Rio Grande do Sul – 2000	76
11 - 15 maiores municípios segundo o Índice de Apropriação de Renda – 1991	78
12 - 15 maiores municípios segundo o Índice de Apropriação de Renda – 2000	79
13 - 15 maiores municípios, segundo o IDH-Municipal – 2000	80

14 - 15 maiores municípios, segundo o IDH Municipal-Educação – 2000	82
15 - 15 maiores municípios, segundo o IDH Municipal-Longevidade – 2000	83
16 - 15 maiores municípios, segundo o IDH Municipal-Renda – 2000	84
17 - 15 maiores municípios gaúchos, segundo o valor do índice de Gini – 1991 e 2000	85
18 - 15 maiores municípios gaúchos, segundo o crescimento da razão dos 20% Ricos e 40% Pobres – 1991 e 2000	87
19 - 15 maiores municípios conforme critério crescimento da pobreza – 1991 e 2000	88
20 - 15 maiores municípios critério crescimento da indigência – 1991 e 2000	90
21 – Coeficientes estimados – 1991 e 2000 (variável explicada: índice de Gini)	95
22 - Coeficientes estimados – 1991 e 2000 (variável explicada: razão 20% + ricos e 40% + pobres)	97
23 - Coeficientes estimados – 1991 e 2000 (variável explicada: % de indivíduos pobres)	99
24 – Indicadores de Desenvolvimento Humano-Educação e Municipal – 1991 e 2000	100

1 – INTRODUÇÃO

A indústria gaúcha apresentou na década de 1990 uma taxa média anual de crescimento na ordem de 3,5%, ficando quase dois pontos percentuais acima do desempenho nacional. Todavia, apesar desta performance caracterizável como de qualidade média, sabe-se que o produto industrial gaúcho encontra-se espacialmente concentrado.

Deste modo, cumpre indagar sobre a distribuição setorial e espacial desta variável, uma vez que as condições iniciais e a estrutura herdada pela atual geração chegaram agravadas de desigualdades. Segmentando-se o estado em suas tradicionais três regiões - Sul, Norte e Nordeste - fica marcada a distribuição espacial do produto social e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população neste período.

Pode-se observar uma ligeira ampliação das desigualdades regionais internas, dadas pela evolução da estrutura espacial da economia gaúcha, onde as regiões Sul e Norte são eminentemente regiões agrárias. A primeira é caracterizada pelas grandes propriedades, por contraste com a segunda, que apresenta propriedades pequenas e médias. A região Nordeste, o segmento industrializado e economicamente mais avançado, exhibe grandes concentrações urbanas, no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e alguns outros municípios limítrofes.

Em grande medida, os indicadores disponíveis apontam para um elevado grau de dualidade nesta base regional, sendo que a riqueza de alguns enclaves territoriais e setoriais convive com a pobreza e a exclusão social. Com efeito, a produção e a apropriação pelos municípios da renda por eles gerada têm o *quantum* de bem-estar social refletido na vida destas comunidades e na das regiões das quais as mesmas fazem parte.

Assim, ao se calcular, para o ano de 2000, o Índice de Apropriação de Renda do Rio Grande do Sul (IAR_{RS}), que é a razão entre a massa de rendimentos domiciliares permanentes e o valor adicionado, este atinge um percentual de 54,43%. Vale dizer, praticamente são

apropriados pouco mais da metade do que é gerado no estado, sendo esta cifra a média estadual. Dadas as características da desigualdade nacional, não surpreende sobressair o número de 259 municípios que têm a apropriação menor do que a média. A busca pela compreensão das correlações entre produto e apropriação, dos motivos de concentração e desconcentração sócio-econômica e da fixação não proporcional da riqueza produzida nos limites do município gerador constitui precisamente o eixo focal desta dissertação.

Ainda que a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) mostre extrema utilidade para ratificação de visões sobre o desenvolvimento concentrado do estado ou um contraponto a esta visão, busca-se o conhecimento de outras características do desenvolvimento humano municipal, identificando localidades, regiões e seus indicadores. A questão central aqui também indaga: como o crescimento econômico e o desenvolvimento humano deram-se nos municípios do Rio Grande de Sul e quais elementos ou setores foram preponderantes neste processo.

O objetivo deste trabalho é, portanto, investigar, no período de 1991 a 2000, o desempenho e a geração de renda da economia gaúcha através de seus municípios, avaliando o grau em que os efeitos positivos da absorção desta riqueza foram de fato apropriados pela comunidade, na forma de elevação do padrão de bem-estar econômico-social. Dois são os instrumentos destinados à iluminação desta investigação. O primeiro diz respeito à relação entre o grau de desigualdade vigente em cada comunidade e sua correspondente renda *per capita*, conhecida na literatura como a “curva de U invertido de Kuznets”. O segundo, esposando o marco dos conceitos associados à literatura do desenvolvimento endógeno, busca relacionar o grau de desigualdade nas economias locais com a fração do produto social nelas gerado e que fica retido internamente, responsabilizando-se pela elevação das oportunidades de consumo.

As informações estatísticas disponíveis para os municípios pesquisados necessitarão ser recompostas para que não haja bases desiguais de tratamento, pois em 1990 seu

número era da ordem de 333. Em 1996, havia 427 comunas, em 1997 subiu para 467 e em 2001 já havia, por conta das emancipações que ocorreram, um total de 497 municípios. Torna-se, assim, um objetivo secundário desta pesquisa buscar a compatibilização das informações dos 333 municípios existentes no ano de 1991 com as dos 467 existentes até o ano de 2000. A escolha destes marcos prende-se ao fato de terem sido os anos dos últimos censos econômicos.

Neste contexto, serão levantados e agrupados, para os 467 municípios do Rio Grande do Sul, seus Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs), Indicadores de Desigualdade e Indicadores de Pobreza. A seguir, os referidos índices serão confrontados com o crescimento e apropriação econômica para verificar a hipótese teórica na melhoria das condições de vida no período de 1991 a 2000.

A partir da agregação dos municípios e de suas informações será investigada, através de análise de regressão, a hipótese da correlação existente entre as variáveis estudadas, podendo-se também utilizar análise gráfica para delinear efeitos ou variáveis, em conjunto ou isoladamente. Como crescimento econômico, a pesquisa identifica a taxa de variação do Valor Agregado Bruto, a apropriação ou participação comunitária – dada pela razão entre o valor da massa de rendimentos dos domicílios particulares permanentes e o valor agregado bruto, e a melhoria na qualidade de vida pela redução dos indicadores de pobreza.

Os levantamentos e quantificações dos IDHs nos 467 municípios do Rio Grande do Sul, nesse período de pesquisa, formarão uma base de informações que poderão melhor identificar as importâncias e papéis dos componentes deste Índice. Sob a ótica da qualidade de vida e do bem-estar social, os dados relativos ao desempenho dos setores econômicos (agropecuário, industrial, serviços e total), o resultado do índice de apropriação de renda dos municípios, sua composição ou suas partes, juntamente com a visão concernente a educação formam o eixo central desta pesquisa.

A fim de dar conta destes objetivos, a dissertação desdobra-se, além desta introdução, em mais quatro capítulos. No capítulo 2, vai-se discorrer sobre o tema do crescimento econômico, desigualdade de renda, pobreza e indigência. No capítulo 3, são trazidos os contextos nacional e regional, bem como a caracterização dos municípios, segundo os níveis de crescimento econômico. Após, é o tratado material e métodos da pesquisa onde se aponta o resultado e discussões da participação no crescimento econômico e da desigualdade nos 467 municípios do Rio Grande do Sul. Por fim, no capítulo 5, faz-se a conclusão do trabalho, resumindo as principais constatações feitas e estabelecendo algumas considerações adicionais.

2 – CRESCIMENTO E DESIGUALDADE

2.1 – Considerações iniciais

São muitos os estudos e teorias que argumentam que os frutos da expansão econômica nem sempre beneficiam a economia como um todo, nem tampouco o conjunto de sua população (SOUZA, 1999). Há diferentes correntes da teoria econômica que enfocam os conceitos de **crescimento** e **desenvolvimento** econômicos. A aceção clássica os considera como sinônimos, mas uma segunda corrente, voltada para a investigação empírica, considera o crescimento condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente.

A segunda corrente conceitua o crescimento como variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é visto como envolvendo mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. O Índice de Desenvolvimento Humano, divulgado pelo Relatório do Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, é um referencial importante para essa conceituação. Um verdadeiro processo de desenvolvimento deve implicar uma transformação do arcaico em moderno, trazendo, através de mudanças estruturais, melhorias ao conjunto das pessoas de uma comunidade ou região e refletindo-se em maior produtividade e na elevação da renda média dos cidadãos. Nesta corrente estão “classificados” economistas como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Paul Singer, autores de tradição cepalina e marxista, e grande parte dos economistas do desenvolvimento. Para estes pensadores, na esteira do desenvolvimento a economia obtém maior estabilidade, e seu progresso tecnológico e decisões de investimentos para a formação de capital tornam-se endógenos, ou seja, passam a ser gerados dentro do país e ou dentro das regiões.

Barquero (2001) afirma que o sistema produtivo de um país se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (regiões,

idades), mediante investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o controle da comunidade local. Com essas bases a teoria do desenvolvimento endógeno busca investigar como as características locais contribuem para o crescimento e as mudanças estruturais nas regiões e países. Segundo Barquero (2001), essa abordagem necessita visitar três questões: o conceito de desenvolvimento, os mecanismos que o favorecem e as formas mais eficazes de atuação dos atores econômico-sociais.

Para a teoria do desenvolvimento endógeno, a acumulação de capital e o progresso tecnológico são fatores-chave para o crescimento, mas este também é propiciado pela qualificação dos recursos humanos e pelo efeito propagador que a ampliação de capital humano exerce no ambiente das empresas e no entorno sócio-econômico. Investimentos em capital humano produzem aumento do conhecimento difundido por todo o sistema produtivo, gerando economias externas de escala que beneficiam amplamente o sistema econômico. O crescimento endógeno implicaria, portanto, a existência de rendimentos crescentes na economia local ou regional.

A tese central dos modelos de crescimento endógeno, lembra Barquero (2001), seguindo o caminho aberto por Schumpeter e Solow, é que o crescimento econômico depende da introdução de inovações no processo produtivo. O desenvolvimento é um processo que adquire fortemente seu significado no território e, nas sociedades organizadas, se articula através dos sistemas de cidades, sendo o espaço preferido para os sistemas produtivos locais. É neste espaço que se revela a dinâmica do distrito industrial e a identificação de entornos e pólos inovadores. Massey (1984) observa que toda a economia local desempenhou papéis diferentes e específicos na divisão internacional do trabalho e, desta forma, cada território se articula com o sistema econômico, segundo sua própria história.

O aprofundamento da análise crítica pelas teorias econômicas gerais e por aquelas que enfatizam os aspectos vinculados ao território (conseqüências das distâncias, do custo de transporte, da localização geográfica e da distribuição das atividades no espaço) converge, na

atualidade, para as questões estruturais inerentes à organização capitalista de produção. Cabe destacar, seguindo Ferreira (1989), as seguintes: a concentração industrial, a centralização do capital nas mãos de um número reduzido de capitalistas, a concentração e aglomerações geográficas das atividades econômicas, as desigualdades da distribuição pessoal e regional de renda e de riqueza, a divisão social e a exclusão de grupos sociais marginalizados pela economia de mercado, a concorrência inter-capitalista e o progresso tecnológico como forma de dominação.

De todo modo, a trajetória das economias modernas de mercado tem sido investigada sob o prisma da evolução da desigualdade de renda. Segundo a hipótese clássica de Kuznets, que a formulou através de constatações empíricas, a relação entre o PNB *per capita* e a desigualdade de renda evolui ao longo da trajetória do processo de desenvolvimento segundo certo padrão, na forma de um U invertido. A sociedade pobre é igualitária sendo que a desigualdade aumenta numa primeira fase do crescimento da renda *per capita*, para declinar posteriormente, quando se atingem níveis ainda mais elevados de renda. Desse ponto de vista, a tendência esperada é de melhoria da distribuição pessoal da renda em algum momento do desenvolvimento econômico.

Nas discussões sobre crescimento e desenvolvimento econômico, as contas nacionais apresentam medidas importantes das atividades econômicas de um país ou região, pois foram desenhadas com o intuito de possibilitar uma visão geral do “estado” da economia num período específico de tempo. Não obstante, a problemática do desenvolvimento sustentável envolve a produção de outras informações que possibilitem medir o desempenho de países e regiões com respeito às condições econômicas, sociais, ambientais e humanas ao longo do tempo (FEIJÓ *et al.*, 2001).

A preocupação básica é ter medidas síntese, como indicadores e índices, que sejam de fácil compreensão e de produção sistemática e possam ser utilizadas para orientar a tomada de

decisão de governantes e de empresários no tocante a gastos sociais, regulamentação ambiental, medidas de impacto econômico, saúde e educação das populações.

Reconhecendo essa relevância e buscando considerar uma dimensão mais ampla que a medida do crescimento econômico do PIB e de sua divisão *per capita*, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) é uma visão global sobre a situação de desenvolvimento humano nos países (MANCERO, 2001). Desde sua primeira edição, em 1990, este Relatório causou grande impacto e polêmica nos meios acadêmicos e nos governos de diversos países, provocando debates que levaram a ONU a melhoramentos e a adições.

Dessa forma, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pode ser visto como aquela medida síntese que considera aspectos mais amplos para a avaliação do processo de desenvolvimento. A concepção do IDH é a de que em todos os estágios de desenvolvimento econômico algumas necessidades são essenciais para o desenvolvimento humano, sem as quais muitas das escolhas na vida dos indivíduos não chegariam sequer a serem formuladas.

As dimensões ou necessidades do desenvolvimento humano refletem-se em três componentes do Índice:

- i) indicador de longevidade (que é medido em anos, representando a expectativa de vida ao nascer), capturando a dimensão da saúde dos indivíduos;
- ii) educação (combinação de dois indicadores: a taxa de alfabetização de adultos, com peso 2/3 e a taxa de matrículas nos ensinos fundamental, médio e superior, com peso 1/3); e,
- iii) PIB real em dólares *per capita*, ou renda *per capita* ajustada pela paridade do poder de compra.

Estes indicadores não capturam todas as dimensões do desenvolvimento humano. Todavia, eles permitem o conhecimento das condições de cada agrupamento social, nacional, regional ou local. Servem como alerta aos condutores de políticas públicas de que acumular

riquezas é tão importante à população quanto garantir uma boa qualidade de vida aos seus cidadãos, o que só é possível com a redistribuição local dos resultados do esforço produtivo.

Assim é que, no Brasil, os indicadores do IDH nos diferentes estados não refletem somente as condições econômicas. O estudo de Albuquerque (1991) apontou a sociedade do Rio Grande do Sul como aquela que detinha as melhores condições de vida, em comparação com a de outros estados. O trabalho de Targa (1996) investigou as economias paulista e gaúcha, a de São Paulo representando o centro dinâmico da riqueza nacional. Sendo também este o estado com o maior e mais desenvolvido parque industrial e a maior renda *per capita*, Targa (op. cit.) indagou por que os indicadores sociais da população do Rio Grande do Sul apresentavam melhores resultados.

A resposta pode ser construída a partir das teorias sobre a pobreza. Adelmam (1986) afirma que duas distribuições de ativos devem estar realizadas previamente à aceleração do crescimento econômico: a propriedade da terra e a educação básica. Sua distribuição evitaria o aprofundamento das desigualdades sociais por meio do processo de crescimento econômico. No caso do Rio Grande do Sul, sabe-se que a experiência da colonização em pequenas propriedades rurais, com adoção do trabalho familiar, bem como as políticas públicas estaduais voltadas para a escolarização infantil e ensino profissional, no período da Primeira República, contribuíram para melhor distribuição dos ativos referidos. Estas circunstâncias diferenciaram o processo de desenvolvimento estadual relativamente a outras regiões do país.

Por outro lado, Furtado (1992), ao comentar os resultados dos trabalhos da teoria da pobreza, é taxativo ao afirmar que existe uma tendência concentradora da renda que perpassa todas as fases da industrialização, quando o ponto de partida tiver sido o crescimento derivado da exportação de produtos primários. No Brasil, foi principalmente a indústria paulista que teve seu surgimento e expansão graças à agro exportação, enquanto no Rio Grande do Sul a produção primária voltou-se primordialmente ao mercado nacional. Voltando-se posteriormente ao regional,

estimulou a formação de indústrias de processamento para um mercado regional com menor concentração da renda (HERRLEIN JR., 2000).

Na formação histórica do Rio Grande do Sul, entretanto, convergiram dois tipos de sociedade. A primeira e mais antiga surgiu baseada na pecuária tradicional, na grande propriedade e na charqueada escravista, e é conhecida como a sociedade da Campanha. A sociedade baseada na agropecuária das colônias, em pequenas propriedades e com trabalho familiar é conhecida como a sociedade da Colônia. As diferenças na formação desta sociedade ainda hoje se refletem nas desigualdades regionais internas do estado e podem ser associadas à divisão macrorregional nas partes Sul, Nordeste e Norte. Até que ponto a teoria da economia do desenvolvimento ajuda a entender esta justaposição de distribuição territorial e funcionalidade econômica é o objeto da próxima seção.

2.2 - Crescimento econômico e desigualdade de renda na teoria econômica

A idéia de crescimento econômico é geralmente vinculada ao surgimento do próprio capitalismo, que traz consigo mudanças tecnológicas e acumulação de capital; alterando de forma substancial as estruturas das sociedades basicamente agrícolas. Nestas, o melhor padrão de crescimento era a ocorrência de boas colheitas e ausência de conflitos, doenças, epidemias ou hecatombes naturais.

Desta observação inicial, decorre interesse em explicar como crescem economicamente as sociedades e como é feita a distribuição da riqueza gerada. No século XX, a produção mundial cresceu entre 30 e 40 vezes e, como a população dobrou, a produção *per capita* cresceu entre 15 e 20 vezes. Aplicam-se aqui as condições de Dobb (1983) para que uma comunidade cresça: a ocorrência de acúmulo de capital, crescimento populacional e progresso tecnológico.

As teorias sobre crescimento e distribuição remontam a François Quesnay. Em seu *Tableau Économique*, o criador do conceito de fisiocracia afirmou ser a agricultura o centro da economia e apontou três classes sociais distintas: a produtiva, a estéril e a ociosa. Adicionalmente, considerava a distribuição da riqueza conforme a identificação das classes proprietárias dos fatores de produção.

A riqueza era produzida a partir da natureza, sendo que e o trabalho humano voltado à produção extrativa ou agrícola gerava um excedente, que pagava seus custos e ultrapassava as necessidades de consumo dos trabalhadores. Portanto, os agricultores eram classificados como pertencentes à primeira classe sócio-econômica. Os produtores de mercadorias industrializadas constituíam a segunda classe, não porque não produzissem, mas porque o faziam na medida idêntica aos custos necessários das matérias-primas gastas, mais sua subsistência. Quesnay não achava que houvesse excedente ou lucro na atividade industrial. Esta e os donos de terra, a terceira classe, consumiam o excedente produzido pela primeira (HUNT,1987).

O tema crescimento econômico foi mais bem desenvolvido por Adam Smith, na sua obra “Riqueza das nações”, publicada em 1776. O que o diferencia da escola anterior é sua explicação de que a riqueza estava vinculada principalmente ao (valor) trabalho e que este interagiu com o capital, tanto agrícola como industrial. O autor buscou identificar os fatores causadores da formação da riqueza nacional. Para tanto, argumentou que a riqueza das nações encontra principal força para o crescimento na divisão do trabalho, a qual permite aumentar a escala de produção.

Uma das principais preocupações de Smith (1983) seria identificar as forças sociais e econômicas que mais promoveriam o bem-estar humano, o qual depende da quantidade do produto do trabalho anual e do número dos indivíduos que deveriam consumi-lo. Analisando as forças que tendiam a aumentar o bem-estar, elaborou o modelo referido a seguir. O capitalismo

seria dividido em dois setores básicos (agricultura e indústria) e a produção de mercadorias em três grupos distintos de insumos (terra, trabalho e capital).

Haveria três classes sociais que corresponderiam aos proprietários destes insumos (donos de terras, trabalhadores e capitalistas), cada uma percebendo uma forma de remuneração distinta (aluguéis, salários e lucros). Smith partia do pressuposto de que o comportamento econômico caracterizava-se por motivos egoístas e gananciosos, pressuposto este que viria a ser o fundamento da economia neoclássica de fins do século XIX e começo do século XX.

Ampliando esta formulação, Smith (1983) afirmou que os atos de Governo tendiam a restringir os mercados, quando o ideal seria o contrário: sua expansão. A intervenção governamental deveria ser estritamente limitada, de sorte que o mercado livre e concorrencial, o *laissez-faire*, seria o melhor caminho para o desenvolvimento, e os atos egoístas dos indivíduos seriam dirigidos como que por uma “mão invisível” para a maximização do bem-estar econômico. David Ricardo, outro grande representante dos economistas clássicos, preocupava-se com as leis que regem a distribuição do produto, pois acreditava ser este o principal problema da Economia Política e, portanto, a chave para a compreensão do sistema econômico (HUNT, 1987).

Ele considerava que os proprietários de terra, os capitalistas e trabalhadores participavam do processo de produção e que o produto social se encontrava repartido na forma de aluguel, lucros e salários, em proporções distintas. A renda era determinada pelo produto da terra marginal, os salários, pelas necessidades de reprodução e subsistência dos trabalhadores e os lucros seriam resgatados pelo resíduo da produção total, deduzidas as duas partes anteriores. Para ele, a prosperidade econômica era sinônimo de acumulação de capital e crescimento.

Os capitalistas, auferindo lucros, acumulavam capitais o que resultava em uma maior demanda por mão-de-obra. O incremento desta aumentava os salários de mercado, acima do salário natural, o que conseqüentemente aumentava a população. Enquanto os capitalistas

auferissem lucros, haveria prosperidade. A dificuldade desta manutenção é a produtividade decrescente na agricultura, que faz cair a renda da terra e os lucros. Com efeito, sucessivas aplicações de trabalho e capital à mesma quantidade de terras menos férteis rendem um produto marginal cada vez menor.

Quando da incorporação de novas terras em virtude do aumento da população, a consequência é que vai caindo também a taxa de lucro, até alcançar o chamado estado estacionário e, a partir dele, o capitalista não estará disposto a investir. Não se deve esquecer que, segundo este pensador da economia política, os interesses dos proprietários de terras sempre se opunham aos interesses de outras classes da comunidade (NAPOLEONI, 1985). O progresso técnico, ensinou Ricardo, permitiria aumentos na produtividade do trabalho e, mesmo não tendo o poder de modificar a dinâmica do estado estacionário, poderia retardar a sua chegada.

Relativamente à crença de que o livre mercado age como uma “mão invisível”, regulando relações e conflitos, coube a ambos, Ricardo e Smith, mostrar que os governos civis não seriam usados pelos capitalistas na defesa do rico contra o pobre. Simplesmente seria a ação local, nacional ou internacional que iria maximizar o interesse dos proprietários do capital sob a perspectiva da teoria do valor-trabalho (HUNT, 1987).

A busca incansável pelo lucro levou a uma divisão cada vez maior do trabalho e à especialização na produção e esta a uma intensa concorrência capitalista, que dominava os mercados e era vista como lei natural e imutável. Reforçava-se, assim, a idéia de que os atos humanos deveriam ser vistos como consequência de decisões racionais.

Jean Baptiste Say, Nassau Senior e Jeremy Bentham, precursores da escola neoclássica, seriam os pensadores que iriam justificar a teoria do valor-utilidade, bem como a formulação central da teoria econômica baseada na harmonia social. Não privilegiando a distinção de classes, acreditavam que o conflito de interesses é inexistente ou sem importância. Desta

forma, especialmente Sênior e seus seguidores tentariam eliminar a distinção entre as rendas das três classes (HUNT e SHERMAN, 1997).

Contrários a estes, William Thompson e Thomas Hodgskin defendiam a “economia política do pobre”, afirmando a existência natural de divergências entre as classes de proprietários de terras e capitalistas. Os atos que viessem a prejudicar seus interesses poderiam beneficiar a classe trabalhadora, fenômeno que deixava clara a importância da distinção conceitual entre renda do trabalho e renda da propriedade, as fontes do antagonismo do capitalismo (HUNT e SHERMAN, 1997).

O problema da composição e distribuição do produto entre salários e lucros seria visto como central na luta de classes sociais (trabalhadores e capitalistas), por representarem interesses divergentes. Esta avaliação está presente no trabalho de Karl Marx. O elemento chave na distribuição da renda entre trabalho e capital é a taxa de exploração, pois os capitalistas, enquanto proprietários dos meios de produção, são capazes de extrair mais-valia da força de trabalho dos trabalhadores.

Para Marx, os capitalistas que gastam seu dinheiro na compra de mercadorias necessárias ao processo produtivo (capital constante e capital variável) elevam os rendimentos dos trabalhadores, mas o resultado do processo é uma distribuição cada vez mais desigual pró capital. Este autor afirmou que a base legal do capital é a lei da propriedade privada, mecanismo através do qual a classe dominante expropria o excedente econômico criado pela classe dos trabalhadores e, ainda “à medida que o capital se acumula, a sorte do trabalhador, quer sua remuneração seja alta ou baixa, tende a piorar” (MARX, 1982).

Resumindo, as correntes até aqui tratadas consideram o sistema econômico como um todo e baseiam as relações sociais, para o estudo da distribuição do produto gerado, em teorias institucionais. Os capitalistas terão um papel principal no investimento e, conseqüentemente, na

acumulação de capital. O crescimento do produto fica determinado pela acumulação deste capital, gerando um *trade-off* entre crescimento e equidade – que implicará uma necessária concentração de renda para que seja possível o crescimento econômico (WELDON, 1988).

Os aspectos distributivos na análise do crescimento econômico, no enfoque neoclássico, não chegam a ser explicitamente considerados. O poder explicativo está colocado na não existência de vínculo entre a propriedade dos fatores de produção, seus proprietários e o *status* decorrente destas posses. Os papéis no jogo social não são de conflitos e sim de cada parte cumprir com seu papel, para todos, harmonicamente, e na proporção do papel exercido, prosperarem.

A ciência da escassez, algo que seja útil e limitado ao mesmo tempo em relação às necessidades, como iria ficar por um longo tempo alcunhada a ciência econômica, é decorrente do pensamento neoclássico e do triunfo do utilitarismo de Willian Jevons, Karl Menger e Léon Walras, e o abandono, a partir destes, da concepção da “mão invisível”. É introduzida a noção do valor-utilidade e uma perspectiva individualista, racional e utilitarista passa a reger as explicações sobre o comportamento dos agentes econômicos. A noção de utilidade marginal decrescente permitiu a estes pensadores (e a seus sucessores) entender como a utilidade determinava os valores. O “marginalismo” viria a permitir que a visão utilitarista da natureza humana, que era considerada somente uma maximização racional e calculista da utilidade, fosse formulada em termos de cálculo diferencial, incorporando o rigor matemático à ciência econômica.

É possível fazer um contraponto histórico, na seguinte dimensão. Enquanto exatamente no momento em que a teoria do valor-trabalho nos escritos de Karl Marx estava buscando identificar os interesses da classe trabalhadora, a teoria da utilidade – presente nas obras de Alfred Marshall e John Bates Clark – sob a perspectiva do mercado, defendia os interesses de

todos os elementos de classes que possuíam meios de produção, não privilegiando a classe trabalhadora (NAPOLEONI, 1985).

No início do século XX, o pensamento econômico começou a enfrentar o tema do desenvolvimento, mérito do economista austríaco Joseph Schumpeter. Em 1911, em sua obra “Teoria do desenvolvimento econômico”, ele diferenciou crescimento e desenvolvimento. Quando há crescimento, a economia funciona em um sistema de fluxo circular, sem inovação, havendo modificações em função do incremento populacional. Por outro lado, ocorrerá desenvolvimento quando a inovação e uma atividade empresarial também inovadora se fizerem presentes (NAPOLEONI, 1979).

A abordagem do desenvolvimento, como problema, tornou-se mais pesquisada a partir das flutuações econômicas havidas em fins do século XIX. A concentração de renda, poder e riqueza nas mãos de poucas nações industrializadas tornou evidente um hiato entre ricos e pobres. A questão da distribuição da riqueza gerada passou então a ser questionada, inclusive porque dentro das próprias economias industrializadas existiam desníveis distributivos (SOUZA, 1997).

Entre os anos de 1900 e 1929, ocorreu um período em que a economia americana cresceu de forma estrondosa. Este crescimento colocou os Estados Unidos muito adiante dos outros países industrializados, elevando-o à condição de primeira potência mundial. Esta prosperidade foi interrompida em 24 de outubro de 1929, no dia conhecido como a “Quinta-Feira Negra”. O valor dos títulos negociados na Bolsa de Nova Iorque iniciou uma trajetória descendente, minando profundamente a confiança nos negócios. Iniciam-se cortes drásticos na produção, nos investimentos, fazendo declinar a renda nacional e, por consequência, gerando-se desemprego em massa.

Entre 1929 e 1932, foram registradas 85 mil falências nos Estados Unidos e mais de 5.000 bancos suspenderam suas operações. O valor das ações em bolsa, de US\$ 87 bilhões, caíram para US\$ 19 bilhões; 12 milhões de pessoas ficariam desempregadas; o produto industrial caiu em 50%, o mesmo ocorrendo com a renda agrícola. Desse modo, a mais próspera economia do planeta foi lançada a uma crise sem precedentes, levando milhões de pessoas à miséria. O sistema capitalista parecia estar à beira de um total colapso (HUNT e SHERMAN, 1987). A Grande Depressão, como ficou conhecido este período, prolongou-se por toda a década de 1930, até a eclosão da II Guerra Mundial.

A ação do Estado nas economias, realizando políticas anticíclicas, buscando reduzir o desemprego e amenizar as flutuações econômicas, o que foi preconizado por Keynes (1988), viria a ser a resposta à “crise de confiança” do capitalismo. A Grande Depressão mostrou que as políticas monetárias e fiscais dos governos são fatores fundamentais para “suavizar” a crise. E, já que os agentes econômicos possuem necessidades que carecem ser satisfeitas, o crescimento econômico precisa existir em um ritmo suficiente para suprir as demandas de diferentes classes sociais e de diferentes localidades.

O desenvolvimento econômico tornou-se, juntamente com a estabilidade e confiança nos agentes econômicos, uma questão necessária e evidente. Com o nascimento da Contabilidade Nacional, também de inspiração keynesiana, comparações começaram a ser feitas entre as rendas *per capita* dos diferentes países e a classificação em ricos e pobres. Foram também publicados diagnósticos pela ONU e Banco Mundial, a partir da II Guerra, fazendo surgir nos países subdesenvolvidos reivindicações de ajuda econômica dos países ricos ou desenvolvidos (SOUZA, 1997).

Constatou-se, com a divulgação dos estudos e das estatísticas dos organismos internacionais, que dois terços da população mundial, classificada como pobre, era detentora de

uma renda *per capita* inferior à da minoria dos pobres dos países ricos. A miséria dos pobres passou, portanto, a ser um problema econômico mundial. Apesar destas justas preocupações, intensificou-se a concentração de renda e o poder econômico, sendo que as desigualdades praticamente não se alteraram neste período.

Lewis (1976), na mesma linha, afirmou que, a partir da II Guerra Mundial, apesar de duas décadas de rápido crescimento econômico, os pobres ainda continuavam pobres e que um refrão constante dos técnicos do desenvolvimento é que crescimento é um processo não igualitário. O ponto de partida deste autor, para explicar crescimento e distribuição, é que o primeiro se dá em enclaves, cercado por atividades tradicionais e que o desenvolvimento não tem de ser igualitário, porque não começa ao mesmo tempo em todas as partes da economia.

Em uma economia, pode haver um ou mais enclaves no início do processo. Os enclaves de desenvolvimento incluem apenas uma minoria da população. É evidente que os efeitos do crescimento de um enclave expandem-se à economia, mas em uma sociedade mais desenvolvida estes benefícios espalham-se de modo mais rápido do que em uma sociedade tradicional (LEWIS, 1976).

O autor denomina “estruturalista” o fracasso de setores tradicionais em responder rapidamente a oportunidades econômicas surgidas. Distingue-o dos modelos de Walras e Keynes, ressaltando que esta falta de resposta é certamente a razão por que o desenvolvimento aumenta a desigualdade. Ele faz uma lista de possibilidades desfavoráveis que um enclave pode causar aos setores tradicionais da economia. Afirma que muitas vezes é necessária a intervenção do governo para que haja partilha da infra-estrutura gerada. Conclui que a distribuição dependerá do modelo de crescimento, sendo as seguintes as componentes principais: a distribuição original da propriedade, a estrutura econômica e a dependência de recursos externos.

Adelman e Morris (1973), estudando a distribuição, afirmaram que, em países classificados como subdesenvolvidos, a teoria da distribuição funcional neoclássica é bastante complicada, pelo pseudo-impacto nos diferenciais de ganhos advindos do mercado. Igualmente, as teorias keynesianas não seriam relevantes porque forças estranhas ao mercado devem restringir a ação dos presumíveis elos entre poupança, investimento e rendimento. Por outro lado, estas autoras trataram como simplista a visão marxista da divisão da sociedade em duas classes. Nesses países, o que elas esperavam eram amplas e variadas influências históricas, sociais e políticas, difíceis de avaliar, e que interviriam conjuntamente às questões econômicas na determinação e distribuição das rendas pessoais. Todavia, no trabalho das autoras aparece a sugestão de que o crescimento econômico teria levado à maior desigualdade na distribuição do rendimento em boa parte dos países tidos, na época, como subdesenvolvidos.

John Adler (1972), refere-se à hipótese de Kuznets, de acordo com a qual, as desigualdades de rendimento tendem a aumentar nas primeiras fases da industrialização nos países subdesenvolvidos. Em seguida, as forças de nivelamento as estabilizam para, após, as reduzirem, dando um formato de U invertido a este movimento. O autor adere à hipótese de Kuznets, afirmando que se não em todos, na maior parte dos países em desenvolvimento as desigualdades de distribuição do rendimento são maiores e mais acentuadas do que foram, antes da inversão das desigualdades, nos países industrializados.

A finalidade do desenvolvimento continua a ser o aumento do produto e, em particular, o aumento da produção industrial. Mas seu êxito não é a redução da pobreza ou das desigualdades e sim somente a obtenção da elevação no crescimento do produto nacional. Esse modelo de base neoclássica é tido como essencialmente vitoriano e simplista, não levando em consideração os problemas da distribuição do rendimento, ratificando-se sua distribuição desigual.

Adler (1972) afirma que a estrutura do poder político das sociedades, especialmente aquelas dos países em desenvolvimento, é, ela própria, uma “trava” à distribuição. As tentativas de modificar esta estrutura contrariam o interesse de grupos econômicos politicamente poderosos e resistentes a mudanças. A estratégia para contornar este problema seria a utilização de canais externos a estas economias, como organismos e fontes internacionais que privilegiassem as melhorias econômicas dos grupos com rendimento mais baixo. No outro extremo, esta mesma natureza política mantém os países pobres em condições de desigualdade relativamente aos ricos. Aos primeiros fica reservada uma posição subalterna no contexto da divisão internacional do trabalho, ficando “incumbidos” da produção de alimentos e matérias-primas estratégicas a baixo custo, de forma a não deprimir a taxa de lucro das economias dos países desenvolvidos.

Andrew Summer (2003), fazendo uma resenha da literatura, busca analisar a evolução dos debates entre pobreza, desigualdade e crescimento econômico nas economias desenvolvidas. Preocupa-o especialmente a dimensão da heterogeneidade das experiências dos países sobre o tema de se o crescimento é bom para mitigar a pobreza e qual a melhor estratégia de crescimento para beneficiá-la.

Nos últimos 50 anos, os temas da pobreza, desigualdade e crescimento se incorporam às preocupações do Banco Mundial, ONU e FMI, na busca de estratégias de redução, particularmente da pobreza, passando a integrar recentemente as Metas do Milênio. Neste período, distinguem-se duas fases de discussão. A primeira precede aos anos 1990. Nela, o foco de interesse estava centrado na relação entre crescimento e desigualdade, ou seja, a indagação era se o crescimento econômico aumenta ou não a desigualdade.

A fase pós-1990 passou a examinar a relação entre pobreza e crescimento: até que ponto o crescimento é suficiente para reduzir a pobreza e também reduzir a desigualdade? Por que taxas de crescimento estão associadas com diferentes taxas de redução de pobreza?

A razão para, a partir dos anos 1990, o debate sobre crescimento ganhar novos contornos é basicamente a publicação pelo Banco Mundial do Relatório do Desenvolvimento Humano. Este passa a divulgar o IDH, centrado nas “teorias” de Amartya Sen e postula completa rejeição da hipótese de Kuznets.

Atkinson (1997), utilizando uma nova base de dados, rejeitou a hipótese de Kuznets. Também Ahluwalia (1976) e Anand e Kanbur (1993a) afirmaram não encontrar relação empírica entre o coeficiente de Gini e o crescimento do PIB *per capita*, usando a mesma base de dados. Uma série de estudos favoreceu esta rejeição, mas nenhum com tanta intensidade quanto os pesquisadores anteriores, (SUMMER, 2003).

Ao mesmo tempo em que os mecanismos de aceitação de que o crescimento conduziria à redução da pobreza foram modificados pela ONU e Amartya Sen, este último estabeleceu uma nova concepção para basear o bem-estar. Auxiliou na criação do IDH, que contempla não só o crescimento da renda *per capita* (medida monetária), mas também outras duas medidas não monetárias. A expectativa de vida e o nível de alfabetização passaram a compor anualmente, a partir de 1990, os Relatórios do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Estes Relatórios anuais buscam focar um problema social relevante, com o intuito de orientar políticas sociais, bem como serem referência do nível de desenvolvimento (humano) dos países.

Argumenta-se que existe relação entre pobreza e crescimento e que estatisticamente existe também uma forte correlação entre PIB *per capita* e desenvolvimento humano (SUMMER, 2003). O crescimento que favorecia os pobres nos anos 1990 surgiu devido ao descontentamento acerca dos dados e da interpretação sobre pobreza e crescimento econômico.

Essa noção buscou responder a questão de quais são os benefícios resultantes do crescimento. Nos anos 1970 esta questão era tratada como crescimento com redistribuição. Nos anos 1980, passou a ser chamada de *broad-based growth* e, finalmente, nos anos 1990, passou a ser problematizada como crescimento com equidade.

Summer (2003) arrola sete concepções acerca do crescimento em favor da pobreza:

- a) ocorre quando existe uma elevada elasticidade da pobreza em relação ao crescimento econômico;
- b) ocorre quando o crescimento econômico reduz a pobreza;
- c) ocorre quando a linha de renda da pobreza está posicionada no quintil inferior, relativa ou absolutamente, mas posicionada melhor do que a média da renda *per capita* e mais do que o crescimento da renda *per capita*;
- d) ocorre quanto a renda da linha de pobreza mais baixa, cresce mais do que a renda da linha de pobreza mais elevada;
- e) ocorre quando o crescimento econômico é mais que proporcional à queda da desigualdade, em que os pobres beneficiam-se deste crescimento mais do que os ricos;
- f) ocorre quando a renda média do quintil inferior decresce duas vezes mais do que a média da renda total; e,
- g) ocorre quando a proporção do incremento da renda dos pobres é maior do que a média do próprio grupo.

Dollar and Kraay (2000), geraram uma controvérsia. Utilizando informações de 80 países e cobrindo 40 anos eles arrolaram as seguintes conclusões acerca do mesmo tema: i) o crescimento econômico é benéfico à pobreza, mas é benéfico por si mesmo; ii) o padrão das políticas em favor dos pobres acontece em ambiente macroeconômico estável, com baixa inflação, mercados abertos, bem como instituições democráticas, mas a educação gera somente benefícios

marginais; e, iii) que a globalização é benéfica à pobreza, pois o comércio aberto eleva a renda acima da média, não havendo evidências de que a liberalização do capital é uma política antipobreza – neste trabalho a elasticidade da pobreza decorrente do crescimento econômico (PEG), está fixada em $-1,0$ (SUMMER, 2003).

Bigsten e Levin (2000) também buscaram, similarmente a Summer, pesquisar a relação entre crescimento econômico, distribuição de renda e pobreza. Declarando ser importante rever as recentes pesquisas acerca das relações deste tema, esses autores, resumidamente, elencam cinco estratégias que contribuem para a redução da pobreza. Em primeiro lugar, afirmam que se deve orientar a economia para produtos exportáveis, baseados em trabalho intensivo. Em segundo lugar, é importante promover a relação entre agricultura e desenvolvimento na área rural com agregação de novas tecnologias. Em seguida, mencionam a necessidade de incrementar os investimentos em capital físico e humano. Em quarto lugar, ressaltam a importância de instituições que fomentem e amparem empreendedores (rurais e urbanos) e, finalmente, reclamam a necessidade de uma rede de proteção com políticas de promoção da saúde e educação, reforçando o capital humano e protegendo os pobres (BIGSTEIN e LEVI, 2000).

A extrema heterogeneidade e relatividade dos conceitos e dos modelos de crescimento e também a falta de uma teoria aplicável não somente aos países desenvolvidos traz de volta a análise e hipóteses de Kuznets, aos estágios de crescimento de Rostow, à análise do crescimento e dos resíduos de Solow. Como avanço ou contraponto ao modelo de Solow, cabe apontar a teoria do crescimento endógeno, que destaca a importância dos papéis desempenhados pelo investimento e poupança nacionais. Com efeito, uma teoria que não leva em conta explicitamente os problemas do crescimento, da distribuição e da pobreza está deixando de lado a maioria dos casos dos países em desenvolvimento, pois poupança e investimento são recursos tão “escassos” quanto a equidade (KENNEDY, 2004).

2.3 - Determinantes e dimensões da pobreza

A face da pobreza vem sendo estudada e revelada através de três elementos. Primeiramente, destaca-se a busca da sua natureza e significado. Em segundo lugar, importa avançar no entendimento das suas causas, o que requer, em terceiro, a utilização de indicadores uni e multidimensionais. Com isto, pode-se verificar a sua evolução no tempo e comparar igualdades ou desigualdades entre regiões e países e, ainda, examinar se o crescimento econômico é fator preponderante para a redução das desigualdades e redistribuição das riquezas. A esta problemática refere-se o Banco Mundial ao afirmar:

“Os países que alcançaram o maior êxito no ataque à pobreza estimularam um padrão de crescimento por meio do uso eficiente de mão-de-obra e investiram no capital humano dos pobres. Os dois elementos são essenciais. O primeiro oferece aos pobres a oportunidade de usar a sua reserva mais abundante: a mão-de-obra; o segundo melhora o seu bem-estar imediato e aumenta a sua capacidade de aproveitar as novas possibilidades abertas. Juntos esses elementos podem melhorar a vida de maioria dos pobres do mundo”. (BANCO MUNDIAL, 1990, p.51).

O esquema de ação contido neste Relatório resultou de seu conceito de pobreza, da análise das suas causas e da experiência dos anos 1970 e 1980, bem como do estado da economia mundial, em fins dos anos 1980. Pobreza era definida como baixo consumo e aproveitamento em educação e saúde. Por seu turno, o desenvolvimento econômico¹ era tido como essencial para debelar este “estado”. A constatação foi a de que, no Leste da Ásia, a pobreza se reduziu de forma significativa, contrariamente à África, América Latina e Ásia Meridional, onde houve uma menor

¹ Desenvolvimento econômico gerado pela liberalização do comércio e dos mercados, pelo investimento em infra-estrutura e pela prestação dos serviços básicos aos pobres, a fim de aumentar o capital humano.

redução ou até mesmo elevação. O estudo constatou que a Indonésia obteve melhor performance relativamente ao Brasil na redução da pobreza por duas razões: o uso intensivo de mão-de-obra e a ampla rede de serviços sociais destinadas aos pobres (Relatório do Banco Mundial, 1990).

Esse Relatório, fazendo uso de um conceito multidisciplinar para o desenvolvimento econômico, amplia a possibilidade de considerar ações voltadas à redução da pobreza, seja de natureza monetária seja não monetária, os dados confirmam que o crescimento econômico melhora a renda dos pobres e, a longo prazo, reduz a pobreza não medida pela renda. É reforçada, desta maneira, a concepção de que a expansão das capacitações humanas dos pobres é fundamental para que estes reduzam sua própria pobreza, seja pelo valor intrínseco da educação e de saúde, seja pela contribuição para outra dimensão, a da renda.

Contudo, as experiências dos anos 1990 reclamam quatro esclarecimentos:

1. O crescimento não pode ser iniciado ou interrompido discricionariamente, pois as reformas de mercado que podem promover o crescimento e reduzir as privações dos pobres são também fontes de desajustes. Os efeitos das reformas de mercado são complexos e estão vinculados com as instituições e estruturas sociais existentes. Portanto, ao contrário do que era esperado, o padrão de crescimento nos países em desenvolvimento não significou usar intensivamente a mão-de-obra não qualificada, até porque na última década as mudanças tecnológicas favoreceram em larga escala a especialização;
2. A ênfase atribuída aos serviços sociais para a formação de capital humano talvez tenha sido por demais otimista em relação às realidades institucionais, sociais e políticas da ação pública. Nos países em desenvolvimento, os investimentos públicos em educação e saúde têm aumentado, porém mais lentamente que o PIB, sugerindo uma possível falta de compromisso com a expansão dos próprios serviços sociais. Cabe notar que a própria eficiência destes investimentos tem sido menor do que a esperada. O que tem ficado demonstrado é que a

eficiência da prestação de serviços tem dependido da capacidade institucional, da estrutura de mercado e dos padrões de influência política locais;

3. A desigualdade não vem sendo reduzida e ganha novas faces ou qualificações: desigualdade de gênero, racial e étnica. Estas divisões sociais podem, em acirrando-se, serem geradoras de círculos viciosos e de conflitos internos nestes próprios grupos sociais, tornando mais aguda a própria desigualdade; e,
4. Os fluxos de capitais privados superam os de capital governamental e reforçam a necessidade de retornos positivos. Por consequência, marginalizam ou excluem os países onde condições institucionais não são as desejadas. Dito de outra forma, as forças de integração, avanços tecnológicos e de comunicação que trazem ventos de progresso não sopram para todos (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1990).

Promover as oportunidades, facilitar a autonomia e melhorar a segurança, segundo o Relatório 2000/2001, tem valor intrínseco para os pobres. Por isso, essas medidas devem, além dos outros pontos, ser integradas à agenda do ataque à pobreza que cada vez mais ratifica a importância de ações não só sob a ótica econômica. Estas ações não podem estar confinadas aos países do mundo que estejam “em desenvolvimento”. São necessárias ações preocupadas com a estabilidade financeira global, mas que assegurem efetivamente aos países e suas populações pobres o acesso aos avanços e facilidades científicas e tecnológicas. Portanto, a abertura dos países ricos para os produtos dos países pobres, maior assistência e, para que os pobres possam auxiliar a si próprios, redução no peso de suas dívidas.

Os elementos estratégicos que contribuirão para a redução da pobreza são, além daqueles de natureza econômica, os que conseguirem ampliar as infra-estruturas para o capital físico e o capital humano, políticas sociais que promovam efetivamente saúde, educação e redes de segurança e de proteção aos pobres. Os países que tiveram sucesso no seu crescimento

econômico foram aqueles que também obtiveram ganhos e sucessos no combate e na redução da pobreza (BIGSTEIN e LEVIN, 2000).

2.3.1 - As causas da pobreza

Para classificar os tipos e causas da pobreza é interessante utilizar o conceito oferecido pelos próprios pobres, participantes do estudo Vozes dos Pobres, elaborado pelo Banco Mundial e realizado em 23 países. "Pobreza é a falta de renda e de recursos para atender as necessidades básicas, quais sejam: alimentação, habitação, vestuário e serviços razoáveis em saúde e educação". Ademais, é a falta de voz e de poder nas instituições estatais e na sociedade no trato dos assuntos que envolvam as suas privações. Por fim, pobreza é também vulnerabilidade a choques adversos combinados com a falta de capacidade de enfrentá-los. Em resumo, pobreza é a privação do bem-estar.

O primeiro item ressaltado como fundamental é o trabalho, pois este é a base para os pobres poderem mudar suas vidas. A riqueza de um povo exerce influência sobre sua melhoria. Na medida em que um país torna-se mais rico, os pobres, em média, também tendem a melhorar, especialmente através do trabalho remunerado. Assim, com crescimento econômico, a pobreza de renda tende a diminuir. A carência de renda caracterizaria de imediato o grupo social cuja renda pessoal ou consumo seria inferior a uma linha demarcatória, hoje estabelecida para aqueles que percebem renda de até US\$ 2,00 por dia (COUDOUEL e HENTSCHEL, 1999).

Embora possa existir uma relação sistemática entre crescimento econômico e redução de pobreza (embora não consensual), o grau em que isto se dá é dependente do nível inicial de desigualdade na distribuição da renda e da variação desta distribuição ao longo do

tempo. Outro ponto de relevância, neste quadro, é a dependência, para o crescimento, de governos sólidos e estáveis, pois estes terão papel de fundamental importância no ataque às desigualdades e na sustentabilidade de serviços e programas que atendam a esta parte da população.

O segundo item na classificação dos tipos e causas da pobreza, a falta de voz e espaço para expor a sua situação, juntamente com a carência dos bens materiais, é o que deixa os pobres em uma situação de inferioridade. Ficando mais vulneráveis, sofrem, por parte do Estado e da sociedade, humilhações, tratamento desumano e vergonha. As leis não os protegem da intimidação e da própria violência. Ameaças de força física ou do poder burocrático dificultam sua participação nos assuntos públicos e na expressão ou elucidação de seus próprios interesses e, ainda, bloqueiam o aproveitamento de oportunidades políticas e econômicas (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 2000/2001).

Nas sociedades agrárias, a falta de recursos e de oportunidades faz com que os pobres sejam submetidos a uma relação de dependência no que diz respeito aos proprietários ricos. A falta de poupança e de recursos impede a mulher de exercer um papel mais independente no processo decisório na família e na comunidade. Ademais, as normas e barreiras sociais podem também contribuir para o não exercício do poder e manter a falta de voz. Culturas locais muitas vezes podem impedir a redução destas privações. Por conta das discriminações com base na etnia, crença religiosa, raça, posição social e sexo, a pobreza é reforçada, minimizando os efeitos do crescimento.

A vulnerabilidade é companheira constante da privação material e humana dos pobres e, dadas as circunstâncias em que vivem, torna mais aguda a própria pobreza. Os pobres vivem e trabalham em terras marginais, onde a chuva é incerta. Vivem em favelas urbanas superlotadas, onde suas “habitações” podem ser varridas por ventos e chuvas fortes. Estão mais sujeitos a doenças como malária e tuberculose e mais propensos a arbitrariamente serem presos ou

sofrerem maus tratos das autoridades locais. Portanto, há maior risco de manter-se sua exclusão social. Reforça-se esta vulnerabilidade pela incapacidade de reduzir ou mitigar os choques ou a exposição de riscos exógenos que afetem a economia, meio ambiente e a sociedade em que vivem.

Outros fatores que auxiliam na compreensão do que pode determinar a pobreza (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001) é a avaliação das carências e volatilidade dos seguintes recursos:

- a) recursos humanos: capacidade para o trabalho, habilidades e aptidões;
- b) recursos naturais: terra e muitas vezes recursos não renováveis;
- c) recursos físicos: acesso à infra-estrutura;
- d) recursos financeiros: poupança e acesso ao crédito e,
- e) recursos sociais: rede de contatos e obrigações recíprocas e programas sociais

2.3.2 - Mundo desigual e contraditório: crescimento e pobreza

O mundo possui 6 bilhões de habitantes e 2,8 bilhões - quase a metade deste número - vive com menos de US\$ 2 por dia. Destes, 1,2 bilhões, aproximadamente um quinto, vive com menos de um US\$ 1 por dia. Cerca de 44 % dos pobres vivem no sul da África. A mortalidade infantil se mostra da seguinte forma: nos países ricos, uma criança em 100 nascidas não consegue completar cinco anos de idade. Nos países pobres, 20 crianças a cada 100 não atingem esta idade. A desnutrição infantil não atinge os 5% de todas as crianças abaixo de cinco anos de idade nos países ricos, enquanto nos países pobres, a proporção é de 50%.

O mundo tem muita pobreza em meio à abundância, afirma o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, utilizando-se em grande parte do estudo *Voices of the Poor*, que foi baseado na realidade de mais de 60.000 homens e mulheres pobres de vários países. O estudo mostra que os pobres são agentes ativos em suas vidas, mas que, via de regra, não conseguem influenciar os fatores sociais e econômicos como gostariam para determinar o seu bem-estar.

O contra-senso é que nos últimos 100 anos houve mais avanços do que no resto da história. Tais avanços aumentaram a riqueza global, as comunicações, a conectividade, e fizeram surpreendentes revoluções científicas e tecnológicas. Mas a distribuição dos ganhos globais é, até o momento, marcadamente desigual. Uma vez que a maioria das pessoas pobres vive em países pobres, seria então a solução, como por muitos sugerido, o crescimento econômico?

A condição humana melhorou? A renda média nos 20 países mais ricos equivale a 37 vezes a média dos 20 mais pobres. Esta diferença foi duplicada nos últimos 40 anos. Evidentemente esta marca não é absolutamente igual para todos, diferindo entre regiões. No Leste da Ásia, o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia diminuiu de cerca de 420 milhões para cerca de 120 milhões de pessoas, entre 1987 e 1988. Já na América Latina e África Subsaariana o número de pobres tem aumentado. Nos países da Europa e Ásia Central em transição para a economia de mercado o número de pobres aumentou em 20 vezes.

O crescimento econômico se dá de dois modos: acúmulo de capital e recursos humanos e aumento da produtividade desses recursos. Os recursos naturais parecem não estar relacionados com níveis de rendimento e crescimento econômico. Com efeito, a produtividade dos trabalhadores nos países industrializados é maior do que aquela observada nos países em desenvolvimento. Portanto, os trabalhadores dos primeiros terão mais capacitações disponíveis para o incremento de sua própria produtividade. É reconhecido que as qualidades educacionais do

povo de uma nação têm influência na sua prosperidade e que elevar o seu capital humano e as qualidades da escolaridade e saúde efetivamente o diferencia (SILVA, 1983)

A comunidade internacional, frente a este quadro de pobreza e desigualdade, lançou uma agenda com sete metas a serem alcançadas em 2015, denominadas as “Metas do Milênio”:

- 1ª - Reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza entre 1990 e 2015;
- 2ª - Matricular todas as crianças na escola primária até 2015;
- 3ª - Obter maior igualdade e habilitar as mulheres, eliminando as desigualdades por sexo nas educações primárias e secundárias até 2005;
- 4ª - Reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil entre 1990 e 2015;
- 5ª - Reduzir em três quartos a mortalidade materna entre 1990 e 2015;
- 6ª - Proporcionar acesso a todos que precisam de serviços de saúde reprodutiva até 2015; e,
- 7ª - Implantar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável até 2005 para reverter a perda de recursos ambientais até 2015.

2.3.3 - Dimensão monetária e não monetária da pobreza

O fato do pobre não poder influenciar o resultado da própria pobreza e, com frequência, nem mesmo as instituições sociais e governamentais, reforça negativamente esta privação, desconsiderando-o e excluindo-o do escopo das decisões. Sen (1999) salienta que estas formas de privação restringem as liberdades de escolha dos indivíduos, pois o aumento da influência e participação dos pobres não só diminui a sua exclusão, mas orienta com mais objetividade os programas e serviços de educação e saúde.

O Relatório das Nações Unidas (1990), bem como o estudo do Banco Mundial *Vozes dos Pobres*, afirmam que, embora a pobreza difira de um país para o outro e de um grupo para outro, dentro do mesmo país, ela mostrará quatro faces:

1. A pobreza que caracterizará um grupo social cuja renda e consumo são inferiores aos estabelecidos por uma “linha de pobreza”, bem como o grupo dos quase-pobres, constituirá um grupo social separado deste, mas estreitamente relacionado;
2. Pobreza em segurança, caracterizada por aqueles grupos sociais que enfrentam altos riscos e que estão mais expostos a situações de violência e perseguições políticas;
3. Pobreza em educação, dimensão da escolarização e alfabetização. Em muitos países os direitos e avanços neste terreno são quase universais, ao passo que, em outros, é ainda utilizada como característica de distinção e,
4. Pobreza em saúde, sendo características deste grupo social o não acesso aos bens e serviços da saúde, em especial da criança e da mulher, também refletindo a incidência de doenças e epidemias.

Na mesma linha, a pobreza é definida, segundo Lok-Dessallien (1998), como um fenômeno de natureza multidimensional: monetário e não monetário, podendo ser concebida como absoluta e relativa. Pobreza absoluta, segundo esta autora, é estar abaixo e não ter acesso a uma subsistência mínima, de condições de vida humanamente aceitáveis, estabelecidas por um padrão nutricional básico, assim como a outros bens e serviços essenciais e necessários a uma vida em sociedade. A pobreza relativa é uma medida de comparação entre os grupos sociais, normalmente ponderando os quintis ou decis de renda dos mesmos. A pobreza, deste modo, pode mover-se em sentidos diferentes. Pode acontecer um declínio na pobreza absoluta, entretanto, o reflexo na relativa pode não ter a mesma direção. Apesar dos laços entre a pobreza absoluta e a relativa, não deve ser objetivo do desenvolvimento partilhá-las eqüitativamente. O objetivo central deve ser a

redução ou eliminação da pobreza absoluta (SILVA, 1983), devendo haver cuidado para que a desigualdade não alcance níveis incompatíveis com a estabilidade social.

Explorando a abordagem monetária, a autora contextualiza as chamadas Linhas de Indigência e Linha de Pobreza. A primeira é caracterizada pelo valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima para a sobrevivência. A Linha de Pobreza é a Linha de Indigência acrescida do montante monetário que permita cobrir as despesas básicas com transporte, vestuário e moradia. Estas são medidas absolutas de pobreza. A vantagem deste indicador é facilitar comparações internacionais. Exemplificando-se, ao considerar a Linha de Indigência como sendo US\$ 1 por dia, e a Linha de Pobreza de US\$ 2 por dia, é possível, a partir destes parâmetros, saber a posição relativa dos pobres. A crítica que é feita a esta abordagem é que se não consegue retratar todas as dimensões da pobreza, pois como já foi exposto anteriormente, o bem-estar dos indivíduos não é determinado única e exclusivamente pelo seu poder de renda e consumo (MACHADO, MACEDO e LOPES, 2003).

Amartya Sen (2000) afirma que as famílias incapazes de obter comida suficiente à sua sobrevivência são consideradas (absolutamente) pobres, mas reconhece que os custos e composições de uma cesta de consumo são variáveis e diferentemente considerados em regiões e países. Rocha (2001) argumenta que a Linha de Pobreza é uma abordagem que cabe bem ao caso brasileiro, devido ao nível de urbanização e desenvolvimento da sociedade de consumo, tornando a renda a melhor *proxy* do nível de bem-estar.

A abordagem monetária inclui ainda os indicadores de pobreza relativa. Esta situa o indivíduo na sociedade, ou seja, relativiza e considera indivíduos pobres aqueles cujas rendas são inferiores a um percentual da renda média ou mediana. Ainda, no que diz respeito à definição de pobreza, Hoffmann (2000) ressalta que, se a pobreza tiver uma conotação relativa, o seu conceito confundir-se-á com o de desigualdade econômica.

Medidas de pobreza que tenham unicamente abordagens que privilegiem a moeda e os mercados não consideram os bens e serviços não monetários. Sen (2000) alerta para a necessidade do uso de uma abordagem mais ampla. Da mesma forma, Salama e Destremau (1999) afirmam que atributos não monetários afetam significativamente o bem-estar dos indivíduos e que a medida unicamente monetária irá superestimar a pobreza rural. Neste caso, não levam em conta, com a força necessária, os efeitos externos que o Estado traz à sociedade, bem como à indústria.

Em outra abordagem, a pobreza é conceituada como a não satisfação de necessidades básicas (SALAMA e DESTREMAU, 1999). Nessa abordagem, os autores entendem como essencial o acesso do cidadão a alguns bens e serviços, sem os quais não poderá usufruir dignamente a vida.

Como principal característica desta universalidade, para amenizar a arbitrariedade no cálculo dos indicadores puramente monetários, seria ainda necessário estipular quais e o *quantum* das mínimas necessidades devem ser satisfeitas, já que afetam significativamente o bem-estar dos pobres (SALAMA e DESTREMAU, 1999).

Lopes (2003), traz a mesma abordagem multidimensional. Apesar de vários estudos sobre pobreza utilizarem somente a abordagem baseada no padrão de renda, o autor evidencia a influência e inspiração da abordagem das “capacitações humanas”, linha de pesquisa desenvolvida por Amartya Sen.

Na busca de melhor compreensão do tema Lok-Dessallien (1998), apresenta as seguintes concepções:

- a) pobreza e desigualdade: a pobreza, contrastando com injustiça, é manifestada por diferentes formas de carência (de renda, de necessidades básicas, capacitações humanas);
- b) pobreza e vulnerabilidade: a segunda é freqüentemente confundida com a primeira, uma vez que grupos sociais podem tornar-se pobres em resposta a diferentes tipos de discriminação

(racial, étnica, classe, sexo, raça). Certas formas de vulnerabilidade estão fortemente relacionadas com pobreza e podem ser excelentes *proxies* da mesma;

- c) pobreza e exclusão: não havendo consenso nestas conceituações, é importante diferenciá-las na busca da efetiva compreensão do espectro da pobreza, pois esta carência social faz o pobre não participar do desenvolvimento social e econômico da sua região; e,
- d) pobreza e subdesenvolvimento: a distinção entre estes conceitos permite observar que a pobreza é também muitas vezes vista como uma forma do próprio subdesenvolvimento.

A autora afirma que é fundamental explorar as diferentes tipologias e visões de pobreza por meio dos indicadores à disposição. Existem duas dicotomias, dois tipos básicos que distinguem as famílias e os indicadores de pobreza:

- a) fins e meios: o custo mínimo de uma cesta mínima (básica) constitui o “indicador-meio”, enquanto atender as necessidades nutricionais caracteriza o “indicador-fim”. A pobreza foi constantemente medida utilizando-se indicadores-meio, mas recentemente os indicadores-fim ganharam terreno, sendo seu melhor exemplo o Índice de Pobreza Humana (IPH) ², e
- b) quantitativos e qualitativos: podem causar confusões com as perspectivas objetiva e subjetiva da pobreza. Normalmente, a renda e o atendimento às necessidades básicas são caracterizados como indicadores quantitativos. Por contraste, a capacidade de participação (política), as habilidades e as capacitações humanas constituem os indicadores qualitativos. É crucial promover a intersecção destes conceitos, na tentativa de qualificar o que é pobreza e os elementos voltados a sua mensuração.

² Enquanto o IDH mede a realização média, o IPH mede privação em três dimensões básicas do desenvolvimento humano. A primeira, uma vida longa e saudável – vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura – medida pela probabilidade à nascença de não viver até os 40 anos. A segunda dimensão é a do conhecimento – exclusão do mundo da leitura e das comunicações – medida pela taxa de analfabetismo de adultos. A última, um nível de vida digno, trata do acesso ao aprovisionamento econômico global – medida pela média não ponderada de dois indicadores: a percentagem da população sem acesso a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade. O cálculo do IPH, por conseguinte, é mais direto do que o IDH, pois seus indicadores já estão normalizados entre 0 e 100. Para uma análise mais pormenorizada, ver *Concepts of Human Development and Poverty: a Multidimensional Perspective*, de Sudhir Anand e Amartya Sen e a nota técnica do Relatório do Desenvolvimento Humano 1997.

Explorando os indicadores e bancos de dados que estão à disposição, A. Coudouel e J. Hentschel (1999) apresentam as diferentes fontes de informações disponíveis e traçam quatro dimensões da pobreza. A primeira é a pobreza de renda, característica de um grupo social cuja renda pessoal ou consumo está abaixo de uma “linha de pobreza” estabelecida. Despesas de consumo são utilizadas para medi-la. A segunda dimensão é a pobreza em segurança, característica de um grupo social (demográfico) que enfrenta riscos particularmente altos, de natureza material ou individual, em situações de violência ou perseguições políticas. A terceira é a dimensão da educação, ou pobreza em educação, pelo não acesso a este “bem social”. Por fim, há a pobreza na dimensão da saúde, característica do grupo social para o qual os resultados ou expectativas estão posicionados abaixo de uma linha crítica.

Em alguns países, esta linha poderá permitir melhor distinção de indivíduos ou grupos familiares. Nada impede, da mesma forma, que sejam também construídas “linhas” de taxa de mortalidade infantil, expectativa de vida, por tipologia de doenças e epidemias, na tentativa de melhor qualificar esta dimensão.

É fundamental para a medição do alcance da pobreza de renda e consumo, apesar das dificuldades, agregar e ajustar os gastos de consumo das famílias para comparar o bem-estar inter e intra famílias, o que volta a suscitar a relação entre esta e a desigualdade.

Geralmente, a desigualdade é mensurada no âmbito de análises de pobreza e bem-estar, embora, segundo Coudouel e Hentschel (1999), os três conceitos sejam diferentes. A primeira é um conceito mais amplo que pobreza, na medida em que se define em relação à totalidade da distribuição e não em relação à distribuição de renda de indivíduos que estão posicionados abaixo de uma “linha”. E, em contrapartida, a desigualdade é um conceito muito mais limitado que o bem-estar.

A alta desigualdade expressa a pobreza e limita os efeitos do crescimento sobre a mitigação da miséria. O Relatório do Desenvolvimento Humano sugere, para que sejam atingidas

as Metas do Milênio, que a América Latina e o Caribe necessitariam gerar crescimento econômico e este deveria beneficiar “desproporcionalmente” aos mais pobres.

O que diversos autores vêm buscando esclarecer e alguns instigar é que a pobreza em suas dimensões e seus indicadores, ainda que controversas as questões de crescimento e distribuição, necessita ser mitigada. Crescimento econômico com distribuição de renda é desejável, buscar a equidade deve ser meta de quaisquer Relatórios e Governos.

3 – Aspectos empíricos do crescimento econômico no Brasil e no Rio Grande do Sul

3.1 - Contexto nacional

O ajuste do Estado brasileiro, a partir dos anos 1980, seguiu o modelo dos organismos multilaterais, dando ênfase ao saneamento das contas públicas, ao corte nos salários, nos investimentos e nos gastos do governo. Tinha-se em vista a geração de saldos comerciais destinados ao pagamento e redução da dívida externa, resultando na chamada “década perdida”. No plano social, os princípios de universalização, pretendidos pela Constituição “Cidadã” de 1988, que orientava os gastos públicos ao atendimento aos setores mais pobres e incentivo às áreas de saúde, educação e previdência, não foram satisfeitos. Estes gastos ficaram efetivamente subordinados à eficiência econômica em detrimento do aspecto social.

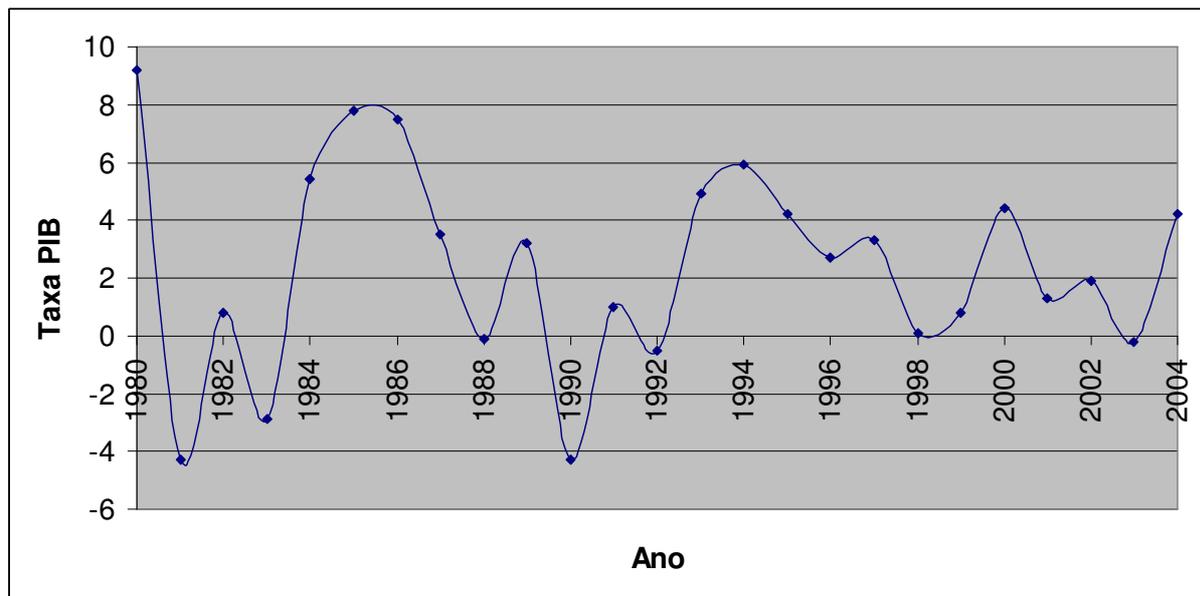
Seguiu-se, nos anos 1990, similar perspectiva, acrescentando-se o incentivo à abertura comercial, facilitação à entrada do capital financeiro, ao processo de privatização revisando o papel do Estado e também ao processo de globalização, que continuará a manter o aspecto econômico como prioritário. A economia brasileira ficaria marcada pela recessão, já no início da década, resultado dos Planos Collor I¹ e II e por uma profunda reestruturação produtiva, designada por alguns autores de “modernização conservadora”.

O “choque” inicial do Plano Collor provocou uma redução imediata do poder de compra da população e, por conseqüência, maior retração da economia. A constatação é dada pela variação negativa em 4,4 pontos percentuais do produto real, em 1990, conforme Figura 1, sendo que a variação do PIB *per capita* montou a -5,9%, o crescimento mais baixo desde 1981. O setor

¹ Originalmente, Plano Brasil Novo, em que se destacaram as seguintes medidas: na área monetária, reintrodução do Cruzeiro e extinção do Cruzado Novo, sendo mantida a paridade de moeda; na área fiscal, inúmeras medidas para elevar a arrecadação, incluindo indexação dos impostos e elevação dos preços dos serviços públicos – sem uma reforma fiscal específica. Adotou-se o sistema de taxa de câmbio flutuante e liberalização dos controles nas importações e exportações; congelamento geral dos preços, bem como dos salários, aposentadorias e aluguéis, por 45 dias; proibição de saques de 80% nos saldos em contas correntes, de poupança e dos ativos financeiros, por 18 meses. O dólar ficou congelado e o câmbio liberalizado (BRITO, 2004)

industrial teve uma queda de 8,6% em relação ao ano anterior e o emprego decresceu em 4% (Furtado, 2000).

Figura 1 - Evolução da taxa de crescimento real do PIB – 1980-2004



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005

Gremaud *et al.* (2002), destacam duas “reformas”. A primeira dirigiu-se à dimensão monetária, com o confisco da liquidez, sendo este a âncora do plano. A outra, administrativa, buscava a obtenção do equilíbrio orçamentário e redução da participação do Estado na economia. Esta última veio a promover ampliação e maior controle da base tributária, fusão e extinção de vários órgãos, bem como demissão de servidores.

Os planos refletiram ainda a abertura da economia, a eliminação de barreiras não-tarifárias, adoção do sistema de taxa de câmbio flexível, redução gradual das tarifas de importação e reformulação dos incentivos à exportação e o programa de privatizações. A relação das medidas apresentadas não foi nem fomentadora de crescimento econômico nem tampouco melhorou os indicadores sociais.

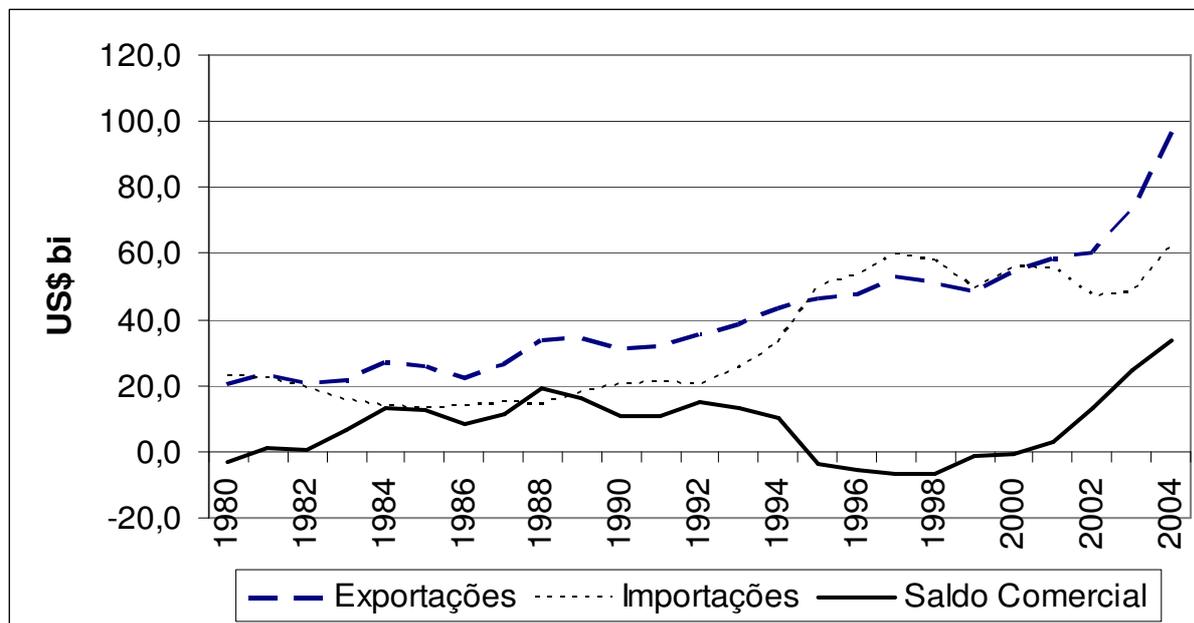
Os maus resultados obtidos conjugando-se às tentativas de combate à inflação fizeram com que o período 1990-1992 fosse marcado por forte recessão e queda do produto, aumento do desemprego, queda dos salários reais e da massa salarial. A precariedade do Plano Collor II, tido principalmente como uma “reforma financeira”, aliada ao desgaste do governo com os efeitos do confisco ocorrido no plano anterior, assim como as crescentes denúncias de corrupção, acabaram por determinar o *impeachment* de Collor em outubro de 1992 e por encerrar sua gestão (BAUER, 2002).

Depois de seis tentativas fracassadas de estabilização econômica, a sétima tentativa em 10 anos, o Plano Real², foi arquitetado. O pressuposto básico do Plano Real, na fase da unidade real de valor (URV), foi da neutralidade distributiva para evitar distorções que haviam comprometido o êxito de outros “Planos”; portanto, as conversões dos contratos em URV não deveriam interferir no equilíbrio econômico.

Grosso modo, segundo Gremaud *et al.* (2002), a estratégia para estabilizar a economia foi uma reforma monetária em que a nova moeda tinha uma taxa de câmbio fixa com o dólar (âncora cambial). Furtado (2002) afirma que a abertura do comércio brasileiro encerrou uma política industrial voltada inteiramente para substituir produtos importados, e se iniciou um novo período de livre mercado compatível com uma conjuntura internacional voltada ao avanço da globalização. Esta inserção não viria a significar a melhor alternativa ao Brasil, pois a marca do período 1995-2000 foram saldos comerciais constantemente negativos, conforme Figura 2 e Tabela 1.

² Este Plano, afirmam Lacerda *et al.* (2002), se compôs de três etapas. A primeira contemplava um ajuste fiscal, que buscava equacionar o desequilíbrio orçamentário e a eliminação da inflação. Esta fase é conhecida como Plano de Ação Imediata (PAI), lançado em meados de 1993. O ajuste fiscal proposto teve três elementos principais: redução de despesas, aumento de impostos e diminuição das transferências do governo federal. A segunda etapa começou em fevereiro de 1994 e correspondeu a um novo sistema de indexação, a Unidade Real de Valor (URV), que serviu como transição para a introdução de uma nova moeda. A URV foi utilizada para restaurar a função de unidade de conta da moeda, que havia sido destruída pela inflação. A última fase, uma vez convertidos grande parte dos valores em URV, entra em ação, e a nova moeda, o Real, foi introduzida em 1º de julho de 1994, com paridade de um para um com o dólar. Diferentemente de outros planos, neste não houve congelamento

Figura 2 – Exportações, Importações e Saldo Comercial – 1980-2004



Fonte: SISCOMEX e SECEX, 2005, elaborado pelo autor.

A conseqüente redução do peso do Estado na economia, afirma Carneiro (2002), suprimiu da economia brasileira um dos seus principais elementos de coordenação. Trata-se do investimento do setor produtivo estatal que, conjuntamente com os gastos públicos tradicionais, era indutor do gasto privado. As privatizações mudaram a natureza das decisões de investimento, reduziram o dinamismo do crescimento econômico e a estrutura da propriedade, diminuindo a participação do capital privado nacional em favor do estrangeiro.

Segundo Carneiro (2002), a economia brasileira, nos anos 1990, passou por um processo intenso de liberalização, em que a abertura financeira foi a mais expressiva. Suas dimensões compreenderam a ampliação da conversibilidade da conta capital³ do balanço de pagamentos e a desnacionalização ou mudanças no controle de propriedade de grande fatia das empresas do setor financeiro. Cabe referir, ainda decorrente destas, a substituição monetária, que

³ Há permissão de entradas e saídas de capital de residentes e não residentes, o que vem exprimir a mobilidade de capitais ao exterior.

se refere ao uso de moeda estrangeira em funções que deveriam ser realizadas pela moeda nacional.

Como se observa na Tabela 1, as transformações da estrutura produtiva e do saldo comercial observadas nos anos 1990 tiveram performances distintas nas exportações e importações. O crescimento nas últimas foi o dobro das primeiras, mas sendo o saldo comercial mantido em torno de US\$ 10 bilhões FOB. Contudo, no período 1995-2000, a balança comercial estaria sempre negativa.

Tabela 1 – Evolução do Comércio Exterior Brasileiro – 1980-2004

Período	PIB Brasil			Exportações (FOB)			Importações FOB			Saldo Comercial
	US\$ bi (A)	Tx real %	Abertura /1	US\$ bi (B)	Var. %	Part. % B/A	US\$ bi (C)	Var. %	Part. % C/A	US\$ bi FOB B-C
1980	237.8	9.2	18.1	20.1	32.1	8.5	23.0	26.9	9.7	-2.8
1981	258.6	-4.3	17.6	23.3	15.7	9.0	22.1	-3.8	8.5	1.2
1982	271.3	0.8	14.6	20.2	-13.4	7.4	19.4	-12.2	7.2	0.8
1983	189.5	-2.9	19.7	21.9	8.5	11.6	15.4	-20.4	8.1	6.5
1984	189.7	5.4	21.6	27.0	23.3	14.2	13.9	-9.8	7.3	13.1
1985	211.1	7.9	18.4	25.6	-5.1	12.1	13.2	-5.5	6.2	12.5
1986	257.8	7.5	14.1	22.3	-12.8	8.7	14.0	6.8	5.4	8.3
1987	282.4	3.6	14.6	26.2	17.3	9.3	15.1	7.2	5.3	11.2
1988	305.7	-0.1	15.8	33.8	28.8	11.1	14.6	-3.0	4.8	19.2
1989	415.9	3.2	12.7	34.4	1.8	8.3	18.3	25.0	4.4	16.1
1990	469.3	-4.4	11.1	31.4	-8.6	6.7	20.7	13.1	4.4	10.8
1991	405.7	1.0	13.0	31.6	0.7	7.8	21.0	1.8	5.2	10.6
1992	387.3	-0.5	14.5	35.8	13.2	9.2	20.6	-2.3	5.3	15.2
1993	429.7	4.9	14.9	38.6	7.7	9.0	25.3	22.9	5.9	13.3
1994	543.1	5.9	14.1	43.5	12.9	8.0	33.1	31.0	6.1	10.5
1995	705.4	4.2	13.7	46.5	6.8	6.6	49.8	50.5	7.1	-3.3
1996	775.5	2.7	13.0	47.7	2.7	6.2	53.3	7.1	6.9	-5.6
1997	807.8	3.3	14.0	53.0	11.0	6.6	59.7	12.0	7.4	-6.8
1998	787.9	0.1	13.8	51.1	-3.5	6.5	57.7	-3.4	7.3	-6.6
1999	536.6	0.8	18.1	48.0	-6.1	8.9	49.3	-14.7	9.2	-1.3
2000	602.2	4.4	18.4	55.1	14.7	9.1	55.8	13.3	9.3	-0.7
2001	509.8	1.3	22.3	58.2	5.7	11.4	55.6	-0.4	10.9	2.6
2002	459.4	1.9	23.4	60.4	3.7	13.1	47.2	-15.0	10.3	13.1
2003	506.8	-0.2	24.0	73.1	21.1	14.4	48.3	2.2	9.5	24.8
2004	599.0	5.0	26.6	96.5	32.0	16.1	62.8	30.0	10.5	33.7

Fonte: Exportações: SISCOMEX e SECEX; Importações: SISCOMEX e SRF

Taxa real de variação do PIB e PIB em dólar: IBGE

/1 O grau de abertura da economia é medido pela participação da corrente de comércio em relação ao PIB

Do ponto de vista dos mercados de destino das exportações brasileiras, percebeu-se uma mudança no peso dos países desenvolvidos. Ficou mais significativa, nesta década, a ampliação da

relação de comércio com os países de regiões mais pobres, especialmente do Mercosul e do restante da América Latina, conforme Tabela 2.

Levando-se em conta a análise das exportações por tipo de produto, é demonstrado que a perda de mercados nos países desenvolvidos concentra-se nos itens de maior elaboração. O que se vê é a ausência de dinamismo das exportações brasileiras ligada à incapacidade de ampliar e diversificar a pauta dos produtos quanto ao seu destino. Portanto, o fluxo de comércio brasileiro dos produtos mais dinâmicos concentrou-se em países mais pobres, e aos países ricos couberam os produtos de menor dinâmica. Relativamente às origens das importações (Tabela 2), ocorreram modificações significativas, destacando-se o aumento da participação dos países ricos e a participação da Ásia, com uma elevação de 81% e da OPEP, uma redução de 59%, compensada em parte com os países integrantes do Mercosul.

Tabela 2 – Origem e Destinos dos fluxos de comércio externo, em %

Países	Destino Exportações		Origem Importações	
	1990	2000	1990	2000
Estados Unidos	24.2	20.2	21.3	23.1
União Européia	32.4	28	22.3	25.2
Ásia (excluído Oriente Médio)	16.8	16.2	8.5	15.4
Mercosul	4.2	13.6	11.2	14
ALADI (excluído Mercosul)	6.2	8.8	6.5	6.9
OPEP	5.7	4	21.8	9
Resto do Mundo	10.5	9.2	8.4	6.4
Total	100	100	100	100

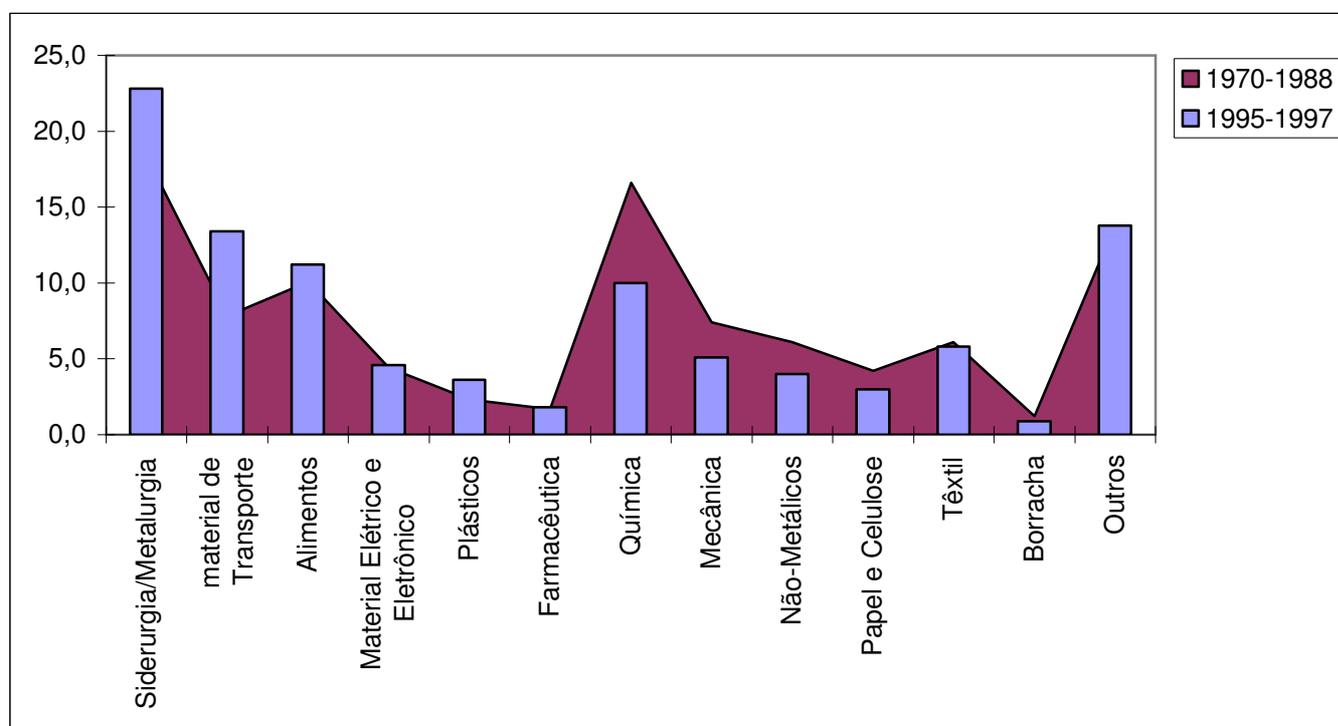
Fonte: MDIC - Intercâmbio comercial brasileiro por bloco de países, apud Carneiro (2002)

O desempenho da economia brasileira durante a década de 1990, mensurado pela taxa de crescimento do PIB, ficou em torno de apenas 2,7% a.a., um pouco acima dos 2,3% a.a. da década anterior. Conforme Carneiro (2002), esta *performance* refletiu, em boa parte, a trajetória do investimento⁴, seu baixo dinamismo e poder de encadeamento.

⁴ As taxas de investimento do PIB ficam em torno de 18,5% em 1991-1993, 20,5% nos anos 1994-1995 (início do plano real), mas decaem e permanecem em média na casa dos 19,5% até 2000. Construção fica, na década, em um percentual médio de 13,5, máquinas e equipamentos, 5% e 1% para demais interesses.

O que o investimento industrial esclarece, conforme Figura 3, é que se configurou um dinamismo diferenciado entre ramos industriais, demonstrando concentração e baixa coordenação entre os setores industriais. Já o investimento em infra-estrutura⁵, em especial os setores de energia elétrica e de transportes e telecomunicações, declinou ao longo da década. Este último setor foi o único que obteve crescimento, devido em parte à revolução tecnológica, experimentou uma recuperação a partir de 1995.

Figura 3 – Composição do investimento na indústria, em % - anos selecionados



Fonte: Bielschowsky (1999), elaboração do autor

Leve-se em conta que nestas atividades o papel do Estado foi decisivo na ampliação da oferta de serviços. Todavia, com o novo marco institucional, modificou-se a estrutura da propriedade e da concorrência. Ademais, com a passagem de uma atividade antes dominada pelo Estado para o controle do capital privado, o que ocorreu foi dispersão e assincronia do investimento. Pode-se assim concluir que as privatizações implicaram em perda da capacidade

⁵ Os investimentos, em US\$ bilhões, em 1990, 1994 e 1998 foram de: em energia 8,8, 3,9 e 5,4 em telecomunicações 1,6, 3,2 e 3,7, em transportes 0,6, 1,2 e 0,8 e no total 11, 8,3 e 9,9. Vistos como percentual do PIB em 1990, 1994 e em 1998, distribuem-se: energia 2,40%, 0,66% e 0,60%; telecomunicações: 0,44%, 0,54% e 0,41%; transportes: 0,16%, 0,20% e 0,09; total: 3%, 1,4% e 1,1%.

de coordenação por parte do Estado e do poder da indução do investimento privado (CARNEIRO, 2002).

Outra importante consideração diz respeito à posição dos preços relativos. Suas principais modificações deveram-se, nos anos que se seguiram ao Plano Real, à abertura comercial e às privatizações. Carneiro (2002) sugeriu a existência de duas grandes modificações. Em primeiro lugar, verificou-se o declínio dos preços de bens industrializados. Este “barateamento” foi devido à abertura da economia, ao aumento das importações e à compressão de margens de lucro das empresas. Por contraste, e em segundo lugar, observou-se o aumento dos preços dos serviços públicos e privados. Relativamente à taxa de juros, cabe registrar que esta se manteve elevada e acima do patamar definido nos mercados globais. Com efeito, constituir reservas internacionais e sustentar uma taxa de câmbio apreciada, que funcionou como uma das âncoras do Plano Real, garantiria a entrada de recursos em contextos restritivos.

Outro aspecto relacionado ao ciclo de crescimento dos anos 1990 foi o desempenho da indústria, especialmente no tocante a bens de consumo durável. Na Tabela 3, observa-se que seu breve fôlego é explicado em grande parte pelos fatores estruturais decorrentes da arquitetura do Plano. Outro ponto – ligado a este – foi a elevação no consumo das famílias da quase totalidade dos bens da economia, mas centrado nos duráveis e naqueles de maior valor unitário. Tal elevação foi decorrente do acréscimo do salário médio e massa salarial e da expansão do crédito pessoal.

O aumento do crédito, especialmente o pessoal, foi decorrente de mudança da estratégia bancária, pois a perda da “gestão” da moeda indexada levou os bancos a buscarem os empréstimos pessoais, e logo depois as tarifas bancárias, como fontes de lucro. O reflexo disto foi uma elevada disposição dos bancos em emprestar, apesar do valor altíssimo das taxas de juros, mas logo em seguida o governo impôs restrições aos depósitos à vista e ao recolhimento compulsório.

Analisando a trajetória do consumo, a restrição imposta ao crescimento da demanda agregada foi elevando a taxa de juros da economia. Ademais, a supressão do multiplicador monetário, também seguida e agravada por uma crescente inadimplência, implicou a perda de um importante instrumento da demanda efetiva (CARNEIRO, 2002). Faria (2004) aponta, relativamente a todo este processo, que passada uma década do Plano Real, apenas a taxa inflacionária foi efetivamente melhorada ou reduzida.

Tabela 3 – Produção da indústria por categorias de uso – 1990-2000

Anos	(1991=100)				
	Capital	Intermediários	Duráveis	Não Duráveis	Geral
1990	101.3	102.3	95.6	98.2	102.7
1991	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1992	93.1	97.6	87.0	96.2	96.3
1993	102.1	102.9	112.3	102.6	103.5
1994	121.2	109.6	129.3	104.6	111.4
1995	121.5	109.8	148.0	108.6	113.4
1996	104.3	112.9	164.5	112.7	115.2
1997	109.2	118.1	169.3	113.5	119.7
1998	107.7	117.3	137.0	112.3	117.4
1999	97.9	119.6	123.9	110.6	116.6
2000	110.7	127.7	149.7	109.9	123.7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O crescimento foi reduzido, o desemprego ampliou-se, a renda dos trabalhadores vem declinando há vários anos, a dívida externa é ainda fator de preocupação, sendo-o ainda mais a dívida interna, dado o valor dos juros. A idéia de estabilidade e de crescimento sustentado, condições para o desenvolvimento, ainda não foi viabilizada.

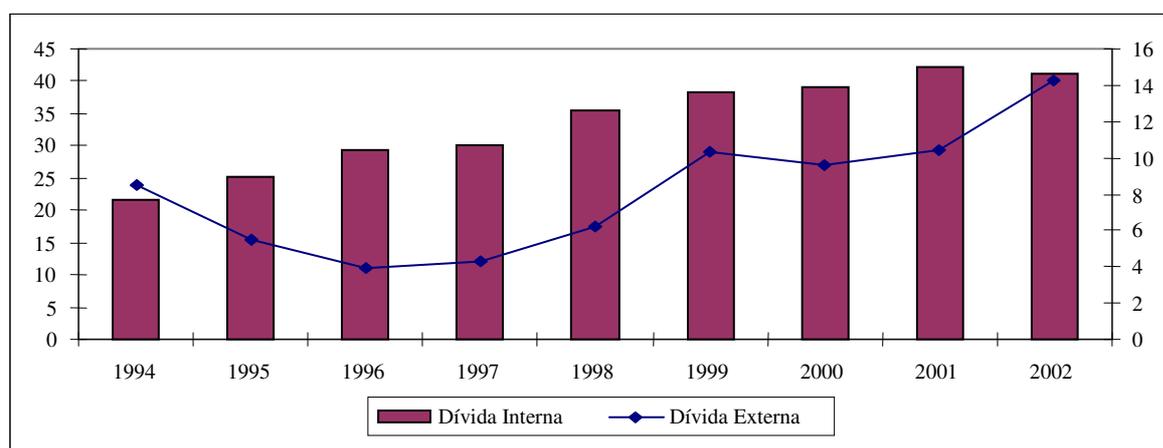
Houve uma modificação da forma de atuação e tamanho do Estado e, aparentemente, a criação de um novo paradigma, que concede lugar proeminente ao setor privado. Todavia, o baixo crescimento não pode ser debitado à ausência do investimento público. Com

efeito, se este declinou, o crescimento do gasto corrente, especialmente aquele feito com a previdência⁶, foi compensado, do ponto de vista da demanda efetiva.

A nova modalidade de inserção internacional produziu, ao contrário, uma tendência à estagnação econômica, que só veio a estender por mais de uma década o baixo crescimento que caracterizou a “década perdida” (FARIA, 2005). Esta “adesão” ao regime internacional não é apenas um lugar na divisão internacional do trabalho e aos fluxos de valor - através dos quais se consolidam seus vínculos com o resto do mundo e se formam complementaridades – estes, em grande parte, são responsáveis pelo resultado de estagnação econômica e crise social.

Ressalta-se que a dívida pública interna cresceu explosivamente, após o Plano Real, como se vê na Figura 5. De 1994 a 1997, a dívida interna cresceu e a externa se reduziu, mas após 1998 existiu uma perda contínua de reservas e a dívida externa voltou a crescer. Na ausência de déficits primários, a dívida implicou em taxas de juros elevadas e esterilização de recursos financeiros do exterior, colocando em cheque o poder de solvência do Estado⁷.

Figura 4 – Dívida Líquida do Setor Público – 1994-2002 (% PIB)



Fonte: apud Giambiagi et al, *Economia Brasileira Contemporânea*, Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005

⁶ De 1994 a 2004, as despesas com previdência do setor privado, não contempladas na Reforma de 2003, passaram de 4,9% para 7,4% do PIB, com déficit crescente, acentuado de forma mais contundente nos dois últimos anos (IPEA, 2005)

⁷ A cada ano a dívida aumenta em 5% do PIB, valor que deverá ser zerado para evitar o crescimento da relação dívida/PIB (cada ponto percentual do crescimento do PIB admite o aumento de meio ponto percentual na dívida). Se para um taxa de crescimento de 4%, o superávit primário é de 3%. Se considerar-se 3% de superávit o crescimento econômico seria de 4%

Pode-se concluir que o processo de estabilização demonstrou que a economia brasileira viveu um impasse, em que a estabilidade da moeda ocorreu em detrimento do crescimento econômico. O que deve ser salientado é a dificuldade que teria o Rio Grande do Sul em alcançar padrões elevados de crescimento econômico, na medida em que, seus laços com os demais segmentos da economia brasileira são tão marcantes.

A próxima seção preocupa-se em promover a transição entre o recorte nacional e a realidade econômica vivida pelos municípios gaúchos. Buscam-se respostas à questão dos contornos da estagnação e desigualdade no espaço estadual.

3.2 – Contexto regional

No período 1990-1997, o estado do Rio Grande do Sul apresentou um crescimento, medido pelo PIB, de 3,2% a.a. Como se vê na Tabela 4, este foi inferior ao dos estados de Santa Catarina (4,3% a.a.), Espírito Santo (3,8% a.a.), Ceará (3,7% a.a.) e Paraná (3,5% a.a.), enquanto a taxa média de crescimento do PIB brasileiro foi de 3,0%. Accurso (2002) sustenta que, em se tomando a evolução das economias do Rio Grande do Sul e Brasil por períodos selecionados, a economia gaúcha obteve um desempenho sofrível⁸. A exceção ficou por conta do crescimento havido no período de 1990-94, quando a taxa estadual foi de 5,4% e a do país, 2,7%.

Similar constatação, relativamente ao crescimento das economias gaúcha e nacional, no período de 1990-2002, foi feita por Herrlein Jr. (2004). A taxa média de crescimento da primeira foi de 2,1% a.a., enquanto a da segunda alcançou 1,9% a.a., evoluções tidas como medíocres. Mas, ainda assim, foram um pouco melhores que as da “década perdida”, quando as

⁸ Nos períodos de 1985-90, 1994-97 e 1990-97 a evolução das taxas médias do PIB do Rio Grande do Sul foram respectivamente: 0,8%, 2,1% e 0,4%, enquanto as taxas do Brasil foram: 3,4%, 3,2% e 3,0%. Observando-se o crescimento do Rio Grande do Sul, nos anos 1990, este é ligeiramente superior à taxa da economia nacional – reflexo da performance 1990-94, o que permitiu ao Estado uma participação em torno de 7,5% da economia nacional e a posição de quarto lugar no ranking entre os demais estados. Este desempenho ficou refletido no Rio Grande do Sul em sua participação de 8,6%, na economia nacional, no ano de 1994.

posições de “crescimento” se inverteram, pois o Rio Grande do Sul cresceu 1,9% a.a., por contraste aos 2,3% a.a. do crescimento brasileiro. Mais detalhes sobre este período encontram-se na Tabela 4.

Tabela 4 – Taxas médias percentuais do crescimento anual do PIB, Pernambuco e outros estados selecionados e Brasil, por períodos determinados

Estados e Brasil	1990-94	1994-97	1990-97
Pernambuco	1.5	2.9	2.1
Ceará	4.3	3.0	3.7
Bahia	1.7	3.4	2.4
Minas Gerais	2.5	4.1	3.2
Espírito Santo	4.7	2.7	3.9
Rio de Janeiro	0.6	1.9	1.2
São Paulo	2.2	3.7	2.9
Paraná	3.8	3.3	3.5
Santa Catarina	3.8	5.0	4.3
Rio Grande do Sul	5.4	0.4	3.2
BRASIL	2.7	3.4	3.0

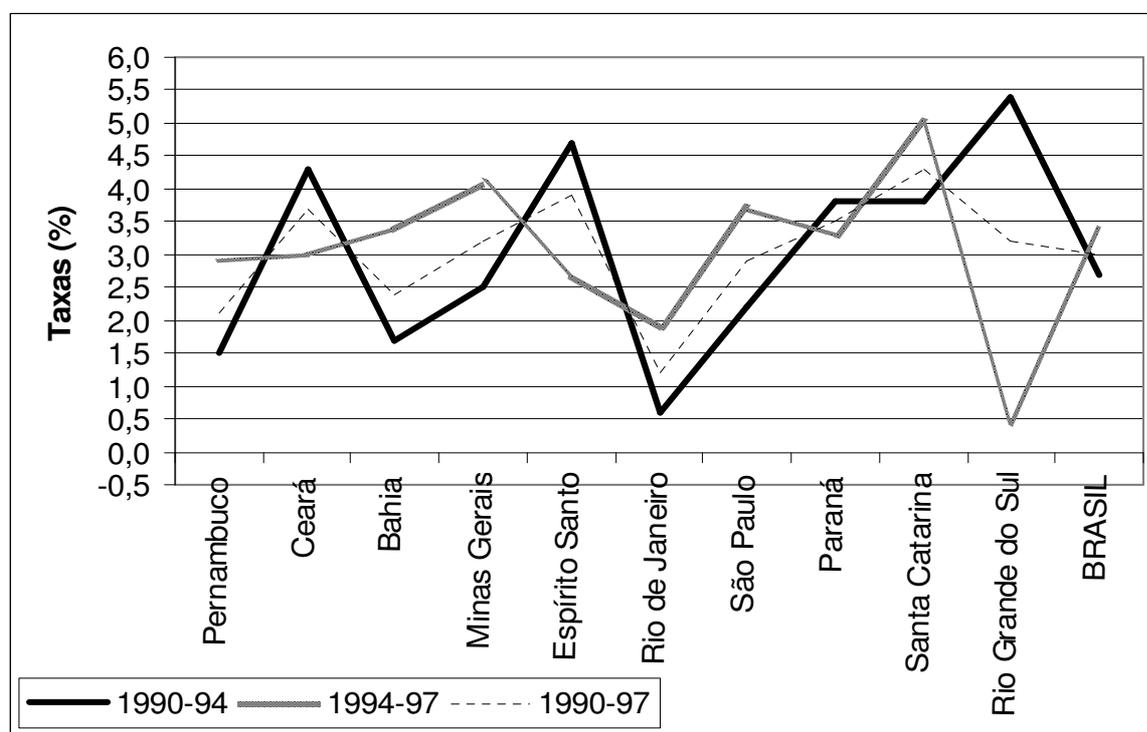
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O crescimento foi mais expressivo naqueles estados de desenvolvimento mais recente (Santa Catarina, Espírito Santo e Ceará), do que naqueles de economia de maior porte (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). Todavia, observa-se um ritmo de taxas de crescimento distintas entre esses últimos e o Rio Grande do Sul. No período 1990-94, a economia gaúcha cresceu vigorosamente, enquanto as performances das demais não foram tão expressivas. Este quadro inverteu-se no período 1994-97, pois a taxa do Rio Grande do Sul ficou em 0,4% e naqueles estados 3,7%, 1,9% e 4,1%, respectivamente (ACCURSO, 2002).

Com este nível de comparações, não se pode concluir que teria havido um arrefecimento da economia gaúcha, que se manteve como a quarta economia do país. Não obstante, estas evoluções demonstram um menor dinamismo dessa economia, no período em questão.

Verificando o desempenho da economia gaúcha, tendo como referência a taxa de crescimento do PIB *per capita*, a Figura 5 mostra que a taxa média da evolução do Rio Grande do Sul foi maior do que a nacional, com 2,1% a.a. no estado e 1,5% a.a. no País. Ainda assim, a intensidade de crescimento foi maior nos estados de Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

Figura 5 – Taxas médias do crescimento anual do PIB *per capita*, estados selecionados e Brasil, por períodos determinados.

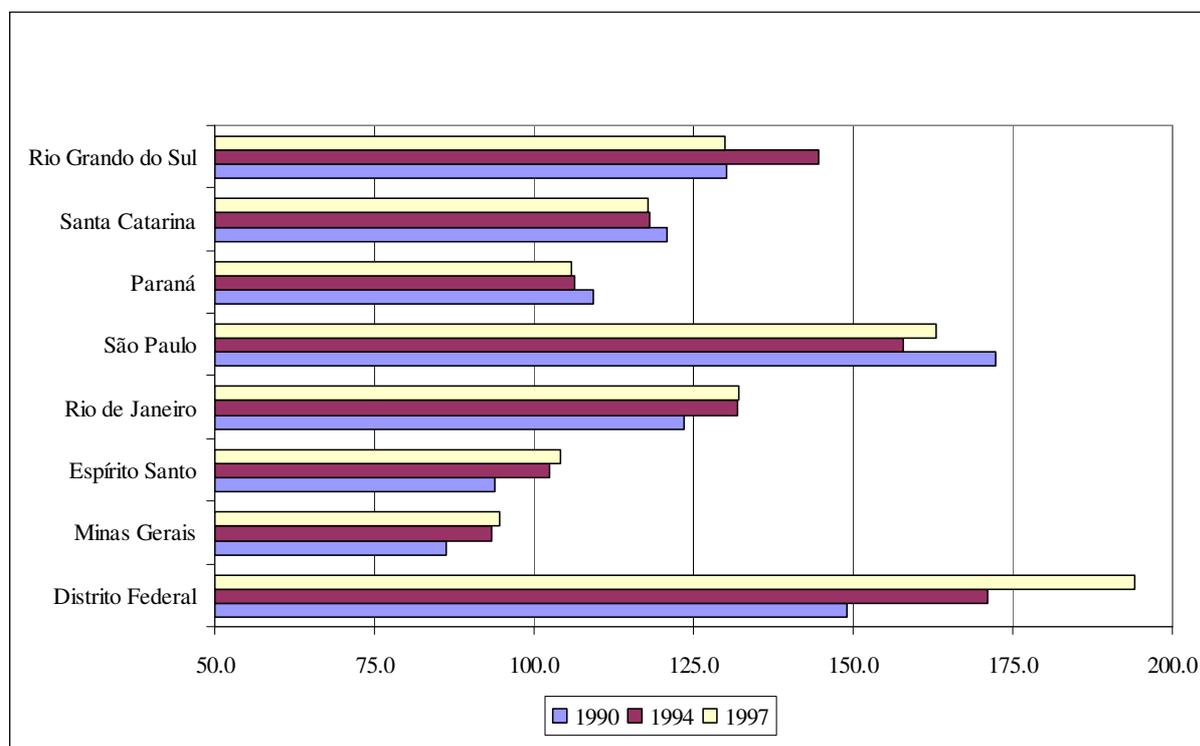


Fonte: IBGE, apud Accurso (2002), elaborado pelo autor.

Tomando o PIB *per capita* nacional como referência, a Figura 6 permite verificar que o do Rio Grande do Sul ocupou a quarta posição, ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Excetuando São Paulo, que não manteve, em 1994 e 1997, os mesmos níveis de crescimento de 1990, o PIB dos dois últimos apresentou um comportamento crescente e positivo. Minas Gerais e Espírito Santo, por sua vez, demonstram uma trajetória idêntica de aumento de participação e importância, neste período. O desempenho da economia sulista, frente a estes dados, leva a supor uma relativa perda de dinamismo. As causas podem ser mais bem esclarecidas

através da análise setorial, lembrando-se que a taxa do estado foi maior que a taxa nacional (ACCURSO, 2002).

Figura 6 – Relativo dos PIB *per capita* de estados selecionados e Distrito Federal – 1990, 1994 e 1997



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002, elaborado pelo autor.

Herrlein Jr. (2004) repara que o crescimento do PIB gaúcho e do PIB brasileiro no período 1990-2002 foram equivalentes e que, portanto, o Rio Grande do Sul vem mantendo sua participação na economia do Brasil em torno de 8%. A característica marcante do período em análise foi a assincronia nos movimentos destas duas economias⁹. Deve ser salientado que a crise associada especialmente à implantação do Plano Collor deprimiu as economias nacional e gaúcha, esta última provavelmente com mais força, determinada pela queda do produto agropecuário e das exportações. Entretanto, a economia do Rio Grande do Sul recuperou-se antes e com mais força

⁹ A variação real acumulada dos PIBs, 1990-2002, foi de 30,43% no Rio Grande do Sul e de 28,28% no Brasil. Nos subperíodos: 1990-91; 1992-94; 1995-98 e 1999-2002 o comportamento foi o seguinte: -8,69% e -3,69%; 23,43% e 11,60%; 0,69% e 10,64%; 12,41% e 8,61, respectivamente, para Rio Grande do Sul e Brasil.

do que a economia nacional. No triênio que precedeu o Plano Real, a economia gaúcha descrevia uma trajetória ascendente, devido ao excepcional crescimento da agropecuária em 1992, da indústria durante todo o triênio (39%) e das exportações, cujo valor em dólar cresceu 57% (1992/1993), (Herrlein Jr., 2005, p 141).

Nos dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso, observaram-se comportamentos distintos do PIB gaúcho, correspondentes aos governos Antônio Britto e Olívio Dutra. No primeiro, observou-se estagnação do produto e no segundo, recuperação e crescimento, a taxas superiores à taxa de crescimento do produto nacional. O setor que mais contribuiu para as diferenças de crescimento do PIB, nestes períodos de governo, foi a indústria, pois a performance do PIB agropecuário foi semelhante no estado e no Brasil, como evidenciam as Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Variação percentual real acumulada do PIB do Rio Grande do Sul, Brasil e estados selecionados – 1986-2000

Estados e Brasil	1986-90	1991-94	1995-98	1999-2000	1986-2000
Rio Grande do Sul	14,2	22,3	-4,2	6,8	42,9
São Paulo	13,3	3,0	14,9	1,2	35,7
Rio de Janeiro	-5,4	16,6	7,4	21,2	43,5
Minas Gerais	6,9	19,5	8,8	5,0	46,0
Paraná	18,5	7,3	12,7	2,8	47,3
Santa Catarina	24,9	9,4	7,3	15,8	69,7
Ceará	4,0	29,9	20,9	-2,3	59,7
BRASIL	10,6	11,6	10,6	6,6	45,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (Contas Regionais), 2002

Utilizado o deflator do PIB do Brasil

Ressalta-se que a economia brasileira obteve um crescimento econômico na ordem de 10,6% e a do Rio Grande do Sul de -4,2%, conforme Tabela 5; novamente um movimento assimétrico durante o primeiro período do governo de Fernando Henrique Cardoso. A assincronia nos movimentos dessas economias, nos vários subperíodos, entre 1990-2002, mostrou-se dissonante com o paralelismo ocorrido nos anos 1980. Ao que tudo indica, o regime de política macroeconômica que deu sustentabilidade ao Plano Real fundamentou sua estabilidade monetária

na ancoragem cambial e nas taxas de juros elevadas, o que serviu para equilibrar o balanço de pagamentos. Já a depressão e associada ao Plano Collor prejudicou ambas as economias. Mas a gaúcha mostrou maior prejuízo, uma vez que foi determinada pela queda do PIB agropecuário e das exportações (HERRLEIN JR., 2005).

Analisando o setor agropecuário gaúcho nos anos 1990, com o auxílio da Tabela 6 e Figura 7, e comparando com outros estados, contata-se menor dinamismo. O Rio Grande do Sul cresceu 2,2% (1990-97), o que, dentre 10 estados selecionados, corresponde ao penúltimo lugar. Neste mesmo período, ganha somente do estado do Pará, mas apesar deste desempenho a agropecuária gaúcha manteve-se na segunda posição, com uma participação de 12,8% do VAB total nacional (ACCURSO, 2002).

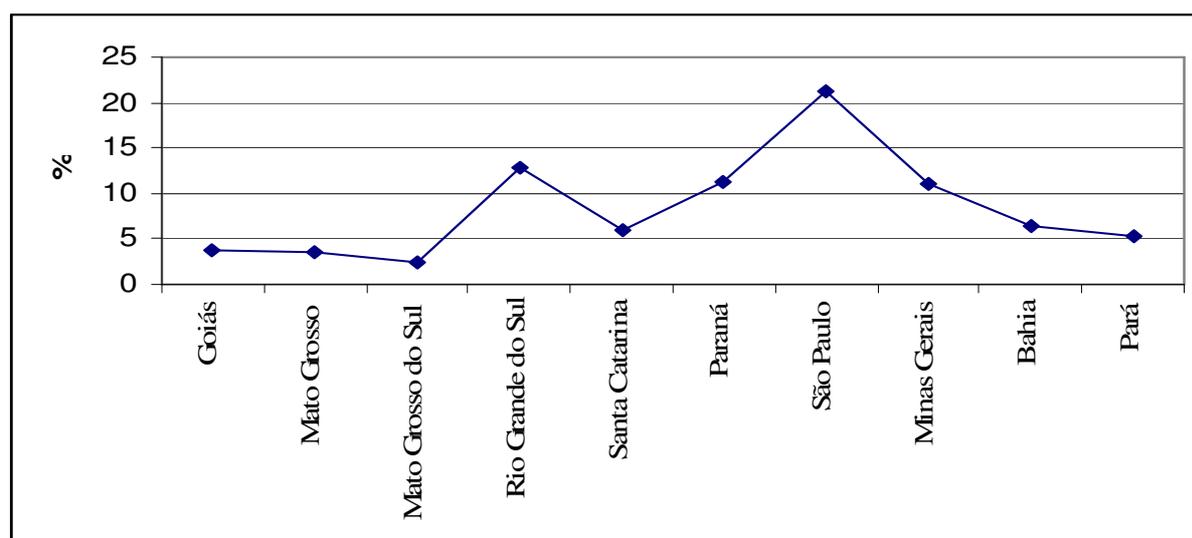
Tabela 6 – Taxas médias anuais de variação real do PIB total e setorial do Rio Grande do Sul e Brasil, 1970/2002, diferentes subperíodos

Períodos	Rio Grande do Sul				Brasil			
	Agropecuário	Industrial	Serviços	Total	Agropecuário	Industrial	Serviços	Total
1971-80	6,53	10,29	7,36	8,11	4,73	9,30	9,40	8,63
1981-89	1,44	1,18	2,39	1,94	3,16	1,21	3,12	2,25
1990-02	2,08	2,25	1,87	2,06	2,82	1,07	1,50	1,93
1990-91	-12,27	-6,37	-0,19	-4,44	-1,21	-4,05	-0,22	-1,70
1992-94	4,37	10,94	4,08	7,27	3,86	3,13	1,40	3,73
1995-98	1,07	-1,19	1,38	0,17	1,89	2,18	1,75	2,56
1999-02	4,93	3,57	1,97	2,97	5,42	1,13	2,29	2,09

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (Contas Regionais), 2002

Utilizado o deflator do PIB do Brasil

Figura 7 – Participação do VAB agropecuário, estados selecionados no total Brasil - 1997



Fonte: apud CARNEIRO, R., *Desenvolvimento em crise*, São Paulo, Unicamp, 2002

Vale notar que nos períodos 1991-94 e 1995-98, as taxas de crescimento foram da ordem de 11,6% e 10,6% no Brasil e de 22,3% e -4,2%, no Rio Grande do Sul, claramente assimétricas. Novamente, a referência ao Plano Real faz-se presente, pois a política cambial brasileira equilibrou o balanço de pagamentos, mas afetando drasticamente a economia gaúcha. Assim, este novo padrão de crescimento exige menor solidariedade entre os desempenhos nacional e regional.

Na análise do comportamento da agropecuária, nas principais culturas do estado, houve um aumento da produtividade física. Segundo Accurso (2002), tomando a própria agropecuária gaúcha como referência, ocorreu progresso nos anos 1990. Todavia, quando se compara o desempenho da lavoura do estado com a do País, este quadro não se mantém.¹⁰

¹⁰ A produtividade na lavoura gaúcha, dentre 14 culturas selecionadas (1980-98), somente foi negativa em duas: trigo e laranja, mas relativamente à participação das culturas gaúchas do total Brasil, a produtividade foi positiva somente em seis culturas: arroz, feijão, fumo, mandioca, milho e maçã. Das culturas do Estado com participação acima dos 20% na produção do país, somente as de arroz, fumo e maçã possuem produtividade superior à média nacional.

Tabela 7 – Taxas médias de crescimento anual do PIB, Pará e outros estados selecionados e Brasil, por períodos determinados

Estados e Brasil	1990-94	1994-97	1990-97
Pará	2,2	-2,3	0,2
Bahia	1,1	4,4	2,5
Minas Gerais	5,3	0,9	3,4
São Paulo	1,0	7,4	3,7
Paraná	6,7	4,6	5,8
Santa Catarina	5,8	3,9	5,0
Rio Grande do Sul	3,3	0,9	2,2
Mato Grosso do Sul	8,6	4,6	6,9
Mato Grosso	12,0	16,9	14,0
Goiás	5,2	4,3	4,8
BRASIL	3,8	3,1	3,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (Contas Regionais), 2002

Utilizado o deflator do PIB do Brasil

Já a indústria de transformação gaúcha, no período 1990-97, apresentou um crescimento de 4,4% a.a., enquanto a média nacional foi de 3,1% a.a.. Esse crescimento fez com que esta atividade atingisse o segundo lugar no parque fabril nacional, com uma participação relativa de 11%, no ano de 1997. Este resultado é devido à forte expansão havida no período 1990-94, que atingiu 9,3%, contrastando com os 3,2% do Brasil. Entretanto, no período posterior a 1994-97 mostrou a marca de -1,9%, por contraste aos 2,9% do Brasil.

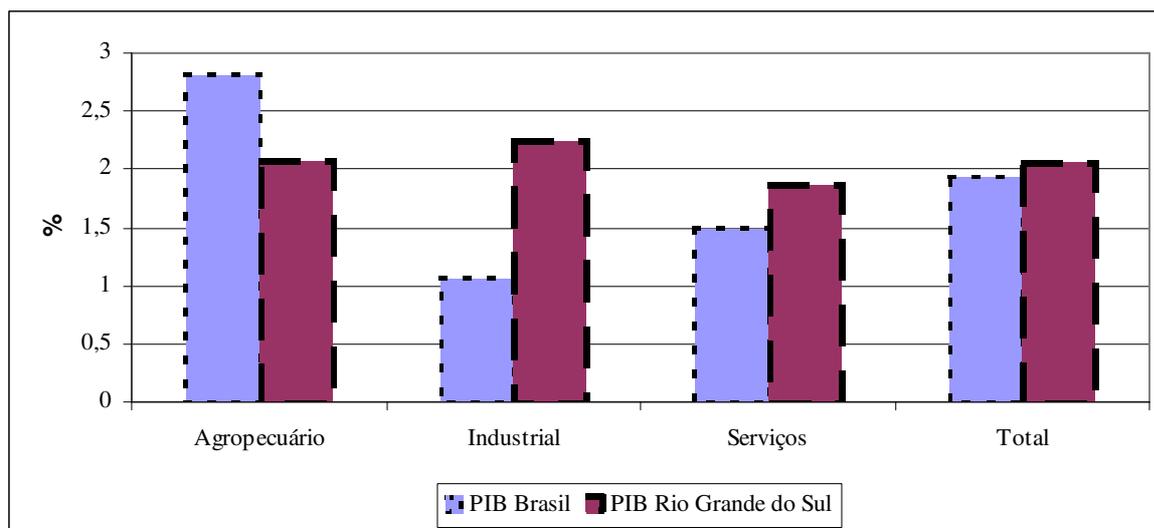
O crescimento apontado no período 1990-97 foi alcançado pela expansão dos seguintes ramos: indústria mecânica (7,8% a.a.), mobiliário (10,9% a.a.) e produtos alimentares (4,1% a.a.). Estes fizeram contraponto às indústrias do vestuário e calçados (-4,7% a.a.) e química (-0,5% a.a.), que tiveram piores desempenhos.

O período 1991-2000 indica que a indústria foi o ramo econômico que mais cresceu na economia gaúcha, ao contrário da brasileira, na qual o preponderante foi a agropecuária, conforme a Figura 8. Foi especialmente o desempenho da indústria gaúcha que permitiu uma equivalência nas taxas de crescimento, pois a estadual alcançou o dobro da média do Brasil. O

setor serviços do Rio Grande do Sul cresceu 2,4% a.a., enquanto a média nacional ficou em 2,8% a.a. Mesmo com este comportamento, o estado é detentor de 7% do total nacional do setor serviços, o que lhe garante a quarta posição.

Constata-se que, apesar de o setor serviços ter uma participação relativa maior no produto gaúcho, como aponta a Figura 8, seu desempenho tende a acompanhar o da indústria; como na economia gaúcha, a agropecuária possui o dobro da importância que possui na economia brasileira. A esta expressiva cifra, deve-se acrescentar que 40% do produto industrial são pertencentes aos gêneros da indústria de transformação ligados à agropecuária.

Figura 8 – Taxas médias da variação real do PIB setorial e total do Rio Grande do Sul e do Brasil, 1990/2002



Fonte: FEE, IBGE. Apud Herrlein Jr (2004), elaborado pelo autor.

Nos casos brasileiro e gaúcho, conforme afirma Herrlein Jr (2004), não parece adequado associar maior expansão relativa do produto do setor serviços com perda relativa da indústria e com maior avanço no processo de desenvolvimento, já que a expansão deste estará associada a atividades de produtividade muito baixas.

O que se é levado a supor sobre o comportamento da economia gaúcha dos anos 1990 em relação à economia do país é a maior instabilidade da primeira devido às mudanças nas

formas da inserção dos Planos engendrados na década. Verificou-se que o maior grau de abertura comercial e de sobrevalorização cambial e do próprio processo de globalização da economia brasileira refletiu-se, como já mencionado, em menor solidariedade entre as economias regional e nacional. A primeira teria sido mais afetada com a abertura comercial e a sobrevalorização do câmbio.

A peculiaridade do comportamento do PIB gaúcho em relação ao nacional e das principais economias regionais aponta, segundo Herrlein Jr. (2005), para uma provável perda de relevância da economia estadual. Isto se deve a sua integração no mercado interno brasileiro e na configuração de um único processo nacional de acumulação de capital. O autor deixa sugerida a hipótese de que um novo padrão de articulação da economia do Rio Grande do Sul com os mercados nacional e internacional foi decorrente da reestruturação produtiva dos anos 1990, ficando o produto estadual condicionado à inserção internacional e suas peculiaridades. Neste particular ganham destaque dois instantes. O primeiro deles corresponde ao período 1995-99. A estagnação do PIB gaúcho causada pelas condições externas desfavoráveis redundou em retração industrial e baixo crescimento agrícola. No segundo, com a retomada do crescimento a partir de 1999 apoiado na expansão e modernização dos setores produtivos, o setor externo viu a expansão na indústria alcançar 3,6%, contra 5% na agropecuária.

Merece referência o fato de que os diferenciais de crescimento entre os produtos industrial e agropecuário do Rio Grande do Sul e o nacional têm um impacto significativo sobre a dimensão espacial do desenvolvimento econômico regional. Com efeito, um maior crescimento industrial nacional, em paralelo com menor crescimento na agropecuária, tem determinado o agravamento da concentração espacial da renda do Rio Grande do Sul. Desta forma o aumento da pobreza se daria pelo predomínio de zonas agrícolas que estão em declínio, enquanto, em torno das principais cidades, na zona urbana, cada vez mais a renda e a população se concentram. Equacionar mais frontalmente estas questões é o objetivo do próximo capítulo desta dissertação.

4- Participação, Crescimento e Desigualdade

4.1 - Material e métodos

4.1.1 – Formulação inicial

A pesquisa orientada pela busca de relação entre a participação, crescimento e desigualdade nos municípios do Rio Grande do Sul utilizou como foco o crescimento e desenvolvimento econômico, bem como o montante de apropriação municipal de renda e sua distribuição. Com isto, buscou-se investigar a ocorrência de aumento da qualidade de vida dos municípios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1991 e 2000, períodos em que o IBGE realizou censos econômicos e demográficos. Nesta seção, os indicadores que resultam da aplicação das conceituações estudadas pormenorizadamente no capítulo 2 serão descritos, buscando-se estabelecer os contornos da modelagem a ser feita na seção 4.2. Todavia, antes mesmo de discutir a informação disponível, deve-se considerar um problema institucional relacionado à comparabilidade entre as séries das variáveis selecionadas, qual seja, os desdobramentos municipais.

Estabeleceu-se o período 1991-2000 como horizonte temporal coberto pelo presente estudo. Desde o início, três espécies de problemas foram enfrentados ao manipular-se a informação disponível para avaliar a relação entre o crescimento econômico, bem-estar social, desigualdade e a participação da população local no resultado do esforço produtivo:

- a) adequação da informação originária de diferentes instituições;
- b) adequação dessa informação aos contornos políticos dos municípios estaduais; e,
- c) correção das unidades monetárias vigentes em 1991, transformando-as em cifras compatíveis com as vigentes em 2000.

No que diz respeito aos contornos políticos, cabe registrar que, em 1991, havia 333 municípios. Deste total, 205 municípios foram neutros, ou seja, não entraram na composição ou criação de novos entes municipais. Destaca-se o número de 128 municípios cedentes, entre 1991 e 2000, o que resultou na criação de 134 novos municípios no Rio Grande do Sul. Portanto, partiu-se do número de 333 municípios, em 1991, até chegar ao ano de 2000 com 467 unidades geográficas.

A solução tradicional para gerar uniformidade nas comparações inter-temporais consiste em agregar os municípios dos anos mais recentes, de sorte a reproduzir a área consagrada no período inicial. Descontadas algumas discrepâncias associadas à geração dos municípios novos envolvendo a área distrital de dois ou mais municípios originais, este critério de agregação insere no estudo um sério viés. Com efeito, os movimentos político-econômicos que levaram à própria divisão territorial podem estar turvados pela agregação, forçando-se as variáveis trabalhadas a percorrerem uma trajetória simétrica àquela observada na realidade.

Aqui, optou-se por procurar reconstruir os dados de forma a permitir-lhes mimetizar o movimento histórico. Por exemplo, se o município A existente em 2000 originou-se de B e C na proporção de 30% e 45%, retoma-se a informação original de B e C e oferecem essas frações a A e retêm os 70% e 55% na composição dos municípios originais. Desta forma, a pesquisa optou por centrar - tanto em 1991 quanto em 2000 - em 467 o número das unidades municipais estudadas.

Para a obtenção e ajustamento das informações deram-se quatro passos, uma vez que para aquelas relativas a 2000, não foi necessário nenhum tipo de tratamento, viabilizando-se as próprias saídas geradas pela FEE. Para as informações relativas a 1991,¹ necessitou-se das seguintes matrizes:

¹ Os anos escolhidos para a pesquisa foram aqueles idênticos aos dos Censos do IBGE. Como a FEE disponibilizou informações para 2000 e 1990 (e não 1991), foi necessário tratá-las de dois modos. Em primeiro lugar, parametrizar o número de municípios, em 1991 e 2000 e, em segundo, atualizar os valores de 1990 para 1991.

M1 - dos municípios cedentes líquidos, ou seja, aqueles municípios que figuravam em 1991 e igualmente em 2000, mas que uma fração de sua população e VAB passaram a integrar-se à criação de um ou mais municípios;

M2 - dos municípios novos, como sendo aqueles que receberam de um ou mais municípios, fração de população e VAB, e passaram a figurar em 2000, mas que não estavam criados em 1991;

M3 - dos municípios neutros, aqueles municípios que existiam em 2000 e 1991, mas que não cederam população ou produto à criação de nenhum outro município e,

MC - matriz de conversão para população ou VAB imputados.

O princípio da MC é a obtenção do montante de municípios novos, tanto em 2000 quanto em 1991. Para isto são necessários três passos. O primeiro é evidenciar o montante original de municípios que cederam fração da população e do VAB (M1-Bruto), para aqueles que somente pertenciam a este quadro em 2000. O segundo passo, identificar os municípios que não figuravam em 1991, mas que existiam em 2000 e calcular os seus montantes de população e VAB. Este procedimento permite que seja visualizado que municípios e totais foram criados (M2). O próximo passo é deduzir dos valores das cedências brutas, os montantes dos novos municípios, resultanto nos valores dos municípios cedentes líquidos. Portanto, obtidos os municípios cedentes originais líquidos (M1), e a matriz dos novos municípios (M2), passou-se a ter um novo elenco e número de municípios. Estes, somados aos que nada disponibilizaram (os municípios neutros), ofereceram para o ano de 1991, o mesmo número de municípios que em 2000², com os VABs imputados para 1991 e efetivo em 2000.

Tendo condições de parametrização entre os períodos escolhidos e os municípios, utilizando o princípio das matrizes acima, seguiu-se na obtenção ou confecção das informações

² O número de municípios neutros, em 2000 e 1991, foi de 205. O número de municípios cedentes, em 2000, foi de 128, que geraram o número de 134 novos municípios, para 1991. Portanto, as três matrizes resultaram em 128 municípios cedentes, 134 novos e 205 neutros, totalizando 467 municípios, em 2000 e 1991.

sobre crescimento econômico, apropriação, desigualdade, pobreza e outras variáveis que se mostraram relevantes no estudo sobre os municípios gaúchos.

Por fim, na questão do tratamento do inflacionamento das variáveis de 1991, estas foram convertidas aos preços de 2000, sendo requeridos o uso dos seguintes deflatores:

- a) o do VAB setorial (agropecuário, industrial e setor serviços) e do VAB total, para as informações do VAB e aquelas relativas à renda dos domicílios particulares permanentes ou a de seus chefes e
- b) o deflator implícito do PIB quando da utilização do PIB total ou *per capita*.

A seguir, passa-se a detalhar a natureza das variáveis selecionadas para a mensuração do crescimento, bem-estar e desigualdade nos 467 municípios gaúchos.

4.1.2 – Crescimento Global e Setorial

Para posicionar o crescimento e a preponderância dos setores econômicos na sua efetivação, o primeiro balizador é o Valor Agregado Bruto, apurado e publicado pela FEE. Estas informações estão disponíveis para os anos de 1990 e 2000, sendo que, para o ano de 1991, a cifra pertinente deve ser composta, atualizando-a pelo deflator implícito do VAB-RS.

Obtidos os valores do VAB setorial e total, para 2000 e 1990 (a preços de 2000), foram elaborados, inicialmente, quatro indicadores de crescimento econômico para os 467 municípios gaúchos. O primeiro foi denominado taxa média da variação real entre 1990 e 2000 do VAB agropecuário. Seus resultados foram obtidos a partir do confronto dos VABs do setor agropecuário municipal, em 1990 e 2000. Estes indicam, respectivamente, o peso do setor agropecuário na economia municipal, em cada ano. Sua taxa aponta para a quantificação do crescimento real do produto agropecuário, ao longo da década de 1990. Este indicador, quando constar do elenco das variáveis independentes ou explicativas, estará indicado por: **I₁**. Visto em

conjunto com as demais taxas³, fornece o quadro do crescimento do produto setorial e indica se este foi o mais representativo dentre os demais na economia municipal. Indicou que a média de crescimento do setor agropecuário regional 1990-2000 foi da ordem de 2,75%. Para as informações econômicas, quando disponíveis em 1990, e sendo necessário ajustá-las para 1991 e ou 2000, utilizou-se geralmente como fator de atualização o deflator implícito do VAB, calculando-se, dependendo da necessidade, os valores setorial ou total.

O segundo indicador de crescimento foi a taxa média da variação real entre 1990 e 2000 do VAB industrial, denominado de **I₂**. O terceiro indicador é o relativo ao setor serviços, **I₃**. Este último representa a taxa média da variação real entre o período 1990 e 2000 da soma dos VABs, ou seja o VAB total, indicado por **I₄**.

4.1.3 – Bem-estar e Participação

Os indicadores síntese selecionados para avaliação do bem-estar das populações municipais do Rio Grande do Sul são de quatro tipos:

- a) a renda *per capita*
- b) sua distribuição pessoal
- c) índices de desenvolvimento humano e
- d) coeficientes de participação ou apropriação local do produto gerado no município.

A discussão da mensuração da desigualdade será tratada na próxima seção, por enquanto os indicadores monetários e não monetários do bem-estar social serão discutidos.

Nos anos de 1991 e 2000, para proceder à verificação das melhorias na qualidade de vida dos 467 municípios, foi apurado o Índice do Desenvolvimento Humano-Municipal. Ele considera um indicador de longevidade, um índice de educação com os seus componentes e a

³ As taxas serão em número de quatro: relativamente ao setor agropecuário, ao industrial, ao dos serviços e ao do VAB total, disponibilizadas junto com demais indicadores.

renda *per capita*, similarmente à metodologia do PNUD. Adicionalmente, utiliza-se o indicador de apropriação *per capita* municipal, sendo que todos estes indicadores estarão balizados pela população e reagrupados nos anos de investigação.

A indexação das informações da pesquisa fez-se necessária e foi motivada pela escolha do período de análise e utilização dos Censos do IBGE para rendimento e população, disponíveis para os anos de 1991 e 2000. No Censo de 2000, o número de municípios está apontado em 467 e o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/IPEA), do qual grande parte das informações foram retiradas, utiliza o mesmo número de municípios, tanto para 1991 quanto para 2000. O critério de reagrupamento dos dados municipais de 1991 está idêntico ao número de 467 municípios existentes em 2000. Portanto, é este o número que irá balizar a escolha para agregar ou desagregar o estudo de todas as informações econômicas e demográficas utilizadas.

Para verificar se houve melhorias ou não na qualidade de vida dos 467 municípios nos anos de 1991 e 2000 apurou-se o Índice de Desenvolvimento Humano, por município (IDH-M). Este reflete as seguintes preocupações com o desenvolvimento humano, das pessoas que vivem nestes municípios: indicador de longevidade, de educação com seus componentes e de renda *per capita*, similarmente ao PNUD, e, adicionalmente, indicadores de apropriação *per capita*, sendo que todos estes indicadores estarão balizados pela população e reagrupados nos anos de investigação. Seguiram-se as adaptações feitas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), utilizadas no Atlas do Desenvolvimento Humano, para o cálculo do IDH-M (IDH em nível municipal). Em sua formulação original estava expresso da seguinte forma:

$$IDH_i = (IL_i + IE_i + IR_i) / 3,$$

onde IL_i é o Índice de Longevidade do país i , cuja esperança de vida ao nascer é V_i e os valores extremos para a esperança de vida são 25 e 85 anos, portanto,

$$IL_i = (V_i - 25) / (85 - 25).$$

IE_i é o índice de Educação do país i , composto da taxa de alfabetização de adultos (A_i), combinada com a taxa de matrícula (M_i). Estas duas taxas são transformadas em índices e sua formulação final é

$$IE_i = (2 IA_i + IM_i) / 3$$

Por fim, tem-se o IR_i , índice de renda do país i . Esta hipótese é incorporada ao cálculo do IDH através de função logarítmica, bem como os valores de máximo e mínimo 40.000 e 100 em dólar americano, corrigido pela paridade do poder de compra. Portanto,

$$IR_i = (\ln Y_i - \ln 100) / (\ln 40000 - \ln 100).$$

O valor final do IDH varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais alto será o nível de desenvolvimento humano do país. O IDH foi inicialmente idealizado para ser calculado para uma sociedade razoavelmente fechada, sob os pontos de vistas demográfico e econômico. Não sendo este, obviamente, o caso dos municípios que são espaços geopolíticos relativamente abertos, torna-se necessário proceder às seguintes adaptações:

1. Renda: substitui-se o PIB *per capita* pela renda familiar *per capita* média do município. Para a adequação dos valores-limite da fórmula de obtenção da IDH-Renda, os valores estabelecidos pelo PNUD, os valores de US\$ 40.000 e US\$ 100 foram convertidos para os valores-limite dos logaritmos de R\$ 1.559,24 e R\$ 3,90.
2. Educação: também se substitui a taxa bruta de matrícula e seus componentes pela taxa bruta de frequência combinada. Esta é dada pelo somatório da quantidade de pessoas de todas as idades que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior dividido pelo total de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos, com peso 2.
3. Longevidade: não serão necessárias adaptações nesta componente.

Similarmente, a fórmula final fica expressa:

$$IDHM = (IDHME + IDHML + IDHMR) / 3.$$

Outros indicadores explicativos fundamentais são aqueles relativos à apropriação, que são em número de dois: os coeficientes normalizados do indicador de apropriação referente a 1991 e 2000. Alerta-se que, para a verificação da apropriação da renda no produto, será calculada a proporção entre a massa de rendimentos domiciliares dos municípios e o VAB municipal, para os 467 municípios, em 1991 e 2000, utilizando-se o VAB de 1990 inflacionado e com municípios reagrupados, o que corresponde ao cálculo do Indicador de Apropriação de Renda - Total e por município.

Estes indicadores tiveram construções diferenciadas em 1991 e 2000. As informações referentes aos domicílios particulares permanentes em 1991 e 2000 não possuem a mesma configuração/parametrização. Desta forma, foi necessário utilizar aquelas mais próximas. Justifica-se, assim, a escolha da utilização dos valores da renda média dos chefes (1991) e o valor do rendimento médio mensal dos domicílios (2000), o que conceitualmente resultou, portanto, na massa de rendimentos dos domicílios particulares permanentes do município e divididos pelo VAB total do município. Este indicador ficou denominado, após a normalização, de coeficiente normalizado do indicador de apropriação de renda municipal em 1991, sendo representado por **(I₇)**.

O indicador para 2000 foi construído de forma similar ao anterior, ressaltando-se que, para a montagem da massa de rendimento dos domicílios particulares permanentes, utilizou-se o valor do rendimento médio mensal dos domicílios e não dos chefes de família, e ficou representado por **(I₈)**⁴.

O próximo bloco refere-se à verificação da desigualdade, pobreza e indigência. Esta última entendida como a distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos detentores de um cifra inferior a R\$ 37,75 do valor da linha de pobreza, medida em

⁴ Como os valores de **(I₇)** e **(I₈)** foram normalizados, os resultados que estiverem abaixo de 100 indicam que a apropriação de renda do município cresceu menos do que a apropriação média do Estado. Os valores maiores que 100 indicam o inverso.

termos percentuais. O conceito e dados utilizados são os do Atlas (IPEA), na confecção das informações relativas à pobreza, indigência, desigualdade e IDH, nos 467 municípios para 1991 e 2000.

4.1.4 – Concentração, desigualdade e pobreza

Os próximos indicadores estão colocados em três blocos. Para medir a desigualdade, foram selecionados quatro indicadores. O primeiro é o índice do valor relativo do Gini de 1991, multiplicado por 100 (D₁). O próximo, que auxiliou o entendimento da desigualdade na “chegada” da análise (ano de 2000), e irá compor outros modelos, é o índice de Gini em 2000, multiplicado por 100 (D₂). Estes resultados indicam, quando maior que 100, que elevou-se a desigualdade de renda.

O terceiro indicador é aquele relativo à razão entre os 20% mais ricos e os 40% mais pobres no município em questão, no ano de 1991 (D₃). De modo similar à avaliação acima, quando maior que 100, a condição entre os ricos e pobres, o contexto torna-se mais desigual. Outro indicador, que aponta a proporção entre ricos e pobres, ficou centrado no ano de 2000. Buscou avaliar a razão entre os 20% mais ricos e os 40% mais pobres, no final do período de análise(D₄).

Relativamente à verificação da hipótese de Kuznets, foram testados primeiramente o índice de Gini, como variável explicada e o VAB *per capita* e o VAB *per capita* ao quadrado, nos anos de 1991 e 2000. Da mesma forma, tendo agora como variável dependente o indicador de apropriação, novamente testa-se os VAB *per capita* e VAB *per capita* ao quadrado, na partida e na chegada.

No segundo bloco foram construídos três índices: percentual de pobres entre 2000 e 1991, percentual de pobres em 1991 (D₅) e percentual de pobres em 2000 (D₆). E, no último, o

percentual de indigentes entre os anos de 2001 e 1991, o percentual de indigentes em 1991 (**D₇**) e o percentual de indigentes em 2000 (**D₈**). Utilizando-se estas variáveis como as explicadas, a seção 4.2.4 busca verificar vários relacionamentos para testar a ocorrência de melhorias nas condições de pobreza e indigência no período em análise.

4.2 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.2.1 – Considerações iniciais

A Tabela 1 contém os principais indicadores que a pesquisa buscou focar no período em análise. Estão apontadas as variáveis de nível dos resultados das médias de todos os estados brasileiros. No *rank* da Tabela 1, dentre os 27 integrantes, o Rio Grande do Sul ficou posicionado da seguinte maneira: no indicador de renda *per capita* figurou em quarto lugar nos anos de 1991 e 2000. Em relação ao índice de Gini, em 1991 contrastando com Bahia (0,66) e com Alagoas (0,69), ficou nas posições 23 e 26, respectivamente, mas seu resultado foi idêntico nos dois anos (0,59). Em outro indicador de desigualdade, a razão entre os 20% mais ricos e os 40% mais ricos, não houve praticamente modificação percentual entre os dois anos, mas as posições se modificaram de 22° para 26° lugar. O indicador de pobreza resultou no posicionamento de 23° lugar, mas os percentuais modificaram-se substancialmente de 29% em 1991 para 20% em 2000; portanto, a população do Rio Grande do Sul melhorou esta variável.

Tabela 1 – Indicadores selecionados dos estados brasileiros – 1991/2000

Estado	Renda per capita	Renda per capita	Indice de Gini	Indice de Gini	Razão entre a renda	Razão entre a renda	% de pessoas	% de pessoas	% de pessoas	% de pessoas
	1991	2000	1991	2000	média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, 1991	média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, 2000	com renda per capita abaixo de R\$ 75,50, 1991	com renda per capita abaixo de R\$ 75,50, 1991	com renda per capita abaixo de R\$ 37,75, 1991	com renda per capita abaixo de R\$ 37,75, 1991
	R\$ 1.000	R\$ 1.000	%	%	%	%	%	%	%	%
Acre	145,0	180,7	0,62	0,65	18	22	54	48	30	26
Alagoas	109,1	139,9	0,63	0,69	16	28	67	62	39	38
Amapá	190,6	211,4	0,58	0,64	14	21	39	43	17	22
Amazonas	180,1	173,9	0,62	0,68	19	29	46	53	25	31
Bahia	119,7	160,2	0,66	0,67	20	24	67	55	41	31
Ceará	113,9	156,2	0,65	0,68	19	25	68	57	42	33
Distrito Federal	472,2	605,4	0,61	0,64	18	22	17	16	5	6
Espírito Santo	194,8	289,6	0,60	0,61	15	16	42	28	18	11
Goias	211,9	286,0	0,59	0,61	13	15	35	27	13	10
Maranhão	80,4	110,4	0,60	0,66	14	22	75	67	48	41
Mato Grosso	204,9	288,1	0,60	0,63	15	17	38	28	15	12
Mato Grosso do Sul	222,5	287,5	0,60	0,63	15	17	36	29	13	11
Minas Gerais	193,6	276,6	0,61	0,62	16	17	43	30	20	13
Paraíba	101,1	150,2	0,63	0,65	17	20	69	55	42	30
Paraná	226,3	321,4	0,60	0,61	15	16	35	24	14	9
Pará	141,5	168,6	0,62	0,66	16	21	56	52	28	27
Pernambuco	141,4	183,8	0,65	0,67	20	24	60	51	34	28
Piauí	87,1	129,0	0,64	0,66	18	22	74	62	49	37
Rio de Janeiro	312,0	413,9	0,61	0,61	16	17	25	19	9	8
Rio Grande do Norte	125,1	176,2	0,63	0,66	17	22	62	51	35	27
Rio Grande do Sul	261,3	357,7	0,59	0,59	15	14	29	20	11	8
Rondônia	161,7	233,8	0,61	0,61	17	17	49	35	24	16
Roraima	252,2	232,5	0,65	0,62	26	20	36	36	20	19
Santa Catarina	232,3	348,7	0,55	0,56	12	12	27	16	10	6
São Paulo	382,9	442,7	0,56	0,59	12	15	13	14	4	6
Sergipe	127,5	163,5	0,63	0,66	17	22	61	54	33	29
Tocantins	125,9	172,6	0,63	0,66	17	22	61	51	34	27

Fonte: IPEA, elaborado pelo autor.

De acordo com os indicadores preconizados pelo PNUD, o IDH, o Rio Grande do Sul está classificado como um estado de elevado “padrão de bem-estar social”, pois seus resultados foram de 0,75 em 1991 e 0,81 em 2000. As classificações ficaram em terceiro e quarto lugar, em 1991 e 2000, respectivamente. Apesar de não ser o ponto focal desta pesquisa, também foram elencados dois outros indicadores que compõem o Índice de Pobreza Humana (IPH), a saber, o índice de adultos analfabetos e a sobrevida até 40 anos de idade, expressos na Tabela 2.

No primeiro indicador, o Rio Grande do Sul ficou posicionado em 24º e 23º lugares, com percentuais de 10% e 6%. No outro extremo, ficou Alagoas, com os seguintes números: 45% e 32%, nos anos de 1991 e 2000. No segundo, o Rio Grande do Sul melhorou a posição relativa de 92% para 94%, com o segundo lugar relativamente à sobrevida. Alagoas e Maranhão, em último lugar, exibiram os índices de 80% e 83%. O estado do Rio Grande do Sul, via de regra, ficou bem posicionado frente aos indicadores arrolados, seja o de desenvolvimento ou o de pobreza humana. Resta considerar a situação dentro do estado na verificação da produção, apropriação e nas condições de desigualdade e pobreza.

Tabela 2 – Adultos analfabetos e sobrevivência até 40 anos, estados brasileiros – 1991/2000

Estado	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, 1991	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, 2000	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos, 1991	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos, 2000
Acre	35	24	86	90
Alagoas	45	32	80	86
Amapá	19	12	87	90
Amazonas	24	15	84	88
Bahia	35	22	83	86
Ceará	37	25	84	88
Distrito Federal	9	5	91	93
Espírito Santo	18	11	87	91
Goiás	18	11	89	93
Maranhão	41	27	80	83
Mato Grosso	20	12	88	92
Mato Grosso do Sul	17	11	90	93
Minas Gerais	18	11	88	92
Paraná	42	28	81	84
Paraná	15	9	90	93
Pará	24	16	85	91
Pernambuco	34	23	82	88
Piauí	42	29	83	85
Rio de Janeiro	10	6	89	92
Rio Grande do Norte	36	24	82	88
Rio Grande do Sul	10	6	92	94
Rondônia	20	12	85	89
Roraima	21	13	83	88
Santa Catarina	10	6	93	95
São Paulo	10	6	91	93
Sergipe	36	24	81	85
Tocantins	31	18	81	86

Fonte: IPE/PNUD, elaborado pelo autor.

A pesquisa, levando em conta as variáveis já relacionadas, valeu-se do estudo de várias regressões: simples e múltiplas que auxiliaram a desvendar as hipóteses e os movimentos havidos entre o crescimento e a apropriação econômica, refletidos na desigualdade e na pobreza. Ou seja, dado o movimento econômico de produção de bens e serviços dentro dos domínios, dos municípios este resultou em bem-estar social. O quadro de correlação completo e os modelos ficaram disponibilizados no Anexo 1, mas aqueles resultados mais relevantes serão trazidos para a Tabela 3 com o intuito de melhor visualizar e esclarecer as hipóteses levantadas.

Tabela 3 – Valor dos coeficientes de determinação das regressões das taxas de crescimento contra algumas variáveis selecionadas 2000/1991

Indicadores	Índice de Gini (D3)	Razão 20%Ricos e 40%Pobres (D6)	Pobreza (D9)	Indigência (D12)	IDH (D15)
VAB (Agropecuária)	-0,15	-0,08	-0,01	-0,22	-0,25
VAB (Indústria)	-0,10	-0,12	-0,33	-0,02	0,35
VAB (Serviços)	-0,14	-0,11	-0,22	0,11	0,05
VAB (Total)	-0,13	0,09	-0,13	-0,30	0,02
IAR 2000	0,33	0,28	-0,18	0,26	-0,01

Fonte: Dados da pesquisa.

Nas três sub-seções seguintes deste capítulo, serão analisadas as informações relativas aos municípios do Rio Grande do Sul, buscando evidenciar os 15 mais bem posicionados. Na sub-seção 4.2.2, a análise refere-se ao crescimento global e setorial do VAB, PIB e população. Na seguinte, as informações são concernentes ao bem-estar e à participação, destacando-se o PIB *per capita*, os indicadores de apropriação e os indicadores globais do IDH. Na última sub-seção, a 4.2.4, estudam-se a concentração, desigualdade e pobreza. O crescimento econômico e sua apropriação pelos municípios, mostrando reflexos na pobreza e IDH-Educação, serão os próximos indicadores analisados. Estão indicados, no Anexo 1, mapas temáticos das variáveis tratadas nos anos de 1991 e 2000, excetuando o índice de apropriação de renda, bem como histogramas das variáveis referenciadas.

4.2.2 – Crescimento global e setorial

As Tabelas 4 e 5 apresentam os 15 maiores municípios de acordo com o PIB total.

Buscou-se demonstrar as situações dos indicadores de crescimento global e setorial, nos anos de 1991 e 2000.

Tabela 4 – 15 maiores municípios segundo o PIB total, do Rio Grande do Sul - 1991

Tabela 4 - 15 maiores municípios segundo o PIB total, do Rio Grande do Sul - 1991

Município	Estrutura do VAB (%)			PIBpm (R\$ 1.000.000)	PIB per capita (R\$ 1.000)	População (Em 1.000)	% no PIB do Estado
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
Porto Alegre	0,76	33,36	65,88	13.118,8	10,5	1.251,1	12,52
Canoas	0,13	71,19	28,68	6.543,4	24,8	264,2	6,24
Caxias do Sul	2,68	63,73	33,60	5.201,6	18,3	284,7	4,96
Triunfo	0,29	59,06	40,64	3.448,6	17,3	199,5	3,29
Novo Hamburgo	1,06	86,67	12,27	3.011,3	171,5	17,6	2,87
Rio Grande	2,70	50,20	47,10	2.736,1	9,7	283,2	2,61
Santa Cruz do Sul	3,57	55,30	41,13	2.481,6	14,6	170,1	2,37
Gravataí	5,20	68,44	26,36	2.122,9	23,2	91,4	2,03
Pelotas	0,16	62,70	37,14	1.939,9	12,0	161,7	1,85
Bento Gonçalves	1,24	59,33	39,43	1.900,2	10,9	174,1	1,81
São Leopoldo	5,52	59,72	34,76	1.366,9	18,8	72,6	1,30
Passo Fundo	8,11	26,35	65,54	1.356,4	9,7	139,4	1,29
Santa Maria	4,52	70,00	25,48	1.320,1	30,1	43,9	1,26
Campo Bom	0,05	50,29	49,66	1.317,9	19,2	68,8	1,26
Sapucaia do Sul	0,08	66,23	33,70	1.276,7	12,4	102,6	1,22
Grupo, participação VAB setor	1,70	55,24	43,06	49.142,3	14,8	3.325,0	46,90
Grupo, participação VAB total	12,08	44,01	43,92	104.791,9	11,6	9.017,4	100,00

Fonte: IPEA, FEE. Elaborado pelo autor.

Tabela 5 – 15 maiores municípios segundo o PIB total, do Rio Grande do Sul - 2000

Município	Estrutura do VAB (%)			PIBpm (R\$ 1.000.000)	PIB per capita (R\$ 1.000)	População (Em 1.000)	% no PIB do Estado
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
Porto Alegre	0,10	28,10	71,80	9.977,1	7,3	1.360,6	11,72
Canoas	0,02	66,45	33,53	6.083,1	19,9	306,1	7,15
Caxias do Sul	3,59	62,18	34,23	4.877,3	13,5	360,4	5,73
Triunfo	0,86	90,08	9,06	3.253,9	146,8	22,2	3,82
Novo Hamburgo	0,26	56,77	42,96	2.376,8	10,1	236,2	2,79
Rio Grande	2,23	61,44	36,33	2.044,6	11,0	186,5	2,40
Santa Cruz do Sul	3,18	69,88	26,94	1.839,0	17,1	107,6	2,16
Gravataí	0,50	56,88	42,63	1.729,8	7,4	232,6	2,03
Pelotas	4,19	24,86	70,95	1.493,2	4,6	323,2	1,75
Bento Gonçalves	5,34	59,70	34,96	1.206,3	13,2	91,5	1,42
São Leopoldo	0,08	44,68	55,24	1.161,8	6,0	193,5	1,36
Passo Fundo	3,38	29,10	67,52	1.082,6	6,4	168,5	1,27
Santa Maria	4,80	11,00	84,21	1.028,8	4,2	243,6	1,21
Campo Bom	0,09	71,60	28,31	1.016,7	18,8	54,0	1,19
Sapucaia do Sul	0,06	62,58	37,36	1.016,4	8,3	122,8	1,19
Grupo, participação VAB setor	1,37	52,47	46,16	40.187,4	10,0	4.009,3	47,20
Grupo, participação VAB total	11,95	40,97	47,08	85.137,5	8,4	10.187,8	100,00

Fonte: IPEA, FEE. Elaborado pelo autor.

As participações relativas do VAB setorial no VAB total, em 1991, ficaram configuradas da seguinte forma: o VAB agrícola representou 12,08% do VAB total, o VAB industrial, 44,00% e o VAB dos serviços, 43,92%. O comportamento destes setores no ano de

2000 modificou-se. A posição do VAB industrial ficou em segundo lugar, com 40,97% do VAB total. Em primeiro lugar, ficou o VAB dos serviços, com 47,08% do total, sendo que em último - identicamente a 1991 - postou-se o VAB agrícola, com uma participação de 11,95%.

O grupo de municípios representava, em 2000, 12,08% do VAB agropecuário, 44,01% do VAB industrial, 43,92% do VAB nos serviços e 46,90% do VAB do estado. Dois municípios, Farroupilha e Esteio, que integravam este grupo em 1991, passam a não fazê-lo. Santa Maria e Campo Bom tornaram-se novos membros em 2000. A população do grupo de 2000 significou 39,35% da do estado. Três municípios (Triunfo, Pelotas e Bento Gonçalves) possuem população menor do que 100 mil habitantes. Todos os integrantes deste bloco, identicamente aos de 1991, podem ser classificados como municípios essencialmente não agrícolas, pois nenhum representante possuiu uma participação relativa maior do que 5,34% em 2000 e 8,11% em 1991 da composição interna do VAB estadual. Excetuando Porto Alegre, Pelotas, São Leopoldo, Passo Fundo e Santa Maria, os demais municípios podem ser classificados como industriais – suas participações relativas excederam a marca dos 56%, em 2000 e 50% em 1991. Outras indicações salientes foram aquelas relativas às taxas de crescimento do VAB setorial e total e do coeficiente (índice) de apropriação.

Conforme se observa na Tabela 6, o crescimento econômico no período, segundo o VAB total, foi de aproximadamente 34%. Calculando para este agrupamento de municípios os percentuais de crescimento ficam em um intervalo de 60% a 277%. Na *performance* setorial, destaca-se o segmento indústria, com aproximadamente 43%. Em segundo lugar, observa-se o agropecuário com 32% e, por último, encontra-se o setor serviços, com 25%.

Observando a taxa de crescimento médio do estado, esta ficou em 2,95%. Dentre as taxas setoriais, o resultado ficou assim definido: 2,75% para a agropecuária, 3,64% para a indústria e 2,25% para os serviços. O número de municípios que tiveram taxa de crescimento negativo foi de 52 localidades, do total dos 467.

Tabela 6 – 15 maiores municípios segundo o crescimento do VAB, do Rio Grande do Sul – 1991/2000

Município	Crescimento do VAB no período (%)				Crescimento médio anual do VAB (%)			
	Agropecuário	Indústria	Serviços	Total	Agropecuário	Indústria	Serviços	Total
Muitos Capões	1.451,50	-97,91	19,09	376,67	31,55	-32,09	1,76	16,90
Imbé	13,34	-69,81	243,72	269,27	1,26	-11,29	13,14	13,96
Campestre da Serra	778,45	68,31	52,10	241,25	24,27	5,34	4,28	13,06
Fagundes Varela	51,49	2.266,29	34,35	213,84	4,24	37,22	3,00	12,12
São Vendelino	3,40	1.749,52	42,96	213,70	0,34	33,88	3,64	12,11
Nova Esperança do Sul	7,15	402,47	116,43	209,16	0,69	17,52	8,03	11,95
Tupandi	132,69	706,44	116,68	203,41	8,81	23,21	8,04	11,74
Xangrilá	0,21	-57,04	176,92	199,58	0,02	-8,10	10,72	11,60
Picada Café	56,64	275,71	112,87	178,82	4,59	14,15	7,85	10,80
Lindolfo Color	31,11	296,30	37,87	173,49	2,75	14,76	3,26	10,58
Horizontina	17,45	503,86	15,10	172,93	1,62	19,70	1,42	10,56
Vanini	254,04	112,70	78,17	167,41	13,48	7,84	5,95	10,34
Pinhal	11,58	206,42	148,72	167,24	1,10	11,85	9,54	10,33
Ivoti	-58,01	261,53	62,40	160,58	-8,31	13,71	4,97	10,05
Pouso Novo	338,29	-41,30	37,30	159,71	15,92	-5,19	3,22	10,01
Rio Grande do Sul	31,17	42,99	24,97	33,70	2,75	3,64	2,25	2,95

Fonte: IPEA, FEE. Elaborado pelo autor.

No extremo, a economia de Maquiné decresceu 16,81%. Nenhum destes municípios figuraram em outras tabelas. Verificando a Tabela 6, observa-se especialmente que, do grupo mais recente, nenhuma das localidades integrou aquele grupo que deteve 47% do valor do PIB Total.

As Tabelas 7, 8 e 9 apresentam o *rank* dos 15 municípios segundo o VAB agropecuário, industrial e serviços. Conforme a Tabela 7, este grupo de municípios participa com 12,46% do PIB do estado. A população representativa deste grupo foi de 12,66%. Caxias do Sul, o terceiro em PIB total, liderou este bloco, mas sua participação relativa no VAB do Rio Grande do Sul é preponderante nos setores urbanos. Identicamente (a este município), para Venâncio Aires, o setor agropecuário não foi o mais significativo na estrutura do VAB. Excetuando Caxias do Sul, os demais municípios deste bloco participam com menos de 1% (um por cento) no PIB do estado. Não é possível afirmar que existam municípios voltados eminentemente à produção de produtos ligados à agropecuária, pois nenhum deles possui mais do que 50%. O único município que se aproximou desta assertiva foi Santa Vitória do Palmar, onde a agropecuária marcou 48,37% na estrutura do VAB. Excetuando Caxias do Sul, Itaqui e Flores da Cunha, os demais municípios apresentaram o PIB *per capita* abaixo da média do estado.

Tabela 7- 15 maiores municípios segundo o VAB agropecuário, do Rio Grande do Sul – 2000

Município	Estrutura do VAB (%)			PIBpm (R\$ 1.000.000)	PIB per capita (R\$ 1.000)	População (Em 1.000)	% no PIB do Estado
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
Caxias do Sul	3,59	62,18	34,23	4.877,3	13,5	360,4	5,73
Itaqui	37,01	18,41	44,58	371,9	9,4	39,8	0,44
Alegrete	26,74	17,05	56,20	470,7	5,6	84,3	0,55
Uruguaiana	20,39	8,38	71,24	595,4	4,7	126,9	0,70
Dom Pedrito	37,09	18,24	44,67	297,2	7,4	40,4	0,35
Santa Vitória do Palmar	48,37	3,60	48,04	226,5	6,8	33,3	0,27
São Gabriel	31,03	14,83	54,15	352,1	5,7	62,2	0,41
Santana do Livramento	25,04	4,33	70,63	413,6	4,6	90,8	0,49
Cachoeira do Sul	24,19	10,31	65,50	412,1	4,7	87,9	0,48
Vacaria	26,92	14,67	58,40	362,2	6,3	57,3	0,43
Palmeira das Missões	38,10	3,03	58,87	241,9	6,3	38,2	0,28
Bagé	15,90	14,73	69,37	565,4	4,8	118,8	0,66
Venâncio Aires	11,61	58,56	29,83	732,1	12,0	61,2	0,86
São Borja	22,98	23,48	53,54	368,8	5,7	64,9	0,43
Flores da Cunha	26,28	43,06	30,66	321,5	13,6	23,7	0,38
Grupo, participação VAB setorial	15,98	12,05	11,92	10.608,8	8,2	1.290,2	12,46
Grupo, participação VAB total	1,91	4,94	5,61	85.137,5	8,4	10.187,8	100,00

Fonte: IPEA, FEE. Elaborado pelo autor

Na Tabela 8, a significância do percentual no PIB total eleva-se para quase 46%. Excetuando Porto Alegre, com uma participação de 28,10%, e de São Leopoldo, com 44,68% na estrutura do VAB industrial as demais localidades poderiam ser classificadas como preponderantemente industriais, dado que seus percentuais, na estrutura do VAB industrial, ultrapassa a casa dos 50%. Este bloco de municípios representou na estrutura do VAB do Rio Grande do Sul 0,57% do VAB agropecuário. A participação pelo VAB industrial foi de 25,62% e 19,75% no VAB dos serviços. Figuram, dentre este grupo, 10 dos municípios com os maiores valores para o PIB total. Mas as melhores posições de PIB *per capita* encontram-se somente em Triunfo e Canoas. A população destes 15 municípios significou 34,47% da população do estado.

Tabela 8 – 15 maiores municípios segundo o VAB industrial, do Rio Grande do Sul - 2000

Município	Estrutura do VAB (%)			PIBpm (R\$ 1.000.000)	PIB per capita (R\$)	População (Em 1.000)	% no PIB do Estado
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
Canoas	0,02	66,45	33,53	6.083,1	19,9	306,1	7,15
Caxias do Sul	3,59	62,18	34,23	4.877,3	13,5	360,4	5,73
Triunfo	0,86	90,08	9,06	3.253,9	146,8	22,2	3,82
Porto Alegre	0,10	28,10	71,80	9.977,1	7,3	1.360,6	11,72
Novo Hamburgo	0,26	56,77	42,96	2.376,8	10,1	236,2	2,79
Santa Cruz do Sul	3,18	69,88	26,94	1.839,0	17,1	107,6	2,16
Rio Grande	2,23	61,44	36,33	2.044,6	11,0	186,5	2,40
Gravataí	0,50	56,88	42,63	1.729,8	7,4	232,6	2,03
Campo Bom	0,09	71,60	28,31	1.016,7	18,8	54,0	1,19
Bento Gonçalves	5,34	59,70	34,96	1.206,3	13,2	91,5	1,42
Sapucaia do Sul	0,06	62,58	37,36	1.016,4	8,3	122,8	1,19
Sapiranga	0,43	70,73	28,84	870,4	12,6	69,2	1,02
São Leopoldo	0,08	44,68	55,24	1.161,8	6,0	193,5	1,36
Cachoeirinha	0,03	51,92	48,05	928,0	8,6	107,6	1,09
Venâncio Aires	11,61	58,56	29,83	732,1	12,0	61,2	0,86
Grupo, participação VAB setorial	4,81	62,53	41,94	39.113,3	11,1	3.512,1	45,94
Grupo, participação VAB total	0,57	25,62	19,75	85.137,5	8,4	10.187,8	100,00

Fonte: IPEA, FEE. Elaborado pelo autor

Relativamente ao VAB do setor serviços, os 15 melhores representam 43,29% do PIB estadual, conforme Tabela 9. Este conjunto abrange 6,45% do VAB agropecuário, 49,01% do VAB industrial e 47,67% do VAB serviços. Relativamente aos municípios com o PIB *per capita* mais elevado, somente Canoas conseguiu participar. Excetuando o município de Esteio, todos aqueles que possuíam a participação relativa maior do que 50% dos valores gerados no setor serviços ficaram posicionados com o PIB *per capita* abaixo da média estadual.

Tabela 9 – 15 maiores municípios segundo o VAB dos serviços, do Rio Grande do Sul - 2000

Município	Estrutura do VAB (%)			PIBpm (R\$ 1.000.000)	PIB per capita (R\$)	População (Em 1.000)	% no PIB do Estado
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
Porto Alegre	0,10	28,10	71,80	9.977,1	7,3	1.360,6	11,72
Canoas	0,02	66,45	33,53	6.083,1	19,9	306,1	7,15
Caxias do Sul	3,59	62,18	34,23	4.877,3	13,5	360,4	5,73
Pelotas	4,19	24,86	70,95	1.493,2	4,6	323,2	1,75
Novo Hamburgo	0,26	56,77	42,96	2.376,8	10,1	236,2	2,79
Santa Maria	4,80	11,00	84,21	1.028,8	4,2	243,6	1,21
Rio Grande	2,23	61,44	36,33	2.044,6	11,0	186,5	2,40
Gravataí	0,50	56,88	42,63	1.729,8	7,4	232,6	2,03
Passo Fundo	3,38	29,10	67,52	1.082,6	6,4	168,5	1,27
São Leopoldo	0,08	44,68	55,24	1.161,8	6,0	193,5	1,36
Viamão	10,46	18,04	71,50	756,2	3,3	227,4	0,89
Esteio	0,06	40,28	59,67	886,1	11,1	80,0	1,04
Santa Cruz do Sul	3,18	69,88	26,94	1.839,0	17,1	107,6	2,16
Cachoeirinha	0,03	51,92	48,05	928,0	8,6	107,6	1,09
Uruguaiana	20,39	8,38	71,24	595,4	4,7	126,9	0,70
Grupo, participação VAB setorial	6,45	49,01	47,67	36.859,7	8,7	4.260,9	43,29
Grupo, participação VAB total	0,77	20,08	22,44	85.137,5	8,4	10.187,8	100,00

Fonte: IPEA, FEE. Elaborado pelo autor

4.2.3 – Bem Estar e Participação

Relativamente à avaliação do bem-estar e da participação caberá destacar o PIB *per capita*, na Tabela 10, os indicadores de Apropriação, nas Tabelas 11 e 12 e os IDHs dos municípios gaúchos em 2000, nas Tabelas 13 a 16. Como se pode verificar na Tabela 10, todos os municípios deste agrupamento ficaram com o PIB *per capita* maior do que a média estadual. Cabe destacar os municípios de Nova Pádua, Muitos Capões e André da Rocha, que são aqueles onde preponderou na sua economia a participação do setor agropecuário.

Tabela 10 – Quinze maiores municípios, segundo o PIB per capita do Rio Grande do Sul -2000

Município	PIB per capita (R\$)	Relativos (1)	Estrutura do VAB (%)			População		% no PIBpm do Rio Grande do Sul
			Agropecuária	Indústria	Serviços	Número (1.000)	Participação	
Triunfo	146.796,8	1.756,61	26.185	2.746.143	276.314	22,2	0,22	3,82
Ivoti	24.190,8	289,47	2.230	261.179	83.771	15,3	0,15	0,44
Teutônia	23.069,4	276,06	30.586	354.243	109.942	22,9	0,22	0,62
Nova Pádua	21.635,2	258,89	35.670	1.702	11.196	2,4	0,02	0,06
Muitos Capões	20.520,7	245,56	45.942	35	9.145	2,9	0,03	0,07
Santa Clara do Sul	20.267,1	242,52	11.481	60.044	19.734	4,8	0,05	0,11
Canoas	19.873,4	237,81	1.132	3.787.295	1.910.948	306,1	3,00	7,15
Nova Bassano	19.799,7	236,93	30.701	82.522	32.140	7,8	0,08	0,18
André da Rocha	19.571,0	234,19	13.253	25	7.130	1,1	0,01	0,03
Marau	19.281,5	230,73	52.137	351.627	108.585	28,4	0,28	0,64
Portão	19.083,3	228,36	3.859	334.585	102.412	24,7	0,24	0,55
Lindolfo Collor	18.950,8	226,77	1.498	61.577	15.297	4,4	0,04	0,10
Campo Bom	18.822,2	225,23	844	682.060	269.700	54,0	0,53	1,19
Fagundes Varela	18.618,9	222,80	8.928	23.798	10.379	2,5	0,02	0,05
Horizontina	18.374,8	219,88	18.908	212.974	72.819	17,7	0,17	0,38
Grupo, participação VAB setorial	25.352	303,37	2,97%	27,41%	8,09%	517,1	5,08	15,40
Grupo, participação VAB total	8.357	100,00	0,36%	11,23%	3,81%	10.187,8	100,00	100,00

Fonte: FEE Elaborado pelo autor

(1) Relação PIB *per capita* municipal e o PIB *per capita* do Rio Grande do Sul

Excetuando os municípios de Canoas e Campo Bom, os demais possuem população abaixo de 30 mil habitantes. O agrupamento desses 15 municípios representa pouco mais de 5% da população do estado e participa com 15,40% no PIB do Rio Grande do Sul. Merecem destaque os municípios de Canoas e Triunfo, o segundo e o quarto lugares em PIB total. Este agrupamento de municípios, classificados como os 15 maiores segundo o critério do PIB *per capita*, detém 11% do VAB industrial, 3,8% do VAB dos serviços e a marca de apenas 0,36% do VAB do setor agropecuário.

O grupo dos municípios da Tabela 11 classificados segundo o indicador de apropriação possui este coeficiente entre aproximadamente 42,20% e 77,12%. Seis localidades

ultrapassaram a marca de 50% deste indicador. Neste grupo, todos os municípios cresceram em mais do que 50% da metade da média do estado. A população representativa deste grupo é de 21,98% do total do Rio Grande do Sul, significando 37,51% da massa de rendimentos médio dos chefes dos domicílios particulares permanentes. Dos 467 municípios, 102 localidades ficaram acima da média do Rio Grande do Sul e outras 180 ficaram abaixo de 15% do percentual de apropriação. A localidade com o menor percentual de apropriação foi a de Herveiras, com 0,33%. Dos municípios com o VAB absoluto maior do que um bilhão de reais, destacam-se: Canoas com o valor de R\$ 3,7 bilhão e um índice de apropriação de 13,55. O município de Triunfo com R\$ 1,7 bilhão e apropriação em 1,60% e Santa Cruz do Sul, R\$ 1,2 bilhão e apropriação de 10,86%. Os demais municípios com o VAB, nesta ordem de grandeza, são em número de 7: Porto Alegre, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Gravataí, São Leopoldo e Caxias do Sul. Os percentuais de apropriação destes últimos ficaram no intervalo de 23,50% a até no máximo 34,80%. Leve-se em conta que este índice foi produzido com as variáveis rendimento médio mensal do chefe do domicílio e VAB total. Já as informações de 2000 foram compostas com o rendimento médio dos domicílios particulares e VAB.

Tabela 11 – 15 maiores municípios, segundo o Índice de Apropriação de Renda – 1991

Município	VAB total (R\$ 1.000)	Massa Rendimento Médio Mensal do Chefe do Domicílio (R\$1.000)	Índice de Apropriação de Renda (%)		População (Em 1.000)
			Coefficiente	Normalizado	
Imbé	17.403	13.421	77,12	277,48	7
Viamão	306.153	233.809	76,37	274,80	165
Alvorada	241.471	169.181	70,06	252,10	138
Santa Maria	678.010	463.479	68,36	245,97	205
Porto Alegre	7.469.189	5.003.908	66,99	241,06	1.251
Três Cachoeiras	32.773	18.293	55,82	200,84	8
Santiago	146.459	70.379	48,05	172,91	49
Tramandaí	62.413	29.893	47,90	172,34	19
Jaguarão	95.627	42.653	44,60	160,49	27
Capão da Canoa	53.070	23.570	44,41	159,81	18
Terra de Areia	31.113	13.790	44,32	159,48	10
Santo Angelo	275.466	118.757	43,11	155,12	72
Vista Alegre	11.720	5.004	42,70	153,64	3
Arroio do Sal	11.192	4.754	42,48	152,83	3
Cerro Grande do Sul	19.093	8.057	42,20	151,85	7
Total (Grupo)	9.451.151	6.218.948			1.982
Grupo, participação VAB total	15,84	37,51	27,80	100,00	9.017

Fonte: IPEA, FEE. Elaborado pelo autor.

O grupo dos municípios da Tabela 12 classificados segundo o indicador de apropriação possui este coeficiente acima de 90%. Seis localidades ultrapassaram a marca de 100%, ou seja, a massa de rendimentos foi maior do que a produção gerada nestas economias. Ademais, todos os municípios deste grupo, observado o critério da normalização, expressam crescimento maior do que 54,43%. A população representativa deste grupo é de 26% do total do Rio Grande do Sul, alcançando os 38% da massa de rendimentos dos domicílios particulares permanentes. Do total dos municípios, 95 ficaram acima da média deste indicador e 101 ficaram abaixo dos 30%. Os municípios com o valor do VAB maior do que um bilhão de reais ficaram em número de 12. Somaram-se a este grupo as cidades de Bento Gonçalves e Passo Fundo, pois não figuravam em 1991. A localidade de Triunfo figura com um VAB de R\$ 3,0 bilhões e um índice de apropriação de 2,47%, portanto, o montante da massa de rendimento médio dos domicílios particulares permanentes desta localidade é baixo, podendo sugerir que grande parte da riqueza produzida não permaneceu no município produtor. Canoas teve como resultado 22,64% de índice de apropriação e um VAB de R\$ 5,7 bilhões. Identicamente ao ano de 1991, os municípios com o

VAB absoluto maior do que R\$ 1,0 bilhão em sua grande maioria podem ser classificados como localidades preponderantemente industriais. As exceções ficam por conta de Porto Alegre, Pelotas, Passo Fundo e São Leopoldo. Nestes municípios preponderam as atividades ligadas ao setor serviços. Os municípios de Santa Maria, Porto Alegre, Santo Ângelo, Tramandaí e Viamão foram aqueles que figuraram entre os 15 mais bem posicionados nos anos de 1991 e 2000.

Tabela 12 – 15 maiores municípios, segundo o Índice de Apropriação de Renda – 2000

Município	VAB Total (R\$ 1.000)	Massa Rendimentos Médio Domicílios Particulares Permanentes (R\$1.000)	Índice de Apropriação de Renda (%)		População (Em 1.000)
			Coefficiente	Normalizado	
Santa Maria	963.860	1.237.890	128,43	235,97	244
Porto Alegre	9.347.752	11.412.094	122,08	224,31	1.361
Alvorada	404.096	472.036	116,81	214,63	184
Santo Ângelo	290.968	299.933	103,08	189,40	77
Tramandaí	118.270	121.081	102,38	188,10	31
Santa Vitória do Palmar	212.245	215.875	101,71	186,88	33
Santiago	192.601	188.660	97,95	179,98	52
Viamão	708.500	689.044	97,25	178,69	227
Putinga	28.794	27.964	97,12	178,44	5
Torres	119.526	115.970	97,02	178,27	31
Pelotas	1.399.028	1.330.039	95,07	174,68	323
Cidreira	34.706	31.792	91,60	168,31	9
Canela	135.956	123.874	91,11	167,41	34
Taquara	239.465	216.227	90,30	165,91	53
Balneário Pinhal	30.377	27.389	90,16	165,66	7
Total (Grupo)	14.226.144	16.509.867			2.670
Grupo, participação VAB total	17,83	38,03	54,43	100	10.188

Fonte: IPEA, FEE. Elaborado pelo autor.

Passando ao exame do Índice do Desenvolvimento Humano, cabe notar que ele classifica as economias em três estágios. O primeiro, com alto desenvolvimento humano e, portanto, bem-estar social, ocorre quando o indicador estiver entre 0,80 e 1,00. O segundo caracteriza o médio desenvolvimento humano, quando a marca resultar entre o intervalo de 0,50 e 0,79. Por fim, economias com baixo desenvolvimento humano caracterizam-se por índices abaixo de 0,50. Conforme Tabela 13, os 15 maiores municípios em IDH-Municipal no ano de 2000 ficaram classificados como municípios de alto desenvolvimento humano e acima da média do estado. Todos, sem exceção, tiveram taxa de crescimento positiva, se comparados a 1991. Este grupo representa pouco mais do que 22% da população do estado.

Tabela 13 – 15 maiores municípios, segundo IDH-Municipal – 2000

Município	IDH 1991	IDH 2000	Educação	Longevidade	Renda	População
Bento Gonçalves	0,80	0,87	0,94	0,87	0,80	91.486
Porto Alegre	0,82	0,87	0,95	0,78	0,87	1.360.590
Carlos Barbosa	0,77	0,86	0,94	0,84	0,79	20.519
Caxias do Sul	0,79	0,86	0,95	0,82	0,81	360.419
Selbach	0,80	0,86	0,92	0,84	0,81	4.861
Ivoti	0,79	0,85	0,94	0,85	0,77	15.318
Veranópolis	0,79	0,85	0,92	0,84	0,79	19.466
Nova Petrópolis	0,79	0,85	0,92	0,85	0,78	16.891
Santa Maria	0,79	0,85	0,93	0,82	0,79	243.611
Farroupilha	0,78	0,84	0,94	0,82	0,78	55.308
Nova Bassano	0,77	0,84	0,92	0,83	0,78	7.836
São Marcos	0,79	0,84	0,92	0,84	0,77	18.958
Paráí	0,78	0,84	0,93	0,83	0,77	6.020
Garibaldi	0,77	0,84	0,92	0,82	0,80	28.337
São Sebastião do Caí	0,74	0,84	0,92	0,86	0,75	19.700
Grupo	0,78	0,85	0,93	0,83	0,79	2.269.320
Rio Grande do Sul	0,75	0,81	0,90	0,79	0,75	10.187.798

Fonte: PNUD/IPEA, elaborado pelo autor.

O perfil do estado no período 1991-2000, segundo a pesquisa e informações do Relatório do Desenvolvimento Humano, apresenta uma população preponderantemente urbana. Com 81,65% em 2000, a taxa de urbanização cresceu em 6,64%. Em 2000, a população total cresceu em média 1,26%, representando 6,00% da população do País. No período pesquisado o IDH do Rio Grande do Sul cresceu 8,10%, passando de 0,75 para 0,81, em 2000. A dimensão que mais contribuiu para esta *performance* foi a Educação, com 41,60%, seguida pela Longevidade, com 30,30% e, finalmente, pela Renda, com 28,10%. Neste período, a distância entre o IDH do estado e o limite máximo do IDH foi reduzido em 24,70%. O IDH do Brasil ficou apontado em 1991 e 2000 com os seguintes valores: 0,70 e 0,77, respectivamente.

Relativamente à colocação frente aos demais estados do Brasil, o Rio Grande do Sul estaria colocado na quarta posição, com 23 estados em posição inferior ou idêntica ao estado gaúcho. No ano de 1991, o município mais bem colocado foi Porto Alegre (IDH 0,82) e o pior foi Lagoão (0,55). O município gaúcho com melhor posicionamento em 2000 foi Bento Gonçalves (0,87) e o pior valor ficou com Benjamin Constant (0,66). Dos 467 municípios, em 1991, 43

estavam posicionados entre os valores de 0,50 e 0,65, 423 tinham o valor entre 0,65 e 0,80, ou seja, 90,6% das localidades, e um município na faixa 0,80 a 1,00. Em 2000, o Rio Grande do Sul não apresentou nenhum município com baixo desenvolvimento humano. Ou seja, o intervalo de 0,50 a 0,65 ficou sem representantes. Já no seguinte, de 0,65 a 0,80, existiam 292 municípios e 175 passaram a integrar o intervalo de 0,80 a 1,0. Portanto, em 2000 o Rio Grande do Sul apresentou somente representantes de médio a alto desenvolvimento humano. Este indicador também demonstrou, através de mapa temático, a posição, região do município e a faixa de participação, constantes no Anexo 1, nas Figuras 9 e 10, bem como histogramas 7 e 8.

A análise seguinte, similar à Tabela 13, é relativa ao desenvolvimento humano, enfoque educação, e ficou configurada na Tabela 14. O grupo dos 15 maiores municípios em IDH-Educação ficou classificado como municípios de alto desenvolvimento humano e acima da média do estado. Todos, sem exceção, tiveram taxa de crescimento positiva, se comparados a 1991. Este grupo representa pouco mais do que 21% da população do estado. Integraram identicamente os dois grupos, os municípios de Porto Alegre, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Ivoti e Farroupilha. O IDH-E no Brasil foi de 0,75, em 1991 e 0,85 em 2000. O município do Rio Grande do Sul com a melhor pontuação foi Porto Alegre, nestes dois anos, com os valores de 0,91 e 0,95, respectivamente, em 1991 e 2000. O pior colocado foi Lagoão, com as marcas de 0,60, em 1991 e 0,76 em 2000. Dos 467 municípios na faixa de 0,20 a 0,65, existiam quatro em 1991. Em 2000 esta marca ficou em zero. A faixa que vai de 0,65 a 0,80 possuía 283 municípios em 1991 (60,60%) e na faixa seguinte havia 180 municípios (38,50%). Em 2000 estes dois intervalos ficaram com as seguintes distribuições: 18 (3,90%) e 449 municípios (96,10%) – com uma clara melhoria neste indicador, ou com uma “saudável” concentração.

O nível educacional da população adulta (25 anos ou mais) ficou refletido positivamente nos seguintes indicadores: a taxa de analfabetismo foi reduzida em 32,76%, ficando na marca de 7,80% em 2000. O percentual de pessoas com até quatro anos de estudo ficou em

22,10%, aqueles com menos de oito anos de estudo em 62,40% e a média de anos de estudo apontou o percentual de 6,40%, em 2000, elevando-se, frente a 1991, em torno de 16,00%.

Tabela 14 – 15 maiores municípios, segundo IDH Municipal-Educação – 2000

Município	IDH 1991	IDH 2000	Educação	Longevidade	Renda	População
Porto Alegre	0,82	0,87	0,95	0,78	0,87	1.360.590
Salvador das Missões	0,72	0,81	0,95	0,82	0,67	2.665
Caxias do Sul	0,79	0,86	0,95	0,82	0,81	360.419
Carlos Barbosa	0,77	0,86	0,94	0,84	0,79	20.519
Esteio	0,76	0,84	0,94	0,83	0,76	80.048
São Pedro do Butiá	0,76	0,81	0,94	0,80	0,68	2.862
Santo Cristo	0,75	0,80	0,94	0,80	0,67	14.890
Boa Vista do Buricá	0,75	0,83	0,94	0,85	0,71	6.587
Ivoti	0,79	0,85	0,94	0,85	0,77	15.318
Farroupilha	0,78	0,84	0,94	0,82	0,78	55.308
Horizontina	0,77	0,83	0,94	0,81	0,73	17.699
Santa Cruz do Sul	0,75	0,82	0,94	0,75	0,77	107.632
Bento Gonçalves	0,80	0,87	0,94	0,87	0,80	91.486
Frederico Westphalen	0,75	0,83	0,94	0,84	0,72	26.759
Chuí	0,75	0,81	0,94	0,77	0,73	5.167
Grupo	0,77	0,84	0,94	0,82	0,75	2.167.949
Rio Grande do Sul	0,75	0,81	0,90	0,79	0,75	10.187.798

Fonte: PNUD/IPEA, elaborado pelo autor.

Os indicadores de longevidade no estado, expostos da Tabela 15, descrevem a seguinte situação: para a mortalidade até um ano de idade, por 1.000 nascidos vivos, em 1991 a marca foi de 22,50% e, em 2000, 17,00%. A esperança de vida ao nascer – expectativa em anos de vida – elevou-se de 68,8 para 72,1 anos. A taxa de fecundidade total – filhos por mulher – reduziu em 8,33%, ficando em 2,20%. Na *performance* dos 15 melhores municípios gaúchos, segundo o índice global de longevidade, o único que compareceu em todas as tabelas do IDH foi Bento Gonçalves. Analisando a Tabela 15, percebe-se que, excetuando Bento Gonçalves, todos os municípios que integram o indicador de longevidade não fizeram parte das demais tabelas.

Tabela 15 – 15 maiores municípios, segundo IDH Municipal-Longevidade – 2000

Município	IDH 1991	IDH 2000	Educação	Longevidade	Renda	População
São José do Inhacorá	0,72	0,82	0,92	0,88	0,66	2.402
Tucunduva	0,76	0,83	0,91	0,88	0,69	6.305
Bento Gonçalves	0,80	0,87	0,94	0,87	0,80	91.486
Três de Maio	0,75	0,83	0,92	0,87	0,70	24.136
Pareci Novo	0,77	0,84	0,91	0,87	0,73	3.242
Porto Mauá	0,71	0,80	0,90	0,87	0,64	2.802
Osório	0,77	0,84	0,92	0,86	0,74	36.131
Ibiaçá	0,72	0,84	0,89	0,86	0,76	5.233
São José do Hortêncio	0,75	0,82	0,89	0,86	0,70	3.387
Feliz	0,79	0,84	0,92	0,86	0,74	11.316
Bom Princípio	0,76	0,84	0,92	0,86	0,73	9.494
São Sebastião do Caí	0,74	0,84	0,92	0,86	0,75	19.700
São Pedro da Serra	0,76	0,82	0,90	0,86	0,71	2.843
Linha Nova	0,73	0,81	0,90	0,86	0,68	1.564
Tupandi	0,74	0,82	0,89	0,86	0,72	2.958
Grupo	0,75	0,83	0,91	0,87	0,72	222.999
Rio Grande do Sul	0,75	0,81	0,90	0,79	0,75	10.187.798

Fonte: PNUD/IPEA, elaborado pelo autor.

Os indicadores se situaram acima do valor de 86,00%, caracterizando um elevado IDH. O número de municípios acima da média do estado ficou em 10. Da mesma forma que nas tabelas anteriores, a taxa de crescimento entre 1991 e 2000 foi positiva em todos os integrantes do grupo. Descrevendo a situação dos 467 municípios gaúchos, observa-se a seguinte distribuição: 246 municípios encontram-se no intervalo dos valores de 0,65 a 0,80 e 221, no último intervalo. Isto significou um percentual de 52,7%, no primeiro caso, por contraste com os 221% do segundo.

A Tabela 16 refere-se ao IDH-Municipal, enfoque concernente à renda. Todos os municípios deste bloco ficaram com a taxa bem acima da média do estado. Os seguintes municípios não figuravam nas demais tabelas: Flores da Cunha, Nova Araçá, Antônio Prado e Montauri, denotando, portanto, certa concentração quando se focalizam os 11 municípios restantes. Este grupo representa a marca de 22% na população do estado. A renda *per capita* média cresceu 36,91%. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50 – equivalente a metade do salário mínimo de agosto de 2000) reduziu

em 31,58%, passando de 28,80% em 1991 para 19,70% em 2000, segundo o Relatório do Atlas do Desenvolvimento Humano 2001.

Tabela 16– 15 maiores municípios, segundo IDH Municipal-Renda – 2000

Município	IDH 1991	IDH 2000	Educação	Longevidade	Renda	População
Porto Alegre	0,82	0,87	0,95	0,78	0,87	1.360.590
Selbach	0,80	0,86	0,92	0,84	0,81	4.861
Caxias do Sul	0,79	0,86	0,95	0,82	0,81	360.419
Flores da Cunha	0,77	0,84	0,90	0,82	0,80	23.678
Bento Gonçalves	0,80	0,87	0,94	0,87	0,80	91.486
Garibaldi	0,77	0,84	0,92	0,82	0,80	28.337
Carlos Barbosa	0,77	0,86	0,94	0,84	0,79	20.519
Veranópolis	0,79	0,85	0,92	0,84	0,79	19.466
Nova Araçá	0,76	0,83	0,92	0,80	0,79	3.236
Santa Maria	0,79	0,85	0,93	0,82	0,79	243.611
Nova Bassano	0,77	0,84	0,92	0,83	0,78	7.836
Antônio Prado	0,77	0,84	0,93	0,82	0,78	12.918
Montauri	0,74	0,83	0,88	0,81	0,78	1.684
Nova Petrópolis	0,79	0,85	0,92	0,85	0,78	16.891
Santa Vitória do Palmar	0,72	0,80	0,89	0,73	0,78	33.304
Grupo	0,78	0,84	0,92	0,82	0,79	2.228.836
Rio Grande do Sul	0,75	0,81	0,90	0,79	0,75	10.187.798

Fonte: PNUD/IPEA, elaborado pelo autor.

O IDH-Municipal, enfoque renda para o Brasil, nos anos de 1991 e 2000 foi da ordem de 0,68 e 0,72, portanto com uma *performance* concentradora. No Rio Grande do Sul aconteceu idêntico movimento. Os IDHs de 1991 e 2000 ficaram em 0,62 e 0,68, respectivamente. Os 467 municípios existentes em 1991 apresentaram as seguintes classificações: na faixa de 0,35 a 0,50 existiam 11 municípios em 1991, mas em 2000 nenhum estava presente neste intervalo. Na faixa seguinte, de 0,50 a 0,65, havia 310 municípios em 1991. No ano de 2000 existiam 125 localidades nesta faixa. Na faixa que vai de 0,65 a 0,80, 1991 marcava 145 localidades e 2000, 338. Na última faixa, de 0,80 a 1,00, o ano de 1991 tinha somente um representante, mas em 2000 este número ficou em quatro.

4.2.4 – Concentração, Desigualdade e Pobreza

Passa-se agora a examinar a desigualdade, medida pelo índice de Gini. Esta experimentou um crescimento de 1,72%, pois passou de 58%, em 1991 para 59% em 2000. No Brasil, este número é da ordem de 63%, em 1991 e 65%, em 2000. Portanto, este índice, no período analisado, cresceu em torno de 3,17%. No Rio Grande do Sul, em 1991, os municípios com o melhor valor foram Lindolfo Collor e Morro Reuter (38%). Conforme Tabela 17, as localidades de Espumoso e Pejuçara ficaram no outro extremo com o valor de 71%. Na Tabela 17 ficou também demonstrado que os municípios listados suplantam, tanto em 1991 quanto em 2000, o valor médio do índice de Gini. Das 467 localidades, em 1991, 43 municípios (9,20%) estavam no intervalo de 30% a 45%. Na faixa de 45% a 60%, havia 76,70%, ou seja, 358 municípios, e na última faixa, 66 municípios. Este não foi o indicador que auxiliou a elevação do IDH de 1991 a 2000. Com mapas temáticos, Anexo 1 – Figuras 1 e 2, é possível visualizar este indicador nos anos de 1991 e 2000, bem como nos histogramas com figuras de números idênticos.

Tabela 17 – 15 maiores municípios gaúchos, segundo o valor do índice de Gini – 1991 e 2000

Município	Índice de Gini, 1991	Município	Índice de Gini, 2000
Espumoso	0,71	Santa Vitória do Palmar	0,80
Pejuçara	0,71	Pinhal	0,68
Turuçu	0,69	São Miguel das Missões	0,67
Júlio de Castilhos	0,68	Dilermano de Aguiar	0,67
Formigueiro	0,67	Palmeira das Missões	0,65
Inhacorá	0,67	Redentora	0,64
Nova Ramada	0,67	Hulha Negra	0,64
Redentora	0,67	Porto Xavier	0,63
Três Palmeiras	0,67	São Vicente do Sul	0,63
Dois Irmãos das Missões	0,66	Fortaleza dos Valos	0,63
Dona Francisca	0,66	Gramado Xavier	0,63
Nonoai	0,66	Nonoai	0,62
Porto Xavier	0,66	Tupanciretã	0,62
São Gabriel	0,66	Iraí	0,62
São Vicente do Sul	0,66	Dom Pedrito	0,62
Média Grupo	0,67	Média Grupo	0,65
Media Rio Grande do Sul	0,58	Media Rio Grande do Sul	0,59

Fonte: IPEA/PNUD

A situação da desigualdade, medida pelo índice de Gini, ficou exposta da seguinte forma: na faixa de valores de 30% a 45%, melhorou a situação nos municípios gaúchos, pois 17 novos figuraram entre os valores. A faixa de 45% a 53% passou a ser integrada por mais 51 municípios. Nesta faixa i (0,45 a 0,53), em 1991, havia 133 municípios, contra 184 em 2000. Em 1991, na faixa seguinte, 53% a 60%, contavam-se 225 municípios. Em 2000 este número ficou em 195 municípios, significando 41,80% do total. Na faixa final 60% ou maior, o montante de localidades diminuiu de 66 para 28 municípios. O município melhor posicionado neste âmbito foi o de Santa Maria do Herval com o índice de 0,36 e o pior município, com o valor de 0,80, foi Santa Vitória do Palmar.

Outro importante indicador de desigualdade, apresentado na Tabela 18, é a razão entre a renda média dos indivíduos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres que, identicamente a outros índices, estão demonstrados no Anexo 1 Figuras e histogramas 3 e 4. No Brasil, esta relação estava, em 1991, em 20,03. Neste ano, no Rio Grande do Sul, o município melhor posicionado foi Vale Real, com um valor de 4,52, e o pior foi São Valentim – sete vezes mais – com o valor de 34,34. Em 2000, a situação no Brasil refletiu o índice de 21,40 apontando para uma sensível melhoria. No Rio Grande do Sul os municípios posicionados nos extremos foram José Hortêncio (3,41) e Pinhal (28,54). Os valores destes indicadores para o Rio Grande do Sul foram 11,96 em 1991 e 10,78 em 2000.

Nos 467 municípios gaúchos, a distribuição em 2000 deu-se da seguinte forma: na faixa de 0 a 7,50, localizam-se 98 municípios, contra 73 em 1991, ao passo que na faixa secundária (7,50 a 15,00), estão 306 municípios, contra 296 localidades em 1991. A soma destas duas faixas representam em 2000, 86,50%. Na comparação com 1991 este valor era de 79,20%. Na terceira faixa de 15 a 22,50 o montante de municípios se viu reduzido em 28 localidades, ficando com um total de 54 municípios. Somando as duas últimas faixas, de 22,50 a 37,50, o total de municípios em 2000 fica em número de nove. O montante em 1991 era de 16 localidades.

Apesar da aparente sensível melhoria na proporção da razão entre os 20% mais ricos e 40% mais pobres, a faixa de 15 a 22,50 concentrou em 2000, 25% da população, contra 17,60% existentes em 1991. Os municípios que figuraram em 1991 e 2000 foram: Redentora e Nova Ramada. Os demais foram renovados e com valores de participação melhores que do ano anterior.

Tabela 18 – 15 maiores municípios gaúchos, segundo o crescimento da razão dos 20% Ricos e 40% Pobres – 1991 e 2000

Município	Razão da renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, 1991	Município	Razão da renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, 2000
São Valentim	34,34	Pinhal	28,54
Nova Ramada	33,19	Pouso Novo	28,25
Engenho Velho	29,64	Hulha Negra	27,73
Palmitinho	28,50	Dilermano de Aguiar	27,44
Nova Alvorada	27,32	São Miguel das Missões	26,59
Pejuçara	27,02	Santa Vitória do Palmar	25,76
Dois Irmãos das Missões	26,58	Gramado Xavier	24,45
Três Palmeiras	25,53	São Valério do Sul	24,20
Redentora	25,47	Entre Rios do Sul	23,13
Vale Verde	24,59	Redentora	21,55
Caiçara	24,36	Santana da Boa Vista	21,53
Santo Antônio do Planalto	24,27	São Vicente do Sul	20,98
Formigueiro	23,90	Fortaleza dos Valos	20,98
Erval Grande	23,73	Iraí	20,01
Centenário	23,68	Nova Ramada	19,77
Média Grupo	26,81	Média Grupo	24,06
Média Rio Grande do Sul	11,96	Média Rio Grande do Sul	10,78

Fonte: IPEA/PNUD, elaborado pelo autor.

Tratando dos indicadores relativos à pobreza, informados na Tabela 19, os resultados demonstraram que os municípios classificados como os de maior PIB – Porto Alegre, Canoas e Caxias do Sul, respectivamente 12,52%, 6,24% e 4,96% do PIB do estado – figuram na lista daqueles em que o pobreza aumentou. Nestes três municípios, o crescimento da pobreza foi da ordem de 37,79%, 11,16% e 2,81 no período de análise. Mas somando-se a estes três municípios o de Capão da Canoa – onde a pobreza também aumentou, nas demais localidades a pobreza reduziu-se no período analisado. Em 1991 a marca era de 42,74% de indivíduos pobres, ou seja, pessoas que viviam com renda *per capita* abaixo do valor de R\$ 75,50. Já no ano de 2000, este valor passou a ser 26,01%, mas os três municípios referenciados, além do de Pedro Osório,

foram os únicos onde houve uma taxa positiva de pobreza. Vale informar que a pobreza no Brasil também foi reduzida, mas não tanto quanto no Rio Grande do Sul. Os valores foram os seguintes: em 1991 o percentual de pobres no país era de 40,08%, e em 2000, 32,75%. Este efeito também ficou demonstrado no Anexo 1- Figuras e histogramas 5 e 6.

Tabela 19 – 15 maiores municípios conforme critério crescimento da pobreza – 1991 e 2000

Município	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50
	1991	2000
Capão da Canoa	18,68	25,74
Caxias do Sul	6,72	7,47
Porto Alegre	11,02	11,33
Pedro Osório	34,24	34,27
Farroupilha	6,51	6,26
Dilermano de Aguiar	50,82	48,36
Uruguaiana	30,60	28,84
Candiota	28,16	26,54
São Jerônimo	29,63	27,72
Canoas	16,87	15,66
Viamão	22,43	20,75
Redentora	79,41	70,65
Passa Sete	53,54	47,46
Boqueirão do Leão	32,19	28,52
Alvorada	23,48	20,75
Grupo (média)	29,62	28,02
Rio Grande do Sul (média)	42,74	26,01

Fonte: PNUD/IPEA

Entre 1991 e 2000, relativamente às faixas de renda *per capita* de indivíduos que viviam com R\$ 75,50 no estado do Rio Grande do Sul, 42 municípios contavam com renda entre o intervalo de zero e R\$ 17,50. Em 2000 o número foi de 135 localidades. Na faixa de R\$ 17,50 a R\$ 35,00 – no ano de 1991 - havia 125 municípios, já no ano de 2000 este número passou para 211. Nas faixas de R\$ 35,00 a R\$ 52,50 e R\$ 52,50 a R\$ 70,00, no ano de 1991, havia, respectivamente, 159 e 111 municípios. No ano de 2000 estes números foram, respectivamente, de 111 e nove localidades. A última faixa, de R\$ 70,00 ou mais, abrigava 30 municípios em 1991 e somente um representante em 2000. Os municípios de pior posicionamento foram Lajeado do Bugre, em 1991, com o valor de 87,67% e Redentora, com 70,65%, no ano de 2000.

Outra análise apresentada na Tabela 20, é a relativa à indigência. O Brasil viu reduzida a indigência de 20,24% para 16,32%, no período analisado. O Rio Grande do Sul seguiu idêntico movimento e obteve as seguintes marcas: 19,53% em 1991 e 10,46% no ano de 2000. O município pior colocado, em 1991, foi Cristal do Sul, com um valor de 66,43% de sua população vivendo com renda *per capita* inferior a R\$ 37,75. O melhor no *rank* foi o de Dois Irmãos, com a marca de 0,66%. Já no ano de 2000 – seguindo este mesmo critério, o melhor posicionado foi Arroio do Meio, com 0,49% e o pior colocado foi Redentora, com 51,28%. Neste período, o município que obteve o maior crescimento do percentual de pessoas pobres foi a localidade de Dois Irmãos, com a marca de 139,39%.

Tabela 20 – 15 maiores municípios critério do crescimento da indigência – 1991 e 2000

Município	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$37,75	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$37,75
	1991	2000
Dois Irmãos	0,66	1,58
Caxias do Sul	1,39	2,56
Capão da Canoa	5,47	9,00
Farroupilha	1,57	2,38
Canoas	4,50	6,40
Imbé	3,59	4,94
Porto Alegre	3,23	4,28
Bento Gonçalves	2,19	2,71
Santa Cruz do Sul	4,10	5,03
São Jerônimo	9,88	11,97
Viamão	6,24	7,53
Esteio	3,94	4,68
Alvorada	6,22	7,32
Estância Velha	2,14	2,51
Colorado	5,06	5,84
Grupo (média)	4,01	5,25
Rio Grande do Sul (média)	19,53	10,46

Fonte: PNUD/IPEA

Conforme as cinco faixas de renda *per capita*, a evolução do Rio Grande do Sul deu-se da seguinte forma: encontravam-se na primeira faixa, de zero a R\$ 15,00, 201 municípios em 1991 e 358 em 2000. Na segunda, de R\$ 15,00 a R\$ 30,00 o montante de municípios era de 171 e passou para 101. Na terceira faixa, que vai de R\$ 30,00 a R\$ 45,00, em 1991 eram 75 e passaram a configurar somente sete em 2000. Na penúltima faixa, a redução de 1991 para 2000 foi de 18 para um município. A última faixa, de R\$ 60,00 a R\$ 75,00, tinha dois municípios em 1991 e passou a não ter nenhum em 2000.

4.2.5 – Análise das Regressões

Tratados todos os indicadores desta pesquisa para os 467 municípios pesquisados, e buscando encaminhá-la à conclusão são oferecidas informações adicionais de todos os blocos analisados. O quadro de correlações inicialmente demonstrou que o cruzamento direto das variáveis dependentes e independentes dos modelos teóricos aqui postulados espelhou 32 prováveis relações de cada uma das variáveis com as demais. *Grosso modo*, ao longo de toda análise, a relação que se esperava, quando as variáveis explicadas fossem desigualdade, pobreza e indigência é que resultassem sinais negativos, pois significaria redução nestes indicadores. A relação direta apontaria que o movimento do indicador não melhorou a condição da desigualdade, dos pobres ou dos indigentes nos municípios em questão. Todavia, em outras variáveis estudadas, se fosse positiva, poderia indicar elevação no índice de desenvolvimento humano ou na proporção da apropriação da renda, quando houvesse crescimento econômico.

Além dos indicadores apontados, era do interesse da pesquisa a verificação da validade da hipótese de Kuznets, relacionando crescimento econômico com duas medidas de desigualdade (Gini e proporção entre os 20% ricos e os 40% pobres), bem como com os indicadores de apropriação de renda e pobreza. Berni *et al.* (2002) fizeram uma primeira investigação sobre este movimento para os municípios gaúchos, relacionando renda aos índices de desigualdade de Gini e Theil. Naquele trabalho os resultados sugerem a aceitação cautelosa da hipótese e validade da curva de Kuznets para descrever a evolução da desigualdade, embora as curvas sejam específicas para cada município. A hipótese da curva de U invertido, nesta investigação, foi elaborada com a utilização da seguinte configuração

$$D_{it} = a + by_t + cy_t^2 + U_t, \quad (4.2.5.1)$$

onde D_{it} são as medidas de desigualdade (1), de apropriação (2) ou pobreza (3), no tempo t (1991 e 2000) e y o VAB *per capita* e este termo ao quadrado. O efeito não capturado ou não observado

nos municípios será U_t . A condição necessária para que a hipótese de Kuznets viesse a ser válida foi que **b** e **c** tivessem sinais diferentes ($b > 0$ e $c < 0$). Utilizando-se o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), testaram-se os modelos com o índice de Gini e o de apropriação para os anos de 1991 e 2000. O valor adicionado *per capita* e este termo ao quadrado foram as variáveis independentes. Os efeitos não capturados podem sugerir que desigualdade e apropriação estejam sendo explicados por razões políticas, históricas, culturais ou econômicas que não as diretamente pesquisadas. A inclusão do termo quadrático na equação (4.2.5.1) permite que a desigualdade inicialmente aumente e, posteriormente, decresça quando a renda aumentar – condição necessária para que a curva apresente a forma de U invertido.

Inicialmente, ficam demonstrados os resultados das regressões com o índice de Gini: $D_{1(1991)}$ e $D_{1(2000)}$, como variáveis explicadas e explicativas o VAB *per capita* e este termo ao quadrado, apontada a estatística-t, entre parênteses, e os valores do coeficiente de correlação, nos mesmos períodos, resultou:

$$D_1 1991 = 58,85661 - 0,883165y + 0,008707y^2 \quad R^2 \text{ Ajustado } 0,1266 \quad (4.2.5.2)$$

(82,70614) (6,716803) (6,910843)

$$D_1 2000 = 57,73393 - 0,810853y + 0,005871y^2 \quad R^2 \text{ Ajustado } 0,1423 \quad (4.2.5.3)$$

(87,35921) (8,903465) (9,320342)

A verificação da hipótese de Kuznets, expressas nas equações (4.2.5.2) e (4.2.5.3), apresentaram sinais contrários para os anos pesquisados, pois os coeficientes não expressam os sinais adequados para que a curva apresentasse a forma de U invertido. O que deve ser destacado é o baixo poder explicativo das regressões. Em 1991, pouco mais de 12% da variação da desigualdade entre os municípios é explicada pela renda *per capita*, e em 2000 este percentual não atinge os 15%.

Testando a hipótese de U invertido, tendo como variável explicada o indicador de apropriação de renda $D_2 (1991)$ e $D_2 (2000)$ e explicativa a valor agregado *per capita* resultou que as

variáveis do modelo de 1991, foram significativas. O valor de R^2 quase chegou à casa dos 36%, mas os sinais não resultaram no esperado para validar Kuznets:

$$D_2 1991 = 40,13171 - 2,507437y + 0,021876y^2$$

$$(33,56411) \quad (14,37534) \quad (12,96700) \quad R^2 \text{ Ajustado } 0,3555 \quad (4.2.5.4)$$

No modelo para o ano de 2000, as variáveis também foram significativas. O valor de R^2 ficou em torno de 26%. Os sinais, identicamente ao modelo anterior resultaram em não aceitação da hipótese de Kuznets.

$$D_2 2000 = 66,37862 - 3,257829y + 0,020410y^2$$

$$(29,91595) \quad (13,01103) \quad (11,85400) \quad R^2 \text{ Ajustado } 0,2637 \quad (4.2.5.5).$$

Por fim, testando como variável dependente o percentual de pessoas pobres (D_3) e como independente a renda *per capita*, resultaram significativas todas as variáveis, mas os sinais novamente não ficaram condizentes com o formatado para hipótese de Kuznets. Os valores de R^2 resultaram praticamente o dobro do que nas equações (4.2.5.2). (4.2.5.3):

$$D_3 1991 = 61,88894 - 3,530499y + 0,033172y^2$$

$$(29,75891) \quad (9,499045) \quad (9,371394) \quad R^2 \text{ Ajustado } 0,2632 \quad (4.2.5.6)$$

$$D_3 2000 = 43,59579 - 2,499551y + 0,017193y^2$$

$$(30,87941) \quad (13,96429) \quad (13,94365) \quad R^2 \text{ Ajustado } 0,2804 \quad (4.2.5.7).$$

Nos modelos propostos, portanto, não foi possível concluir pela existência de vínculo sistemático entre crescimento econômico e variações na desigualdade de renda. Convém ressaltar que alguns autores embora afirmem que os modelos teórico-formais tenham sido bem sucedidos, a hipótese de Kuznets tem recebido reduzida comprovação empírica. Entretanto, parece prevalecer, pelo volume de evidências que a desigualdade desestimula o crescimento, ou ainda que a desigualdade tenderia a persistir a despeito do crescimento econômico. Assim países, regiões ou localidades com elevada desigualdade poderiam permanecer prisioneiros na armadilha

da própria desigualdade. Os indicadores propostos resultaram em sinais contrários aos da hipótese de Kuznets. Segundo Li, Squire e Zou (1998), em caso de rejeição da hipótese – caso em que não nos encontramos totalmente - a não aceitação não vem significar que a hipótese esteja equivocada, pois entendem a desigualdade de renda como determinada por fatores que diferem substancialmente entre as regiões estudadas, mas que tendem a ser estáveis entre elas.

Desse modo, passa-se a examinar outros modelos destinados a lançar alguma luz sobre eventuais relações de causalidade entre eles. Inicia-se estimando os parâmetros do modelo

$$g_{it} = a + y_1X_{1t} + y_2X_{2t} + y_3X_{3t} + y_4X_{4t} + \varepsilon_t,$$

(4.2.5.7)

onde, g_{it} será o índice de gini, a razão entre ricos e pobres, indicador de apropriação ou pobreza

X_{1t} , é o VAB_t *per capita*,

X_{2t} o indicador de apropriação de renda,

X_{3t} , o indicador do percentual dos indivíduos pobres,

X_{4t} IDH-M e,

ε_t significando o efeito não capturado ou não observado no modelo proposto .

Primeiramente, estes agregados buscam explicar a desigualdade, medida pelo índice de Gini, nos anos de 1991 e 2000 descritos na Tabela 21. Relativamente aos sinais esperados, no ano de 1991, resultaram todos positivos. O crescimento do produto *per capita* é desejável para a redução de desigualdades, bem como a elevação do poder de apropriação da própria renda. Para o percentual de pobres o desejável é que seu sinal fosse negativo. O IDH-M, por ser um indicador composto de três instâncias, pode trazer um viés na análise. O sinal positivo do IDH-M significa elevação do padrão de bem-estar social, mas como uma de suas faces é a renda, e este componente foi o que menos contribuiu para a redução das desigualdades, a cautela sugerida é que o índice geral pode estar minimizando desigualdade e pobreza, mas pode, por outro

lado, estar mantendo ou tornando mais aguda a concentração da renda. O valor de R^2 resultou em 42%. No modelo para o ano de 2000 somente a variável IDH-M foi não significativa. Retirando-a do modelo e rodando novamente a regressão o que resultou foram as variáveis restantes com sinais positivos e R^2 de praticamente 58%. Retirando ou combinando variáveis, nos dois anos, aquela mais preponderante é a do percentual de indivíduos pobres, como variável explicativa da condição de desigualdade. O modelo somente com esta configuração resulta em R^2 nos valores de 26% e 34%, nos anos de 1991 e 2000. Com quaisquer outras combinações uma das variáveis envolvidas são não significativa e o valor de R^2 não ultrapassa os 10%.

Trazendo os diagramas de dispersão do índice de Gini e dos indicadores de pobreza, Figuras 1 e 2, constantes na base do Atlas, do IPEA o que se obtém são as seguintes informações: coeficientes de correlação 0,585 e 0,518, respectivamente, em 1991 e 2000, coeficientes de regressão: 0,342 e 0,269, interceptos: 0,45 e 0,46 e, inclinações: 0,03 e 0,02.

Tabela 21 – Coeficientes estimados – 1991 e 2000 (variável explicada: índice de Gini)

	1991	Estatística-t	2000	Estatística-t
Constante	-32,896320 (-6,590372)	-4,991573	34,356600 (1,683424)	20,408760
VAB <i>per capita</i>	0,074928 -0,024377	3,073706	0,190896 (0,088211)	2,164084
IAR	0,107322 -0,026009	4,126295	0,174300 (0,018030)	9,667077
% Pobres	0,395391 -0,022032	17,946500	0,333841 (0,019528)	17,093260
IDM-M	94,170020 (8,047618)	11,701600		
R^2 ajustado	0,422850		0,577255	
Nº observações	467		467	

Fonte: Dados da pesquisa, resultados obtidos pelo software E-views.

Valores entre parênteses são referentes aos desvios-padrões

(*) significativo a 5%. Quando >1 variáveis significativas.

Modelos submetidos ao teste de heterocedasticidade de White.

Figura 1 – Diagrama de dispersão, variáveis escolhidas - 1991

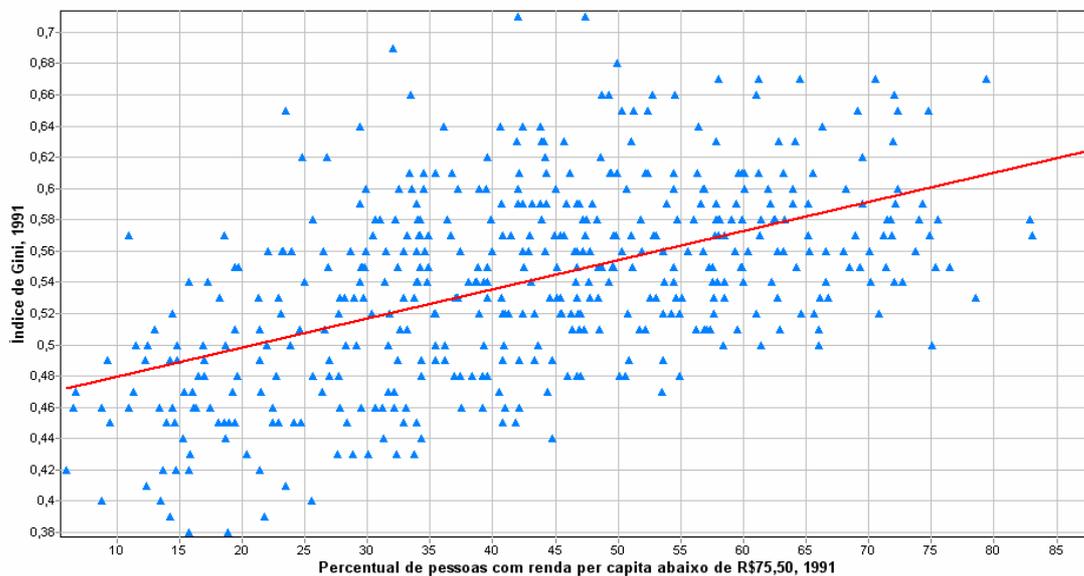
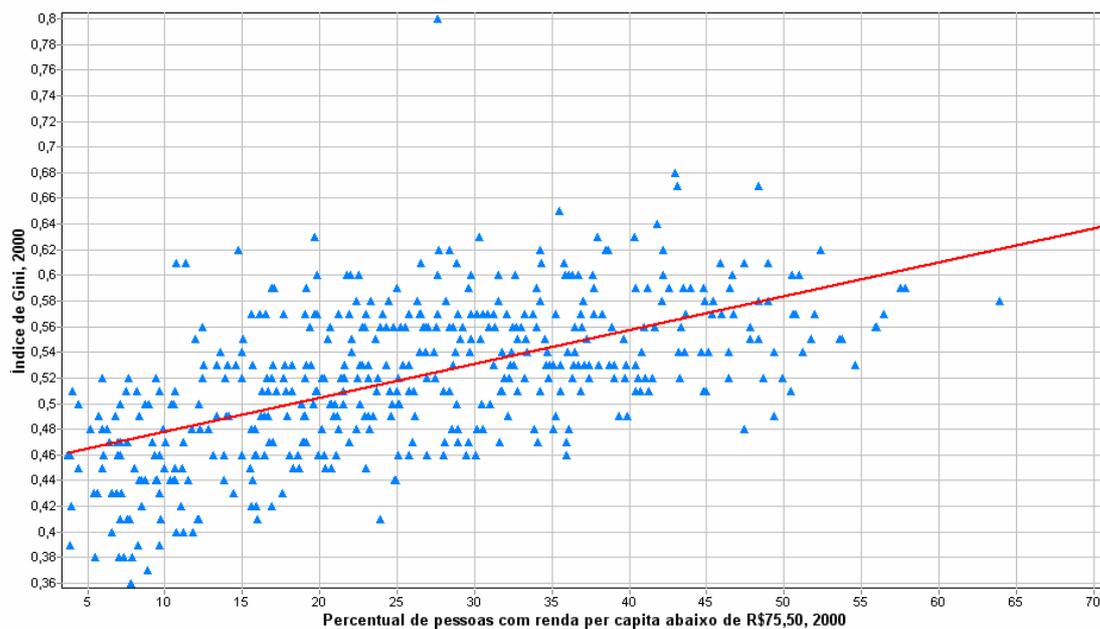


Figura 2 – Diagrama de dispersão, variáveis escolhidas – 2000



Utilizando-se as mesmas variáveis explanatórias, mas tendo como explicada a razão dos 20% mais ricos e 40% mais pobres, obtém-se a Tabela 22, para o mesmo período. Inicialmente, os indicadores do VAB (setorial e total) foram não significativos. Os sinais resultantes foram idênticos aqueles obtidos com o índice de desigualdade de Gini. O único indicador que não foi significativo no modelo rodado para o ano de 2000 foi o IDH-M. Excluindo-o, no novo modelo as variáveis que restaram e apresentam sinal positivo R^2 no valor de 46%. Neste modelo a variável com poder explicativo mais contundente é o percentual de pobres, pois no modelo se as demais variáveis são mantidas e a relativa à pobreza for retirada, o valor de R^2 cai para a casa dos 7%. Como no ano de 2000, o IDH-M resultou não significativo, rodando o modelo, para os dois anos, retirando esta variável e combinando com os indicadores de apropriação e de pobreza, novamente quando este último esteve envolvido é que as regressões resultaram em R^2 mais elevados.

Tabela 22 – Coeficientes estimados – 1991 e 2000 (variável explicada: Razão 20% + ricos e 40% + pobres)

	1991	Estatística-t	2000	Estatística-t
Constante	-44,908110 (-5,875851)	-7,642826	-0,435926 (-1,282589)	-0,339879
VAB <i>per capita</i>			0,125923 (0,071128)	1,770372
IAR	0,034413 (-0,014707)	2,339910	0,108004 (0,012548)	8,607205
% Pobres	0,251006 (0,018983)	13,222840	0,213788 (0,016738)	12,772680
IDM-M	63,766960 (7,352967)	8,672276		
R^2 ajustado	0,286853		0,456515	
Nº observações	467		467	

Fonte: Dados da pesquisa, resultados obtidos pelo software E-views.

Valores entre parênteses são referentes aos desvios-padrões

(*) significativo a 5%. Quando >1 variáveis significativas.

Modelos submetidos ao teste de heterocedasticidade de White.

Outras informações no tocante à desigualdade estão representadas no quadro de correlações de indicam uma relação positiva na ordem de 34%, em 1991, e de 33%, em 2000, do índice de Gini com o VAB agropecuário. Com o VAB industrial este valor é de -10% e 1%, respectivamente, em 1991 e 2000. Com o setor serviços esta relação ficou em 1%, no ano de 1991 e 11% em 2000. No VAB total a relação foi negativa em 4%, em 1991 e 10% em 2000. Já a correlação dos índices de Gini 1991 e 2000, com o VAB *per capita* resultou negativa tanto em 1991 (-19%) quanto 2000 (-14%).

Quando no quadro de correlações se estuda a razão dos mais ricos e mais pobres com os indicadores do produto a relação é praticamente idêntica à análise anterior. Os maiores valores, pouco mais de 20%, são creditados ao setor agropecuário. Os percentuais do valor adicionado *per capita* são negativos nos dois anos.

Tendo o índice de apropriação de renda, como foco de análise neste ponto supõe-se que quando o mesmo mostrar uma relação maior que 100, isto significará que o município em questão obteve uma melhoria nas suas condições de apropriação do produto gerado e, portanto, o crescimento do produto terá maior chance de propiciar uma redução da desigualdade e da pobreza. Desta forma, encadeando os indicadores de apropriação de renda 1991 (partida) e 2000 (chegada), em relação ao índice do valor relativo de Gini 2000/1991 e razão entre os 20% mais ricos contra os 40% mais pobres, apesar de resultarem em modelos com baixo valor explicativo, ratifica-se a observação de que os municípios pioraram as suas condições de apropriação. Em 1991, 136 municípios cresceram mais do que a média estadual e em 2000 este número ficou em 95, dos 467 municípios do Rio Grande do Sul.

Seguindo com os indicadores de partida (1991) e chegada (2000) do percentual de pobres, correlacionando-os com os setores e o total da economia do RS obtém-se, no primeiro bloco -11%, -32%, -22% e -29% e no segundo: -28%, -3%, -20% e -14%. Nestes dois blocos, é percebida que a redução da pobreza está mais fortemente vinculada ao setor industrial da

economia, seguida do setor serviços. Em oposição, os municípios onde a economia estreita-se com o setor agropecuário houve elevação do percentual de indivíduos pobres. Buscando ratificar este movimento, fica espelhado na Tabela 23, o seguinte modelo: percentual de indivíduos pobres, em 1991 e 2000, como regredido e VAB *per capita*, IAR e IDH como regressores. Adicionalmente, utilizando as informações do Atlas do Desenvolvimento Humano, do IPEA, capturou-se os diagramas de dispersão das variáveis, Figuras 1 e 2, que resultaram: índice de Gini e indicador dos indivíduos pobres dependente em questão, no período pesquisado. Os resultados dos coeficientes de correlação foram 0,585, em 1991 e 0,518, em 2000; os coeficientes de regressão 0,342 e 0,269; os interceptos das retas em 1991 e 2000 ficaram em 0,45 e 0,46 e a inclinação da reta de regressão em 0,003 e 0,002.

Tabela 23 – Coeficientes estimados – 1991 e 2000 (variável explicada: % de indivíduos pobres)

	1991	Estatística-t	2000	Estatística-t
Constante	267,355900 (7,684664)	34,790840	40,647610 (5,679098)	7,157406
VAB <i>per capita</i>	-0,055427 (-0,332133)	-1,668829	-0,678285 (0,499177)	-1,358808
IAR	-0,183140 (-0,063284)	-2,893918	-0,216475 (0,048154)	-4,495515
IDM-M	-305,089800 (-13,54938)	-22,516870		
R ² ajustado	0,707000		0,142458	
Nº observações	467		467	

Fonte: Dados da pesquisa, resultados obtidos pelo software E-views.

Valores entre parênteses são referentes aos desvios-padrões

(*) significativo a 5%. Quando >1 variáveis significativas.

Modelos submetidos ao teste de heterocedasticidade de White.

Os últimos indicadores para testar crescimento econômico e bem estar social da economia gaúcha foram o IDH-Educação e o IDH-M. Foram rodados, para os dois indicadores de desigualdade (Gini e razão entre ricos e pobres) e o de pobreza como variáveis dependentes e os IDHs como variável explicativa, conforme Tabela 24. O resultado foi baixo poder de explicação destas variáveis, tendo como base inicial o IDH-E, para o ano de 1991. Para o ano de 2000,

novamente baixo poder explicativo e, ainda para Gini e % de pobres resultou que estes modelos não passaram na estatística-t.

Quando é visto o IDH-M com base na mesma tabela em grande parte a análise é similar ao IDH-E. O que chamou a atenção, em 1991, foi o valor de r^2 de 0,68, quando a variável explicada é o % de pobres. Para o índice de Gini, com sinal positivo, refletiu valor de r^2 menor que 5%. Relativamente ao indicador de apropriação não passou na estatística-t. No ano de 2000, contrariamente o indicador de apropriação de renda foi a única variável significativa nos modelos. Seu valor de r^2 resultou em torno de 7%.

Tabela 24 – Indicadores de Desenvolvimento Humano-Educação e Municipal – 1991 e 2000

Índice de Gini			Índice de Gini		
Coeficientes	1991	2000	Coeficientes	1991	2000
Constante	68,665330	52,676070	Constante	75,954040	47,593030
IDH-Educação	-18,690330	-0,701090	IDH-Municipal	-30,814730	5,698446
Estatística-t (*)	-3,745101	-0,098770	Estatística-t (*)	-5,355735	0,767845
R ² ajustado	0,024770	-0,002131	R ² ajustado	0,046728	-0,000923
I A R			I A R		
Coeficientes	1991	2000	Coeficientes	1991	2000
Constante	38,149570	43,27572	Constante	27,315650	17,836410
IDH-Educação	-15,046710	-0,029296	IDH-Municipal	-1,265356	32,404580
Estatística-t (*)	-1,299370	-0,001169	Estatística-t (*)	-0,108478	1,236368
R ² ajustado	0,005240	0,000000	R ² ajustado	-0,002128	0,004171
% de indivíduos pobres			% de indivíduos pobres		
Coeficientes	1991	2000	Coeficientes	1991	2000
Constante	209,996800	0,020236	Constante	270,612200	23,368580
IDH-Educação	-214,509400	10,28180	IDH-Municipal	-321,190000	3,374096
Estatística-t (*)	-18,263630	0,620075	Estatística-t (*)	-31,574400	0,200096
R ² ajustado	-18,263630	-0,001287	R ² ajustado	0,683297	-0,002063

Fonte: Dados da pesquisa, resultados obtidos pelo software E-views.

(*) significativo a 5%. Quando >1 variáveis significativas.

No quadro de correlações de IDH-E e IDH com os indicadores de desigualdade e pobreza o resultado foi correlação negativa e mais fortemente com o percentual de indivíduos pobres, tanto em 1991 quanto 2000.

Os quadros das regressões (modelos) buscaram indicar alguns caminhos, mas merecem que sejam ampliados, pois apesar de algumas delas resultarem nos sinais esperados, os valores dos coeficientes de determinação foram baixos, situando-se entre menos de 1% a no máximo 70%, fazendo crer que, apesar das variáveis envolvidas serem sensíveis às hipóteses levantadas, outras devem compor este quadro para que o poder explicativo seja mais robusto.

5. CONCLUSÃO

Entre 1991 e 2000, o número de municípios no Rio Grande do Sul elevou-se de 333 para 467. O foco deste trabalho foi buscar a compreensão das correlações e efeitos entre o produto e apropriação e investigar como o crescimento econômico, geração de renda e desenvolvimento humano na economia gaúcha redundaram em maior bem-estar social. A criação ou emancipação de 134 novas unidades municipais tornou a pesquisa e análise mais complexa – especialmente no tocante à comparação do desempenho econômico-social dos diversos municípios.

O objetivo deste trabalho foi investigar, através dos seus 467 municípios o desempenho e a geração de renda da economia do Rio Grande do Sul no período 1991 a 2000, avaliando o grau em que os efeitos positivos da absorção da riqueza foram efetivamente apropriados pelas comunidades, na forma de elevação do padrão de bem-estar econômico-social. Os instrumentos utilizados nesta investigação buscaram relacionar o grau de desigualdade nas economias locais com a fração do produto social nelas gerado e o que fica retido ou apropriado internamente. Além disto, investigou-se a relação entre o grau de desigualdade vigente em cada comunidade e a correspondente renda *per capita*, na literatura conhecida como a curva de U invertido de Kuznets.

Muitos autores têm-se debruçado sobre o tema, estudando a forma como o desenvolvimento econômico influencia a desigualdade. Em especial, apontam-se duas suposições. A primeira é a hipótese de Kuznets, de acordo com a qual a evolução da desigualdade de renda ao longo do crescimento da renda *per capita* poderia ser descrita pela figura de um U invertido, inicialmente aumentando e posteriormente diminuindo. A segunda é que a desigualdade tenderia a persistir, a despeito da ocorrência do crescimento econômico e da adoção de políticas ativas,

suposição com uma implicação distributiva pessimista para países ou regiões menos desenvolvidas.

O resultado da hipótese de Kuznets, na pesquisa realizada com três indicadores: índice de Gini, indicador de apropriação e percentual de indivíduos pobres, não foi o esperado. Encontraram-se sinais opostos dos coeficientes de produto (VAB *per capita*) e do valor adicionada *per capita* ao quadrado, sendo o primeiro positivo e o segundo negativo. Este resultado, com estimação em *cross-section*, pode trazer viés nas estimativas – o que poderá ser usado futuramente para melhor testar este modelo é a utilização dos dados em painel – conforme recomenda a literatura, para que seja sugerida a aceitação ou não da hipótese de Kuznets. Fica ratificado, quando empregado o valor adicionado total uma relação positiva, identicamente a Berni et al (2002).

Os indicadores de apropriação de renda municipal – sejam os de partida ou chegada - relacionados com crescimento, trajetória da curva de Kuznets, desigualdade e pobreza, apesar de baixo valor de correlação, levaram à suposição que, mesmo com o crescimento do produto, os reflexos na sua melhor distribuição e a melhoria das condições de bem-estar não foram contundentes. A hipótese da curva de Kuznets - em economias essencialmente agrícolas - indicaria que a desigualdade é pequena quando há pouco a ser distribuído, mas que cresceria e desencadearia mudanças estruturais na própria economia, culminando, na fase mais avançada do desenvolvimento, na redução das desigualdades, portanto da pobreza, da mesma forma não se viu confirmada.

Já o resultado dos indicadores de apropriação ratificam a desigualdade seja com o índice de Gini ou na razão entre os mais ricos e os mais pobres, bem como no indicador de pobreza. As correlações entre eles foi invariavelmente positiva. A força deste indicador provavelmente pode ser melhorada, em especial obtendo-se a base informativa de 1991 idêntica à de 2000. Apesar de não tão robustos os coeficientes de determinação do indicador de apropriação

de renda no período pesquisado os mesmos indicam uma fração da explicação sobre o crescimento econômico e o bem-estar das comunidades pesquisadas.

Os indicadores de desenvolvimento humano, no período pesquisado, obtiveram melhorias no âmbito da educação e longevidade, mas não no da renda – que continua concentrada, mas identicamente ao indicador de desigualdade, quando é escolhida a variável explicada o IDH-Educação, correlacionando com as duas rendas *per capita*, os sinais não redundaram no esperado. Descartando, portanto, esta relação.

A pobreza e a indigência, da mesma forma que os indicadores do IDH, melhoraram a realidade nos municípios pesquisados, mas as informações pareceram demonstrar que o crescimento – por si só – não trouxe melhorias imediatas que redundassem em elevar a também apropriação da riqueza gerada, nos limites do próprio município. Quando presentes os indicadores de pobreza os modelos estudados, via de regra, ganham maior força explicativa no tocante ao bem-estar das comunidades estudadas.

A hipótese principal da pesquisa, demonstrou força explicativa suficiente para que a assertiva: os municípios gaúchos não se encaminham claramente, pelo menos em curto prazo, para a redução da desigualdade e pobreza – visto o movimento do crescimento econômico e da apropriação de 1991 a 2000. Secundariamente, observou-se que houve efetivamente redução de desigualdade, pobreza, indigência e elevação no padrão de bem-estar social, no âmbito dos indicadores preconizados pelo PNUD, o índice de desenvolvimento humano, mas novamente o crescimento econômico por si só não demonstrou forte modificação no padrão de apropriação das comunidades gaúchas no período analisado.

Nos VABs setoriais, o indicador de educação deveria apresentar melhoria das condições de pobreza e de indigência, especialmente naqueles municípios onde preponderaram as atividades da agropecuária, sendo mais forte o reflexo na redução da intensidade da indigência. Sensível melhoria nas condições de pobreza foi visto no indicador de alfabetização, refletido nas

condições daquelas comunidades ligadas as atividades também da agropecuária – minorando a pobreza.

O volume de informações disponibilizadas pela pesquisa pode e deve ser mais explorado, bem como o âmbito de alguns estudos que foram levados a efeito ampliá-lo ou até mesmo reduzi-lo, facilitando o manuseio das mesmas. Os resultados do presente trabalho e a escolha das variáveis merecem mais tempo de pesquisa e aprimoramentos bem como, a formulação de novas hipóteses, já que foram utilizadas basicamente informações na dimensão monetária e a pobreza é claramente multidimensional. O alargamento da dimensão inicialmente preconizada neste trabalho deve trazer melhor entendimento das condições do desenvolvimento econômico e do bem-estar social advindo deste. Certamente, como os modelos testados resultaram em aceitação de moderada a fraca de algumas das hipóteses, eles merecem a inclusão de novas metodologias e formulações na busca da compreensão do crescimento econômico e da apropriação da renda gerada com vistas à melhoria do bem-estar econômico-social das comunidades estudadas.

Referências Bibliográficas

ACCURSO, Cláudio (2002). Estratégias de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**. v.23, Número Especial, p. 337-370.

ACCURSO, Jorge S. (1997). Um comentário sobre o desempenho da economia gaúcha. **Indicadores Econômicos FEE**. v.25, n.2: 45-64, agosto.

ACCURSO, Jorge S. (2000). **A economia gaúcha nos anos 90**. In: FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre, FEE.

ADELMAN, Irma (1986). A poverty-focused approach to development policy. In: LEWIS, John e KALLAB, Valeriana, ed. (1986). **Development strategies reconsidered**. New Brunswick, Transaction.

ADELMAN, Irma e MORRIS, Cynthia. (1983). **Quem beneficia com o desenvolvimento econômico**. p. 87-119 In: SILVA, Manuela (coord). **Desenvolvimento econômico e repartição do rendimento**. Lisboa, Estampa. Extraído: ADELMAN, Irma e MORRIS, C. (1973). Economic growth and social equity in developing countries. Stanford University. Cap IV. p. 141-185

ADLER, John H. (1983). **Desenvolvimento e distribuição do rendimento**. p. 51-65 In: SILVA, Manuela (coord). **Desenvolvimento econômico e repartição do rendimento**. Lisboa, Estampa. Publicado em Weltwirtschaftliches archiv. Revista de Economia Mundial. 1972. p. 108-3

AHLUWALA, M. (1979). **Growth and poverty in developing countries**. Journal of Development Economics. 3:307-342

ALBUQUERQUE, Roberto C. (1991). A situação social: o que diz o passado e o que promete o futuro. In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira 1992**. Brasília.

ALONSO, J. (1986). **Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, FEE.

ALONSO, José A. e BANDEIRA, Pedro (1990). Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80. In ALMEIDA, Pedro (coord.) (1990). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre, FEE.

ANAND, S. e KANBUR, R. (1983). **The Kuznets process and the inequality–development relationship**, Journal of Development Economics. 40:25-52

ATKINSON, A. (1970). **On measurement of inequality**. Journal of Economic Theory. 2:244-263

BAER, Werner. **Economia brasileira**, 2 ed., São Paulo, Nobel, 2002

BANDEIRA, Pedro S. (1999). **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, IPEA (Texto para discussão, 630).

BARQUERO, A. V. (2001). **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre, FEE.

BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane (2001). **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro, IPEA (Texto para discussão nº 800)

BARROS, Ricardo Paes e MENDONÇA, Rosane (1997). **O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza**, Rio de Janeiro, IPEA (Texto para discussão nº 528)

BASTOS, Raul L.A. (2002). Produto e emprego nas regiões do Rio Grande do Sul, nos anos 90: uma abordagem exploratória dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.29, nº4.

BENETTI, Maria D. (2000). Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre, FEE.

BENKO, George (2002). **Economia, espaço e globalização**. São Paulo, Hucitec.

BERNI, Duílio de Ávila, MARQUETTI, Adalmir e KLOECKNER. A desigualdade econômica no Rio Grande do Sul: primeiras investigações sobre a curva de Kuznets. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 3, Número especial, p. 773-466, 2002

BIGSTEIN, Arne e LEVIN, Jorgen. **Growth, income distribution and poverty: a review**. Working paper in economics nº 32, November 2000. Department of Economics Goteborg University

BREITBACH, A. (1988). **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, FEE.

BRITO, Paulo., **Economia brasileira: planos econômicos e políticas econômicas básicas**, São Paulo, Atlas, 2004

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**, São Paulo, Unesp – Unicamp, 2002

CASTILHOS, Clarice e PASSOS, M. C. (Coords.) (1998). **Competitividade e inovação na indústria gaúcha**. Porto Alegre-São Leopoldo, FEE-Unisinós.

CLEMENTE, Ademir e HIGACHI, Hermes Y. (2000). **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo, Atlas.

COUDOUEL, J. Hentschel. () Os dados da pobreza e sua medição.

DINIZ, C.C. (1995). **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília, IPEA, (Texto para Discussão, 375).

DOBB, Maurice (1978). **Ensaio sobre a tradição econômica**, São Paulo, Graal

- FEIJÓ, C. A. *et al.*, **Contabilidade Social: O novo sistema de contas nacionais do Brasil**. (2001), Rio de Janeiro, Campus.
- FERREIRA, C. M. de C. (1989). Espaço, regiões e economia regional. HADDAD, P. R. *et al.*. (orgs) (1989). **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil.
- FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre, FEE.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (2004). Desenvolvimento econômico e distribuição de renda. In: SALVO, Mauro e PORTO JR, Sabino da Silva. **Uma nova relação entre estado, sociedade e economia no Brasil**, Santa Cruz do Sul. UDUNISC. v. 1. p. 269-292
- FURTADO, Celso (1961). **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso (1992). **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**, 7 ed., Rio de Janeiro, LTC, 2000
- GALVÃO, A. C. F. E VASCONCELOS, R. R. (1999). **Política Regional à Escala sub-regional: Uma tipologia como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional**, Brasília, IPEA, (Texto para discussão, 665)
- GREMAUD, Amaury Patrick. *at al.* (2002), **Economia brasileira contemporânea**, 4 ed., São Paulo, Atlas.
- GUJARATI, D. N. (2000). **Econometria básica**, São Paulo, Makron Books, 3 ed.
- HADDAD, P.R. *et al.* (orgs.) (1989). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil.
- HUNT, E.K. (1987). **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**, 5 ed., Rio de Janeiro, Campus
- HUNT, E.K. e SHERMAN, Howerd J. (1987). **História do pensamento econômico**. 6 ed., Petrópolis, Vozes, Campus
- HERRLEIN JR, Ronaldo. O crescimento econômico no RS no período: 1990-2002. Encontro de Economia Gaúcha, 2., Porto Alegre [**Anais ...**], PUCRS
- HERRLEIN JR. Ronaldo (2000). **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?** Tese de Doutorado em Economia. Campinas, UNICAMP.
- HERRLEIN JR. Ronaldo e CARRAVETTA, Felipe T. A. (2004). **Produto industrial municipal e regional no Rio Grande do Sul (1990-2001): procedimentos metodológicos para homogeneização de estatísticas e análise preliminar** Porto Alegre, PPGE/PUCRS, 2º Encontro de Economia Gaúcha.

HERRLEIN JR., Ronaldo (2002). A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, v.23, Número Especial, p.645-668.

HIRSCHMAN, A.O. (1977). **Transmissão inter-regional do crescimento econômico**.

HOFFMANN, Rodolfo (2000). Elasticidade da pobreza em relação à renda média e a desigualdade. IE-Unicamp, Área ANPEC 2. Apresentado no XXXI Encontro Nacional de Economia

KEYNES, J.M. (1988). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo, Nova Cultural.

KLAASSEN, L. H. (1977) Pólos de crescimento: perspectiva econômica. In: SCHWARTZMAN, J. (1977). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, Cedeplar, p. 209-33.

KON, Anita (1998). **Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil**. São Paulo, Coleção ABET, v. 2.

KRAAY, Aart e DOLLAR, David. (2002). **Growth is good for the poor**

KUZNETS, Simon. (1983). Crescimento econômico e desigualdade de rendimento. p. 67-85 In: SILVA, Manuela (coord). **Desenvolvimento econômico e repartição do rendimento**. Lisboa, Estampa. Publicado em *The American Economic Review*, vol XLV, march 1955 (Discurso presidencial proferido no 67º Encontro Anual da Associação Americana, Detroit, Michigan, 20 de dezembro de 1954).

LACERDA, Antonio Carlos. *et al.* (2001), **Economia brasileira**. São Paulo, Saraiva.

LEWIS, W. Arthur. (1983). **Desenvolvimento e distribuição** p. 67-85 In: SILVA, Manuela (coord). **Desenvolvimento econômico e repartição do rendimento**. Lisboa, Estampa. Publicado em Cairncross and Puri. *Essays in Honour of Hans Singer*, ed. Macmillan. 1976.

LI, H, Squire. ZOU, L. (1998). **Explaining international and intertemporal variations in income inequality**. *Economic Journal*. 108:26-43

LIMA, Rubens S. (2001). A indústria gaúcha em 2000: crônica de uma recuperação anunciada. **Indicadores Econômicos FEE**. v.28, n.4, março.

LLORENS, F. A. (2001). **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES.

LOK-DESSALLIEN, Renata. (1998) Review of poverty concepts and indicators

LOPES, Helger Marra, MACEDO, Paulo Rocha e MACHADO, Ana Flávia (2003). Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. Belo Horizonte, Cedeplar. Texto para discussão nº 223

MACADAR, Beky e BELLO, Teresinha S. (2000). O contexto internacional e o comércio externo do Rio Grande do Sul na década de 90. In FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre, FEE.

MAIA NETO, Adalberto A. *et al.* (2000). Visão global da economia gaúcha em 1999. In **Indicadores Econômicos FEE**. v.27, n.4, março.

MANCERO, Xavier (2001). **Enfoques para la medición de la pobreza**. Série estudos estadísticos Y proyectivos, nº 4, CEPAL

MARCO REFERENCIAL DO PLANO PLURIANUAL, 2004-2007 (2002). Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul (CD-Rom)

MARQUETTI, Adalmir e RIBEIRO, Eduardo P. (2002). Determinantes do desempenho econômico dos municípios do Rio Grande do Sul, 1991-2000. In: **Marco referencial do Plano Plurianual 2004-2007**. Porto Alegre, Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul. CD-Rom.

MARX, Karl H. (1984). **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro: o processo da produção do capital. Tomo II. São Paulo, Abril Cultural. (Os economistas).

MASSEY, Doreen (1984). **Spatial divisions of labor**: social structures and the geography of production. New York, Methuen.

MYRDAL, G. (1983). **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. São Paulo, Abril Cultural.

NAPOLEONI, Cláudio. (1977). **O valor na ciência econômica**, Lisboa, Editorial Presença

NAPOLEONI, Cláudio. (1979). **O pensamento econômico do século XX**, Rio de Janeiro, Paz e Terra

NAPOLEONI, Cláudio. (1981). **Lições sobre o capítulo VI (Inédito) de Marx**, São Paulo, Livraria Editora Ciência Humanas

NORTH, Douglas C. (1977). Teoria da localização e crescimento econômico regional.

SCHWARTZMAN, J. (1977). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, Cedeplar, p. 291-313.

PASSOS, Maria Cristina e LIMA, Rubens S. (2000). Tendências estruturais da indústria gaúcha nos anos 90: sintonias e assimetrias. In: FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre, FEE.

PÉREZ, Carlota (1992). Cambio técnico, restructuración competitiva y reforma institucional en los países en desarrollo. **El Trimestre Económico**, 233, jan-mar, p. 23-64.

PERROUX, François (1977). O conceito de pólos de crescimento. SCHWARTZMAN, J. (1977). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, Cedeplar, p. 145-156.

PIRES, J. M. (2001) Economia Regional e Urbana. PINHO, D.B. e VASCONCELLOS, M.A.S de. **Manual de economia**. São Paulo, Saraiva, 3 ed., p. 583-96.

RAVALLION, M. (1995). **Growth and poverty: evidence for developing countries in the 1980s**. Economic Letters. 56:51-57

RAVALLION, M. e CHEN, S. (1997). **What can new survey data tell us about recent changes in distribution and poverty**. World Bank Economic Review. 11(2):357-382

RICHARDSON, H. W. (1973). **Elementos de economia regional**. Rio de Janeiro, Zahar.

ROCHA, Sônia (2001). Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI? EconPapers, 2(1): 76-106

ROCHA, Sônia (2005). Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?, Rio de Janeiro, FGV

SALABERRY, C. M. (2002). A comercialização externa dos produtos gaúchos. In: **Marco referencial do Plano Plurianual 2004-2007**. Porto Alegre, Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul. CD-Rom.

SCHWARTZMAN, J. (1977). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, Cedeplar., p. 157-194.

SEN, Amartya (1982). **Choice, welfare and measurement**. Basil Blackwell: Oxford

SEN, Amartya (1985). **Well-being, agency and freedom**. Journal of philosophy. 82(4): 169-221

SEN, Amartya (2000). **Human Development and Economic Sustainability**. World Development. 28 (12):2029-2049

SILVA, Manuela (coord). (1983). **Desenvolvimento econômico e repartição do rendimento**. Lisboa, Estampa, p.169-191

SMITH, A. (1983). **A riqueza das nações**, São Paulo, Abril Cultural

SOUZA, N.J. (1999). **Desenvolvimento econômico**, São Paulo, Atlas, 4 ed.

SUMMER, Andrew. From Lewis to Dollar and Kraay and beyond: a review and stocktake of fifty years of poverty, inequality and economic growth. Overseas Development Institute. University of East London, London, July 3, 2003

TARGA, Luiz R. P. (1996). Permanências na longa duração. (org.) (1996). **Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada**. Porto Alegre, FEE.

ANEXO 1

1. Mapa de Correlações
2. Mapas temáticos dos municípios do Rio Grande do Sul, 1991 e 2000
3. Histogramas de 1991 e 2000

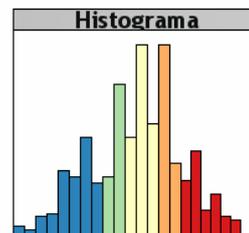
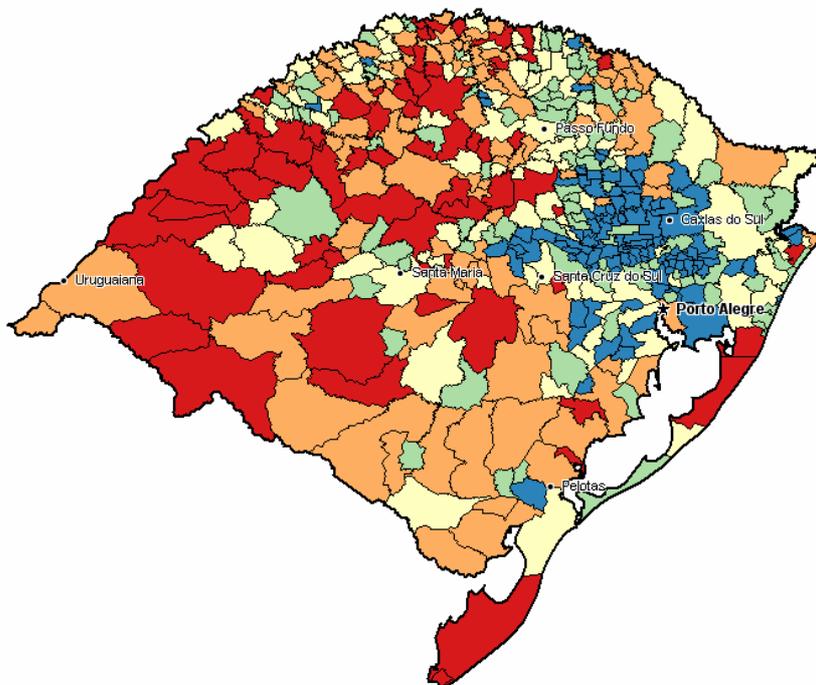
1. Quadro de correlações

Matriz, coeficientes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
	VAB 91 Agro	VAB 91 Indl	VAB 91 Servs	VAB 91 TOTAL	VAB 91 per capita	VAB 00 Agro	VAB 00 Indl	VAB 00 Servs	VAB 00 TOTAL	VAB 00 per capita	Taxa VAB Agro	Taxa VAB Indl	Taxa VAB Servs	Taxa VAB Total	IAR 1991	IAR Normalizado 1991	IAR 2000	IAR Normalizado 2000	IDH-M 1991	IDH-M 2000	IDHM-Edu, 1991	IDHM-Edu, 2000	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice relativo do Gini 2000 x Gini 1991	Razão 20%+R/40%+P 1991	Razão 20%+R/40%+P 2000	Índice relativo da Razão 20% Rsd 0% P 2000 x 1991	% pobres 1991	% pobres 2000	Índice relativo do % pobres 2000 x 1991	% indigência 1991	% indigência 2000	Índice relativo do % indigência 2000 x 1991
1 IAR 2000	1,00	0,19	0,27	0,28	0,01	0,88	0,17	0,27	0,27	-0,05	-0,33	0,18	-0,11	-0,16	0,07	0,07	0,35	0,35	0,23	-0,01	0,30	-0,04	0,34	0,40	0,05	0,22	0,29	-0,01	-0,11	0,01	0,24	-0,13	0,05	0,26
2 IAR Normalizado 2000	0,19	1,00	0,76	0,93	0,42	0,15	0,96	0,79	0,95	0,36	-0,20	0,07	0,02	-0,05	-0,04	-0,04	0,09	0,09	0,28	-0,11	0,27	-0,08	-0,10	0,04	0,17	-0,09	0,03	0,10	-0,32	-0,20	0,27	-0,25	0,09	0,41
3 IDH-M 1991	0,27	0,76	1,00	0,94	0,07	0,15	0,65	1,00	0,91	0,04	-0,23	0,06	-0,01	-0,04	0,19	0,19	0,29	0,29	0,24	-0,14	0,25	-0,14	0,01	0,12	0,13	0,00	0,11	0,08	-0,22	-0,13	0,24	-0,17	0,13	0,32
4 IDH-M 2000	0,28	0,93	0,94	1,00	0,25	0,19	0,85	0,96	0,99	0,20	-0,24	0,08	0,00	-0,05	0,09	0,09	0,22	0,22	0,29	-0,14	0,29	-0,12	-0,04	0,10	0,16	-0,04	0,09	0,09	-0,29	-0,17	0,28	-0,23	0,12	0,39
5 IDHM-Edu, 1991	0,01	0,42	0,07	0,25	1,00	0,02	0,48	0,08	0,29	0,88	0,02	-0,02	-0,10	-0,20	-0,42	-0,42	-0,17	-0,17	0,25	0,00	0,20	-0,01	-0,19	-0,11	0,10	-0,16	-0,10	0,06	-0,32	-0,28	-0,04	-0,29	-0,04	0,08
6 IDHM-Edu, 2000	0,88	0,15	0,15	0,19	0,02	1,00	0,15	0,15	0,20	0,01	-0,03	0,13	-0,10	-0,04	0,07	0,07	0,22	0,22	0,21	0,01	0,24	0,01	0,27	0,33	0,06	0,17	0,24	0,00	-0,12	-0,03	0,18	-0,14	0,03	0,21
7 Índice de Gini 1991	0,17	0,96	0,65	0,85	0,48	0,15	1,00	0,69	0,91	0,48	-0,19	0,11	0,05	0,04	-0,06	-0,06	0,00	0,00	0,26	-0,11	0,25	-0,08	-0,12	0,01	0,16	-0,11	0,00	0,09	-0,31	-0,20	0,25	-0,24	0,08	0,39
8 Índice de Gini 2000	0,27	0,79	1,00	0,96	0,08	0,15	0,69	1,00	0,93	0,05	-0,23	0,07	0,02	-0,02	0,19	0,19	0,29	0,29	0,25	-0,15	0,26	-0,14	-0,01	0,11	0,14	-0,02	0,10	0,08	-0,23	-0,14	0,25	-0,18	0,13	0,33
9 Índice relativo do Gini 2000 x Gini 1991	0,27	0,95	0,91	0,99	0,29	0,20	0,91	0,93	1,00	0,27	-0,23	0,10	0,03	0,01	0,08	0,08	0,17	0,17	0,28	-0,14	0,29	-0,12	-0,06	0,08	0,16	-0,06	0,07	0,09	-0,30	-0,18	0,27	-0,23	0,12	0,40
Razão 20%+R/40%+P 1991	-0,05	0,36	0,04	0,20	0,88	0,01	0,48	0,05	0,27	1,00	0,10	0,11	0,06	0,22	-0,27	-0,27	-0,33	-0,33	0,21	-0,01	0,17	-0,01	-0,18	-0,14	0,05	-0,14	-0,12	0,00	-0,25	-0,26	-0,11	-0,23	-0,03	-0,01
Razão 20%+R/40%+P 2000	-0,33	-0,20	-0,23	-0,24	0,02	-0,03	-0,19	-0,23	-0,23	0,10	1,00	-0,28	-0,08	0,24	0,11	0,11	-0,29	-0,29	-0,14	0,02	-0,25	0,04	-0,24	-0,15	0,12	-0,18	-0,08	0,14	0,04	-0,01	-0,14	0,00	-0,03	-0,22
Índice relativo da Razão 20% Rsd0% P 2000 x 1991	0,18	0,07	0,06	0,08	-0,02	0,13	0,11	0,07	0,10	0,11	-0,28	1,00	0,28	0,37	0,01	0,01	0,09	0,09	0,35	-0,08	0,35	-0,09	-0,04	-0,10	-0,08	-0,01	-0,12	-0,17	-0,31	-0,33	-0,14	-0,30	0,11	-0,02
% pobres 1991	-0,11	0,02	-0,01	0,00	-0,10	-0,10	0,05	0,02	0,03	0,06	-0,08	0,28	1,00	0,66	0,23	0,23	0,07	0,07	0,15	-0,01	0,05	-0,02	-0,19	-0,14	0,05	-0,12	-0,11	0,01	-0,26	-0,22	0,02	-0,24	0,00	0,11
% pobres 2000	-0,16	-0,05	-0,04	-0,05	-0,20	-0,04	0,04	-0,02	0,01	0,22	0,24	0,37	0,66	1,00	0,37	0,37	-0,22	-0,22	0,07	-0,03	0,02	-0,03	-0,17	-0,13	0,03	-0,10	-0,09	-0,01	-0,12	-0,13	-0,06	-0,11	0,02	-0,03
Índice relativo do % pobres 2000 x 1991	0,07	-0,04	0,19	0,09	-0,42	0,07	-0,06	0,19	0,08	-0,27	0,11	0,01	0,23	0,37	1,00	1,00	0,52	0,52	0,00	0,02	-0,08	-0,03	0,11	0,19	0,10	0,04	0,17	0,14	-0,04	0,09	0,33	-0,07	0,02	0,25
% indigência 1991	0,07	-0,04	0,19	0,09	-0,42	0,07	-0,06	0,19	0,08	-0,27	0,11	0,01	0,23	0,37	1,00	1,00	0,52	0,52	0,00	0,02	-0,08	-0,03	0,11	0,19	0,10	0,04	0,17	0,14	-0,04	0,09	0,33	-0,07	0,02	0,25
% indigência 2000	0,35	0,09	0,29	0,22	-0,17	0,22	0,00	0,29	0,17	-0,33	-0,29	0,09	0,07	-0,22	0,52	0,52	1,00	1,00	0,28	0,06	0,25	0,01	0,10	0,33	0,27	0,05	0,28	0,21	-0,28	-0,18	0,18	-0,29	0,01	0,26
Índice relativo do % indigência 2000 x 1991	0,35	0,09	0,29	0,22	-0,17	0,22	0,00	0,29	0,17	-0,33	-0,29	0,09	0,07	-0,22	0,52	0,52	1,00	1,00	0,28	0,06	0,25	0,01	0,10	0,33	0,27	0,05	0,28	0,21	-0,28	-0,18	0,18	-0,29	0,01	0,26
IDH-M 1991	0,23	0,28	0,24	0,29	0,25	0,21	0,26	0,25	0,28	0,21	-0,14	0,35	0,15	0,07	0,00	0,00	0,28	0,28	1,00	-0,01	0,85	-0,05	-0,23	-0,26	-0,03	-0,16	-0,25	-0,12	-0,83	-0,80	-0,21	-0,81	0,02	0,11
IDH-M 2000	-0,01	-0,11	-0,14	-0,14	0,00	0,01	-0,11	-0,15	-0,14	-0,01	0,02	-0,08	-0,01	-0,03	0,02	0,02	0,06	0,06	-0,01	1,00	-0,02	0,83	0,00	0,04	0,03	-0,02	0,02	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	-0,80	0,01
IDHM-Edu, 1991	0,30	0,27	0,25	0,29	0,20	0,24	0,25	0,26	0,29	0,17	-0,25	0,35	0,05	0,02	-0,08	-0,08	0,25	0,25	0,85	-0,02	1,00	-0,03	-0,16	-0,19	-0,04	-0,14	-0,21	-0,12	-0,65	-0,67	-0,21	-0,62	0,02	0,06
IDHM-Edu, 2000	-0,04	-0,08	-0,14	-0,12	-0,01	0,01	-0,08	-0,14	-0,12	-0,01	0,04	-0,09	-0,02	-0,03	-0,03	-0,03	0,01	0,01	-0,05	0,83	-0,03	1,00	-0,03	-0,01	0,02	-0,05	0,00	0,01	0,02	0,02	-0,01	0,02	-0,62	0,00
Índice de Gini 1991	0,34	-0,10	0,01	-0,04	-0,19	0,27	-0,12	-0,01	-0,06	-0,18	-0,24	-0,04	-0,19	-0,17	0,11	0,11	0,10	0,10	-0,23	0,00	-0,16	-0,03	1,00	0,65	-0,41	0,86	0,52	-0,28	0,52	0,53	0,26	0,49	0,04	0,02
Índice de Gini 2000	0,40	0,04	0,12	0,10	-0,11	0,33	0,01	0,11	0,08	-0,14	-0,15	-0,10	-0,14	-0,13	0,19	0,19	0,33	0,33	-0,26	0,04	-0,19	-0,01	0,65	1,00	0,41	0,48	0,90	0,41	0,41	0,58	0,54	0,40	0,02	0,32
Índice relativo do Gini 2000 x Gini 1991	0,05	0,17	0,13	0,16	0,10	0,06	0,16	0,14	0,16	0,05	0,12	-0,08	0,05	0,03	0,10	0,10	0,27	0,27	-0,03	0,03	-0,04	0,02	-0,41	0,41	1,00	-0,44	0,44	0,84	-0,15	0,06	0,35	-0,11	-0,02	0,37
Razão 20%+R/40%+P 1991	0,22	-0,09	0,00	-0,04	-0,16	0,17	-0,11	-0,02	-0,06	-0,14	-0,18	-0,01	-0,12	-0,10	0,04	0,04	0,05	0,05	-0,16	-0,02	-0,14	-0,05	0,86	0,48	-0,44	1,00	0,43	-0,41	0,42	0,40	0,14	0,41	0,05	-0,03
Razão 20%+R/40%+P 2000	0,29	0,03	0,11	0,09	-0,10	0,24	0,00	0,10	0,07	-0,12	-0,08	-0,12	-0,11	-0,09	0,17	0,17	0,28	0,28	-0,25	0,02	-0,21	0,00	0,52	0,90	0,44	0,43	1,00	0,56	0,36	0,53	0,47	0,37	0,00	0,29
Índice relativo da Razão 20% Rsd0% P 2000 x 1991	-0,01	0,10	0,08	0,09	0,06	0,00	0,09	0,08	0,09	0,00	0,14	-0,17	0,01	-0,01	0,14	0,14	0,21	0,21	-0,12	0,01	-0,12	0,01	-0,28	0,41	0,84	-0,41	0,56	1,00	-0,02	0,15	0,33	-0,01	-0,02	0,31
% pobres 1991	-0,11	-0,32	-0,22	-0,29	-0,32	-0,12	-0,31	-0,23	-0,30	-0,25	0,04	-0,31	-0,26	-0,12	-0,04	-0,04	-0,28	-0,28	-0,83	0,00	-0,65	0,02	0,52	0,41	-0,15	0,42	0,36	-0,02	1,00	0,88	0,10	0,96	0,00	-0,24
% pobres 2000	0,01	-0,20	-0,13	-0,17	-0,28	-0,03	-0,20	-0,14	-0,18	-0,26	-0,01	-0,33	-0,22	-0,13	0,09	0,09	-0,18	-0,18	-0,80	0,01	-0,67	0,02	0,53	0,58	0,06	0,40	0,53	0,15	0,88	1,00	0,52	0,87	-0,01	0,15
Índice relativo do % pobres 2000 x 1991	0,24	0,27	0,24	0,28	-0,04	0,18	0,25	0,25	0,27	-0,11	-0,14	-0,14	0,02	-0,06	0,33	0,33	0,18	0,18	-0,21	0,00	-0,21	-0,01	0,26	0,54	0,35	0,14	0,47	0,33	0,10	0,52	1,00	0,14	0,00	0,81
% indigentes 1991	-0,13	-0,25	-0,17	-0,23	-0,29	-0,14	-0,24	-0,18	-0,23	-0,23	0,00	-0,30	-0,24	-0,11	-0,07	-0,07	-0,29	-0,29	-0,81	0,01	-0,62	0,02	0,49	0,40	-0,11	0,41	0,37	-0,01	0,96	0,87	0,14	1,00	-0,01	-0,19
% indigentes 2000	0,05	0,09	0,13	0,12	-0,04	0,03	0,08	0,13	0,12	-0,03	-0,03	0,11	0,00	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02	-0,80	0,02	-0,62	0,04	0,02	-0,02	0,05	0,00	-0,02	0,00	-0,01	0,00	-0,01	1,00	-0,03
Índice relativo do % indigentes 2000 x 1991	0,26	0,41	0,32	0,39	0,08	0,21	0,39	0,33	0,40	-0,01	-0,22	-0,02	0,11	-0,03	0,25	0,25	0,26	0,26	0,11	0,01	0,06	0,00	0,02	0,32	0,37	-0,03	0,29	0,31	-0,24	0,15	0,81	-0,19	-0,03	1,00

Fonte: Dados da pesquisa

2. Mapas temáticos

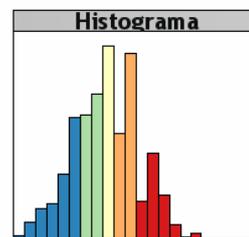
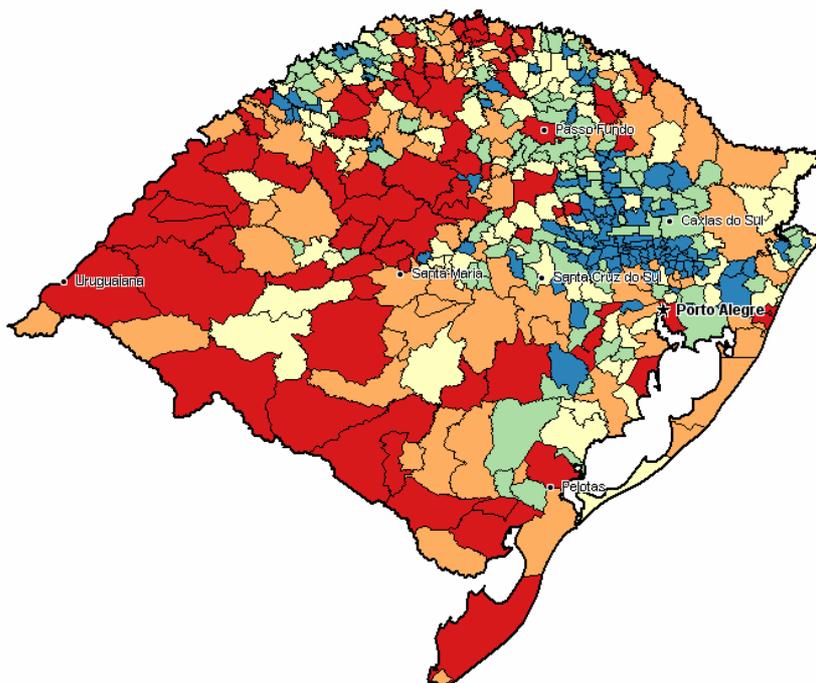
Figura 1 - Índice de Gini, 1991
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



Legenda	
0,38 a 0,49	(110)
0,50 a 0,53	(97)
0,54 a 0,56	(94)
0,57 a 0,60	(100)
0,61 a 0,71	(66)

Fonte: PNUD/IPEA

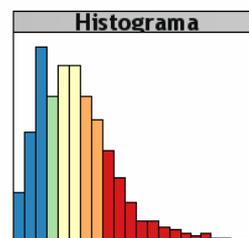
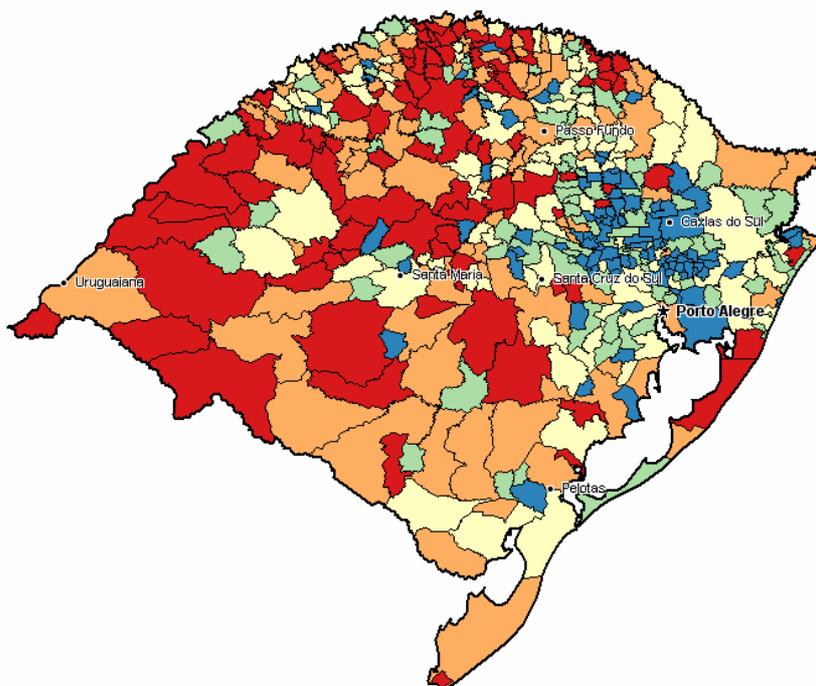
Figura 2 - Índice de Gini, 2000
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



Legenda	
0,36 a 0,47	(106)
0,48 a 0,51	(102)
0,52 a 0,54	(95)
0,55 a 0,57	(88)
0,58 a 0,80	(76)

Fonte: PNUD/IPEA

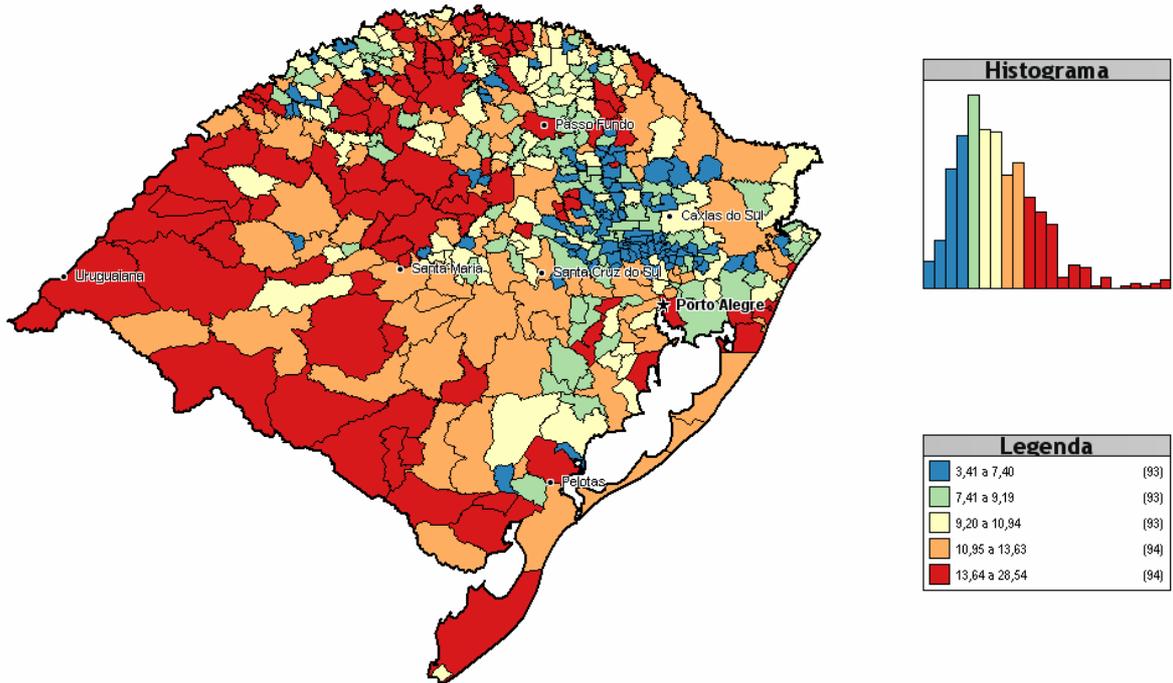
Figura 3 - Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, 1991
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



Legenda	
4,52 a 7,93	(93)
7,94 a 10,23	(93)
10,24 a 12,26	(93)
12,27 a 15,07	(94)
15,08 a 34,34	(94)

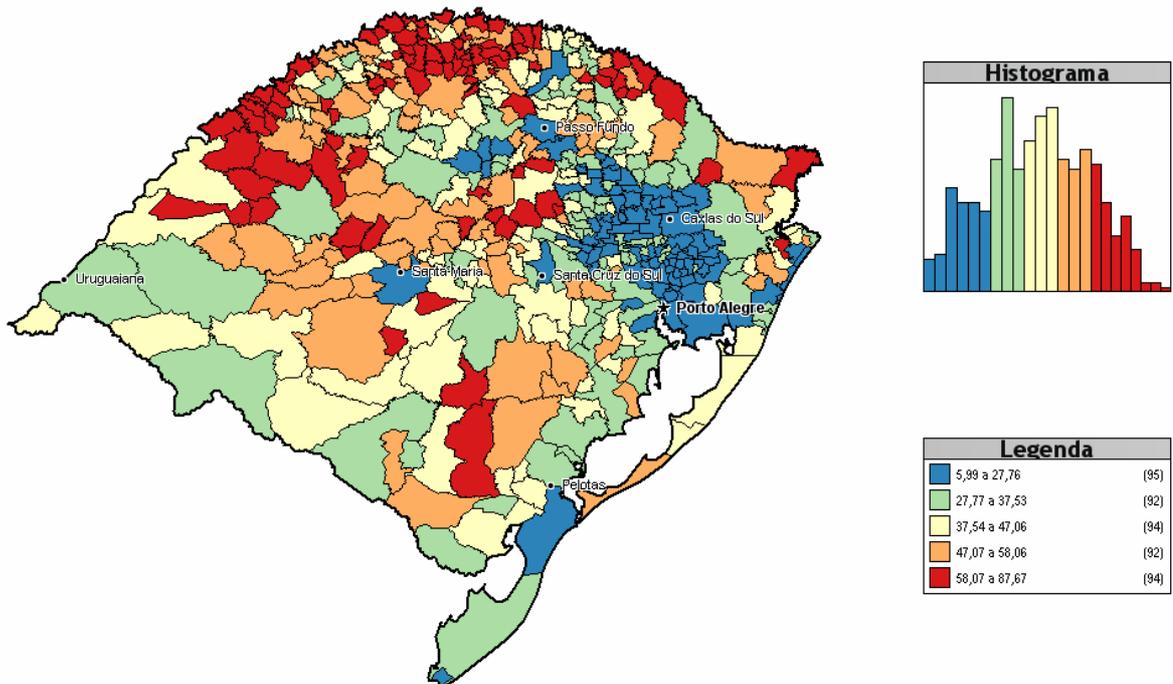
Fonte: PNUD/IPEA

Figura 4 - Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, 2000
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



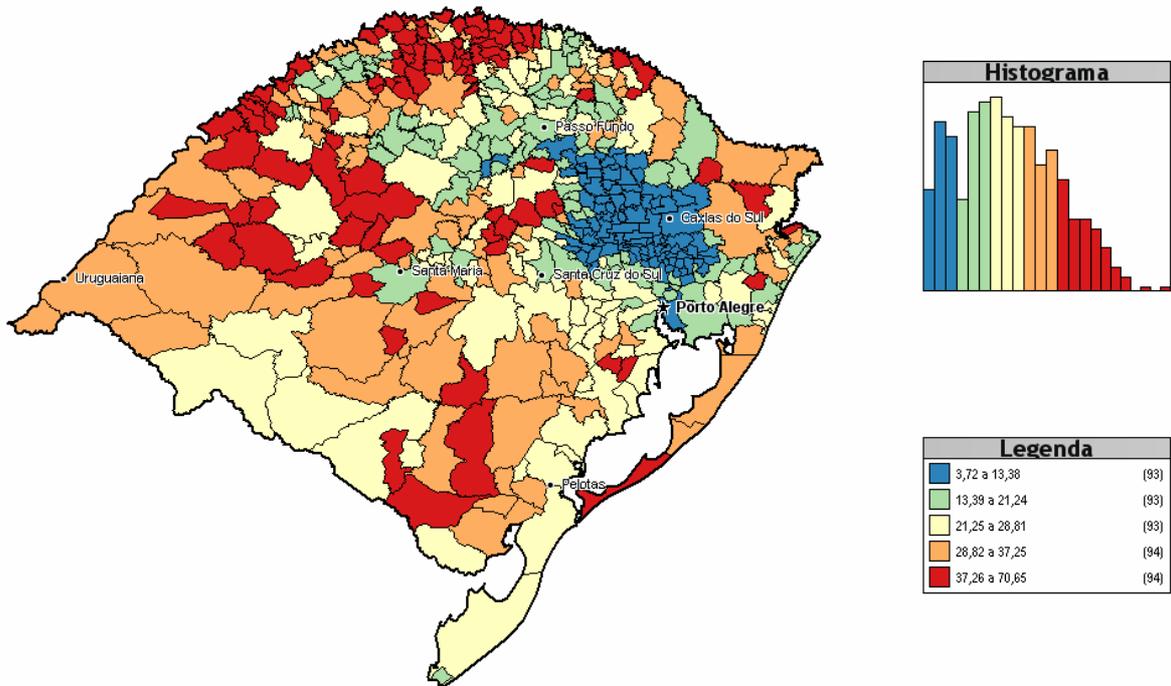
Fonte: PNUD/IPEA

Figura 5 - Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50, 1991
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



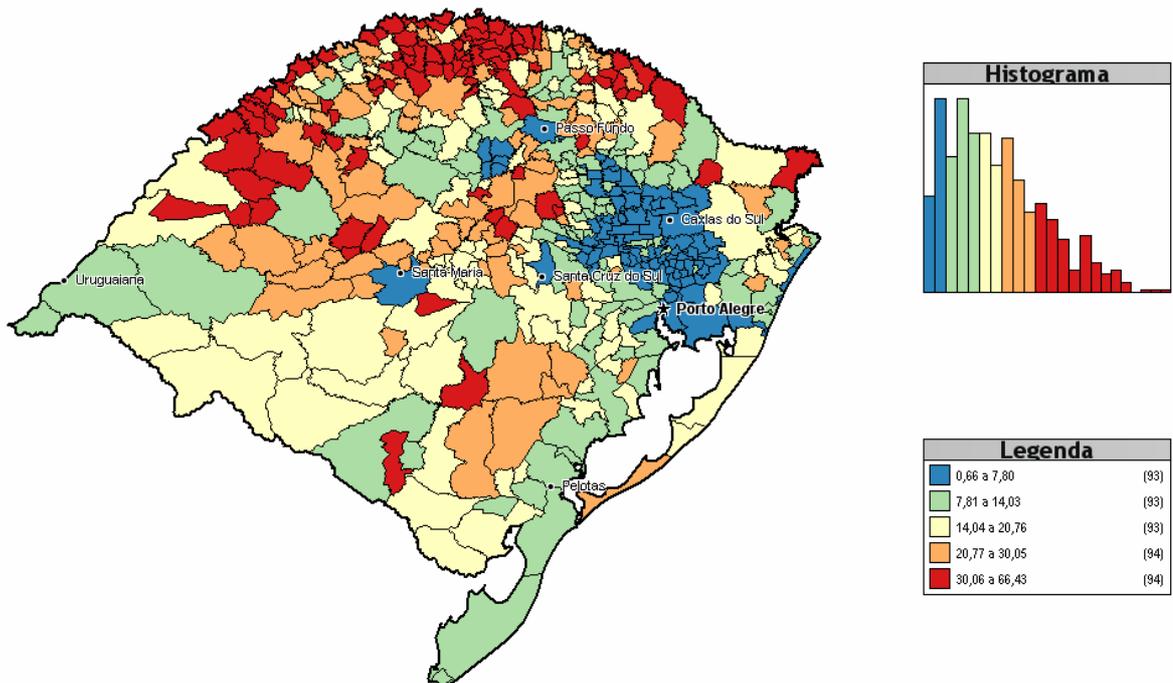
Fonte: PNUD/IPEA

Figura 6 - Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50, 2000
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



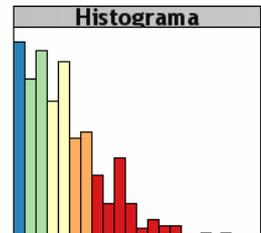
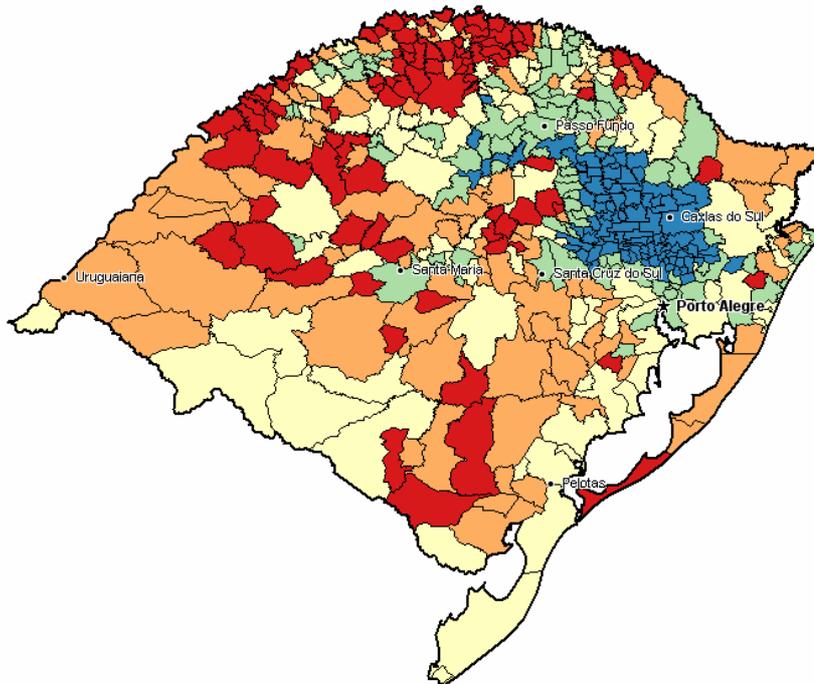
Fonte: PNUD/IPEA

Figura 7 - Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75, 1991
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: PNUD/IPEA

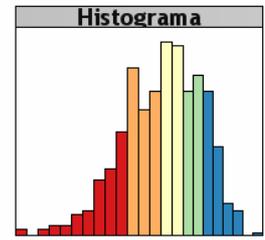
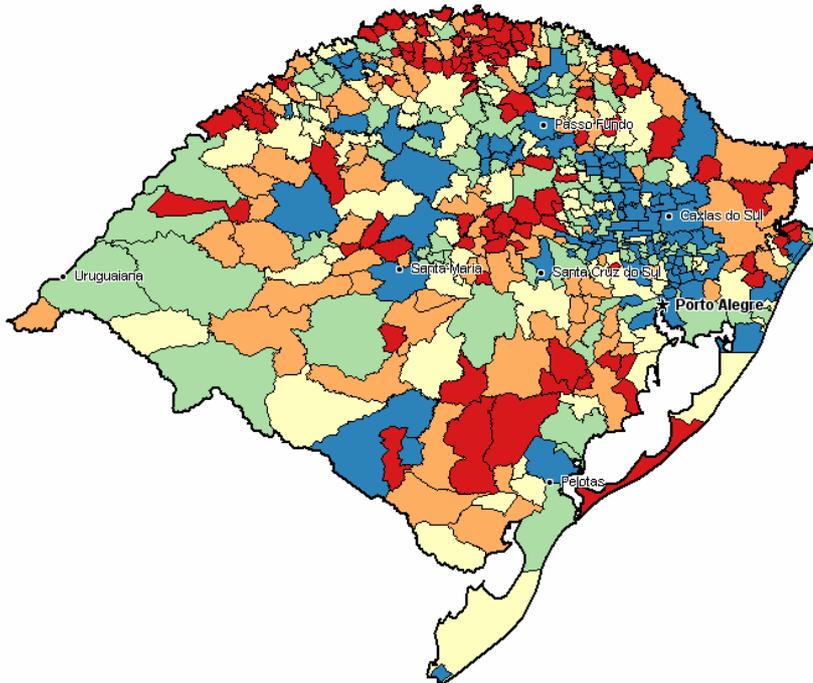
Figura 8 - Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75, 2000
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



Legenda		
0,49 a 3,77	(93)	
3,78 a 6,90	(93)	
6,91 a 10,51	(95)	
10,52 a 15,78	(92)	
15,79 a 51,28	(94)	

Fonte: PNUD/IPEA

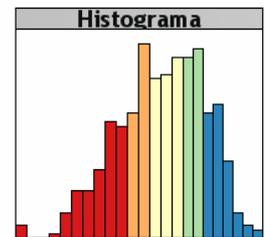
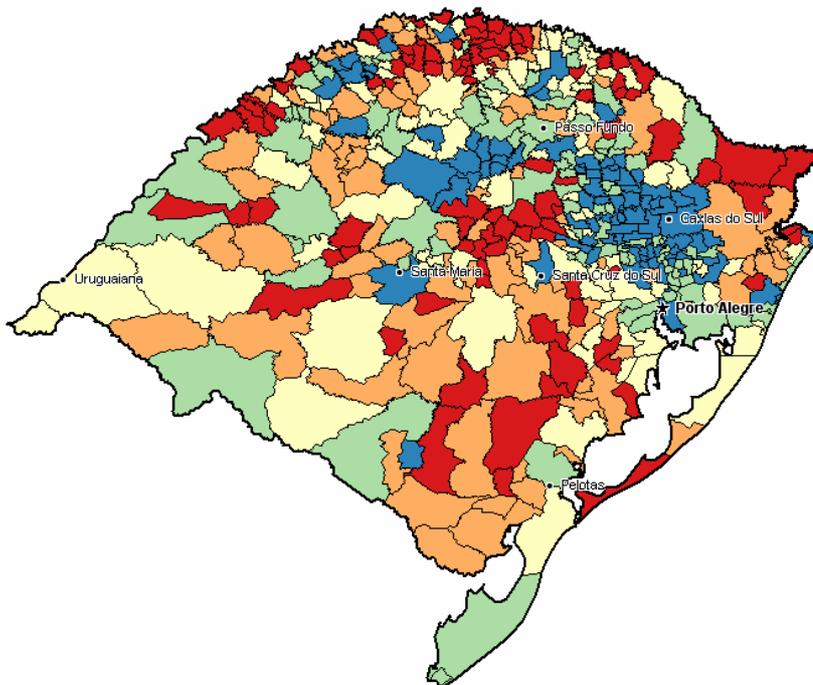
Figura 9 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



Legenda	
0,551 a 0,671	(95)
0,672 a 0,702	(93)
0,703 a 0,725	(95)
0,726 a 0,747	(93)
0,748 a 0,824	(91)

Fonte: PNUD/IPEA

Figura 10 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul

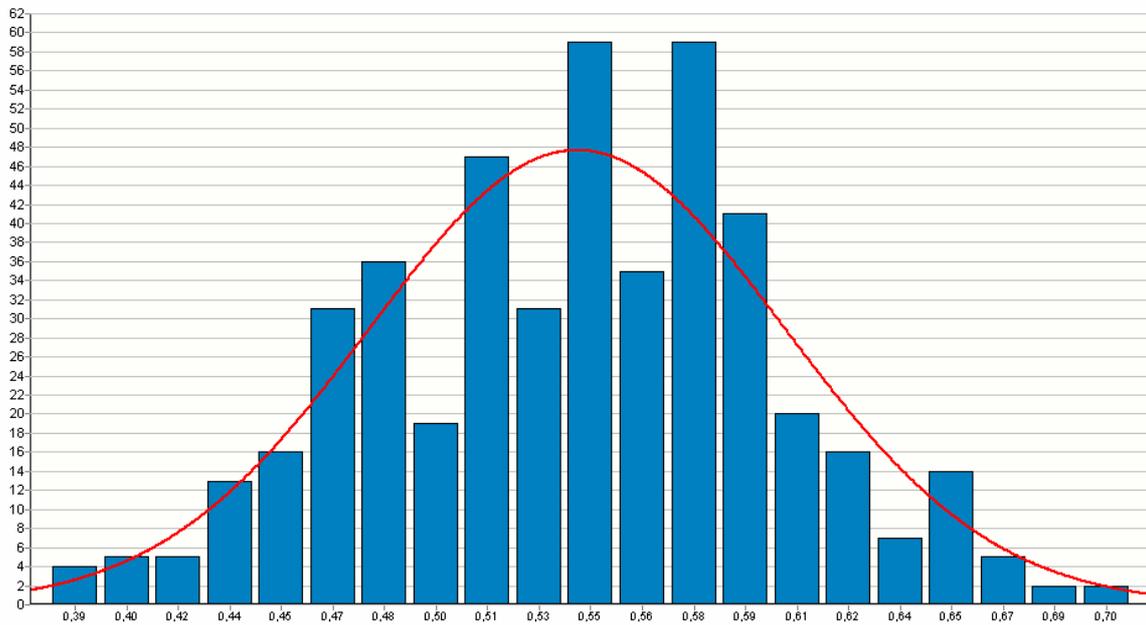


Legenda	
0,666 a 0,753	(95)
0,754 a 0,776	(96)
0,777 a 0,797	(92)
0,798 a 0,816	(95)
0,817 a 0,870	(89)

Fonte: PNUD/IPEA

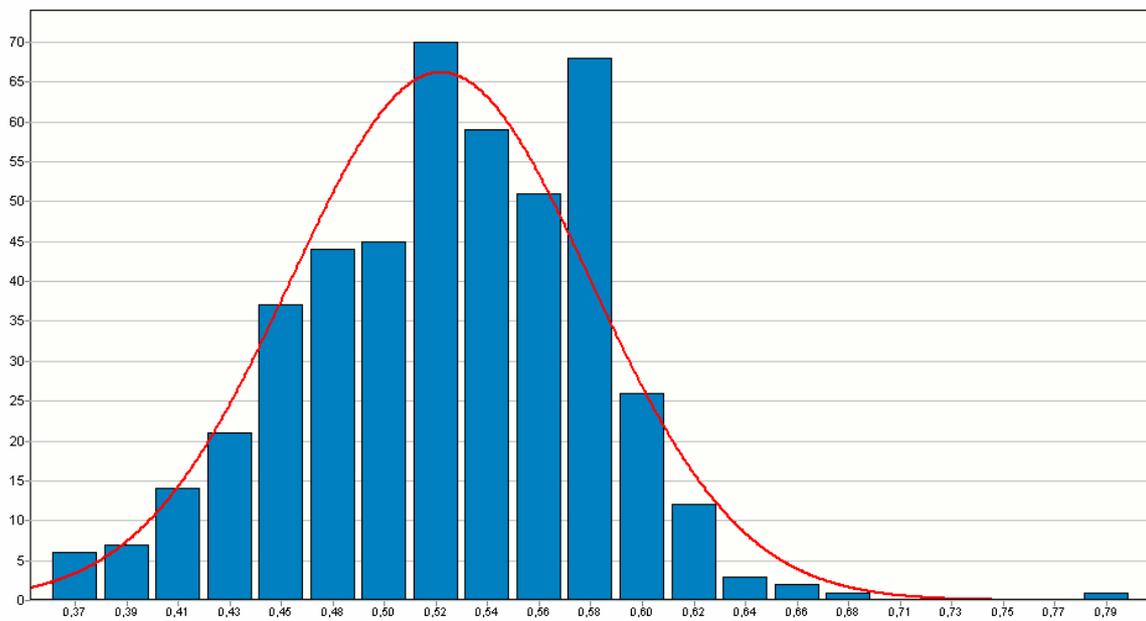
3. Histogramas

Figura 1 - Índice de Gini, 1991
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



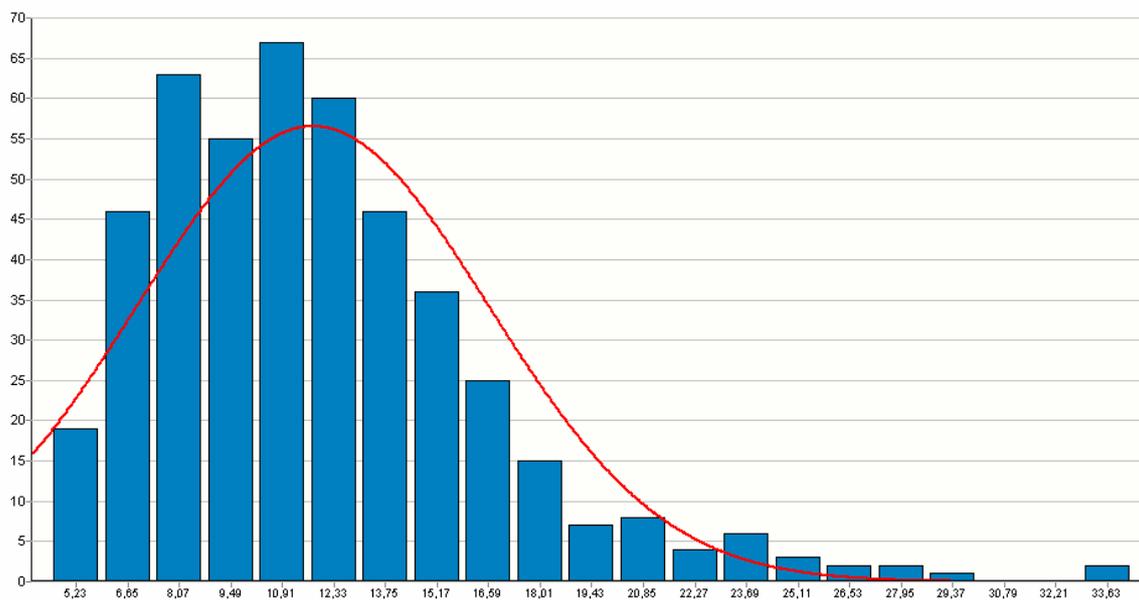
Fonte: PNUD/IPEA

Figura 2 - Índice de Gini, 2000
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



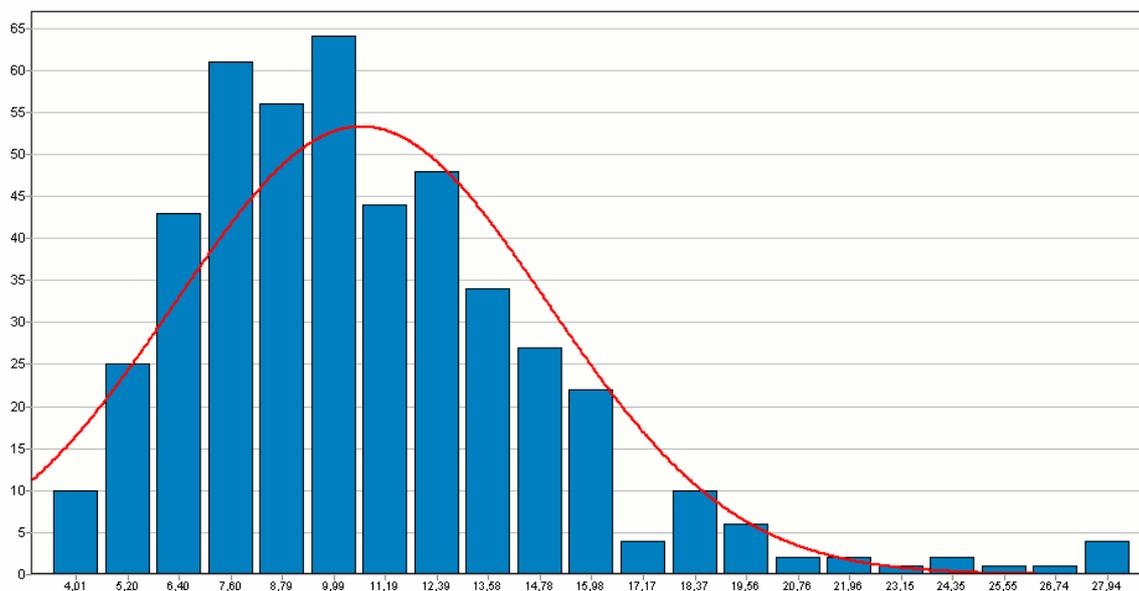
Fonte: PNUD/IPEA

Figura 3 - Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, 1991
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



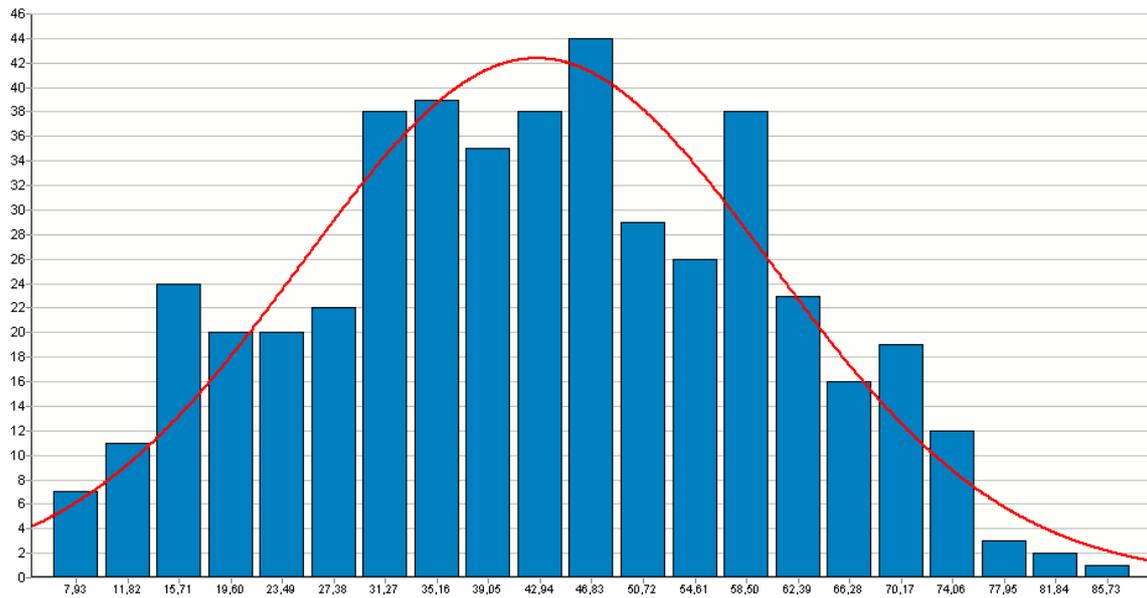
Fonte: PNUD/IPEA

Figura 4 - Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, 2000
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



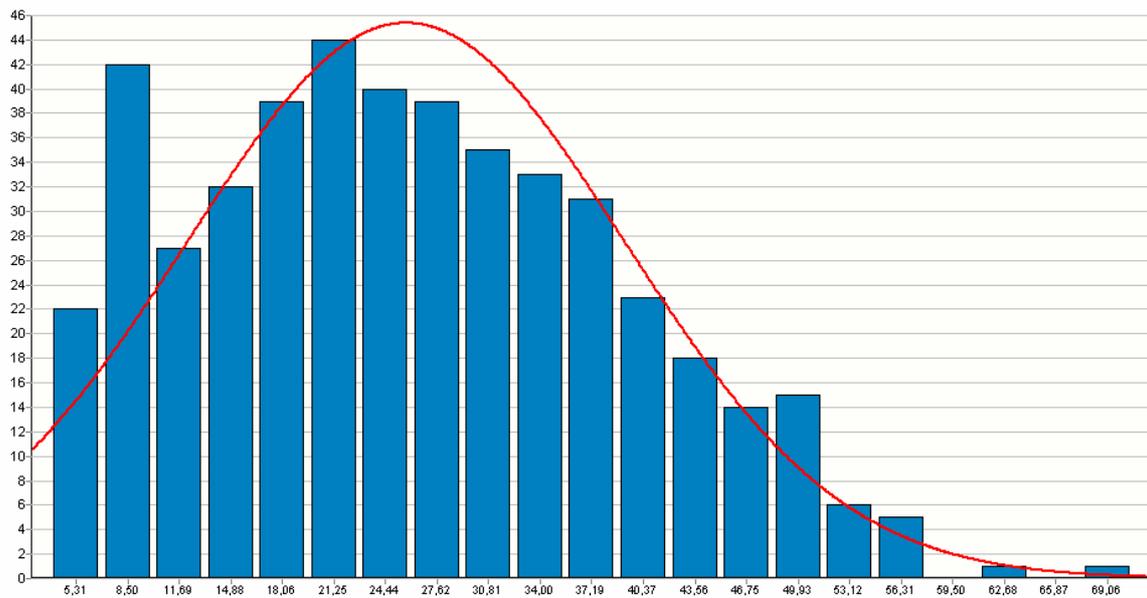
Fonte: PNUD/IPEA

Figura 5 - Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50, 1991
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



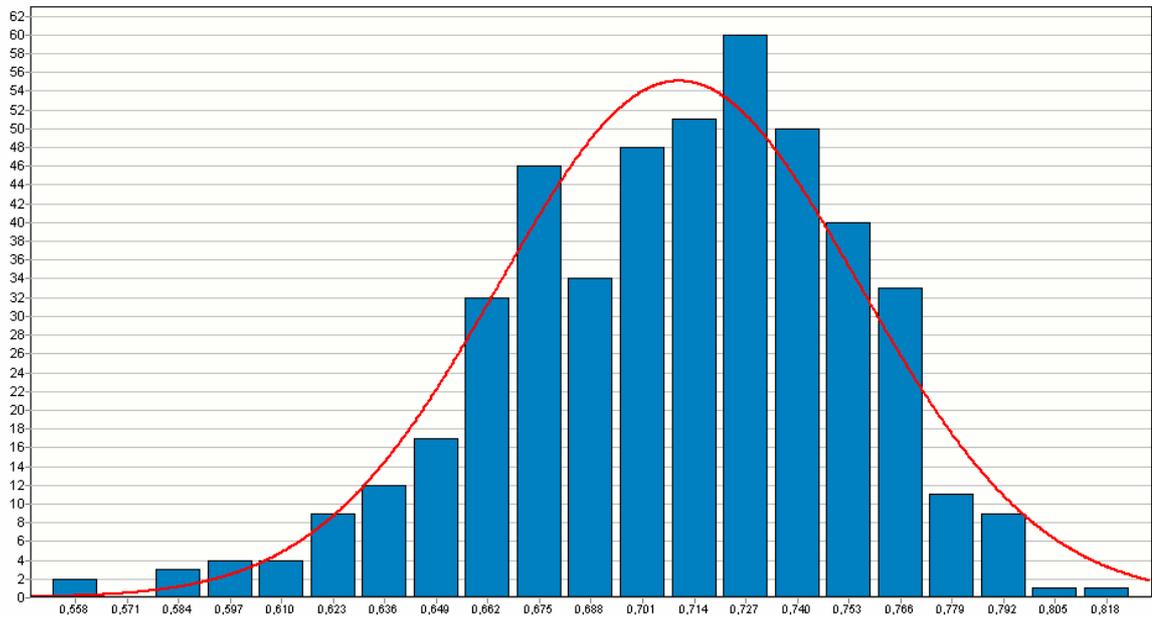
Fonte: PNUD/IPEA

Figura 6 - Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50, 2000
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



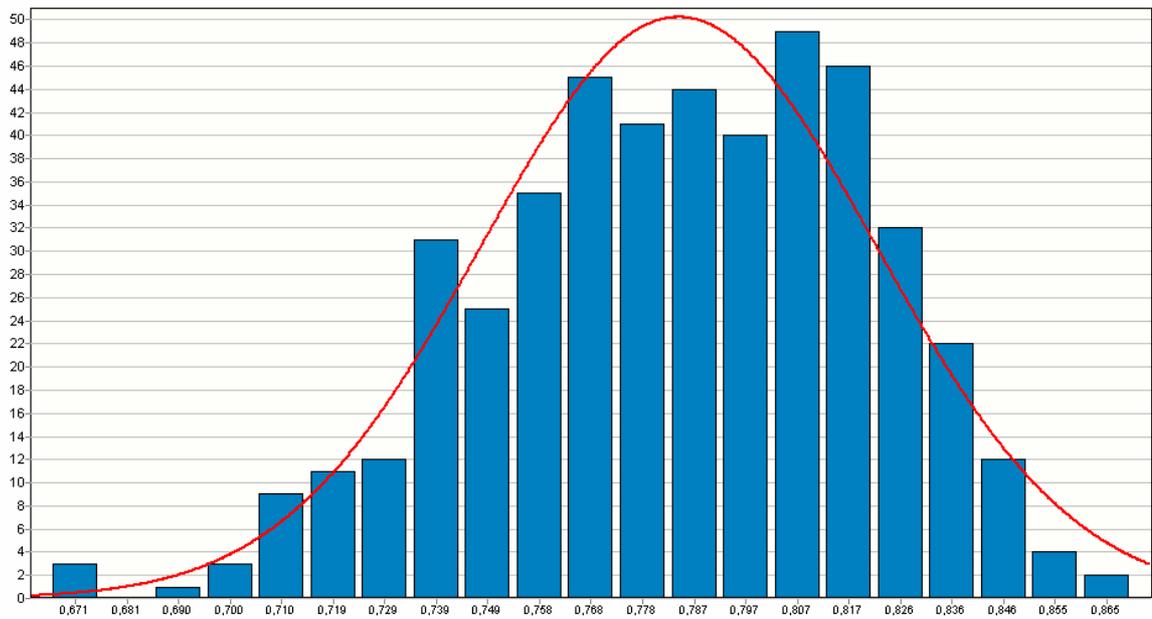
Fonte: PNUD/IPEA

Figura 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: PNUD/IPEA

Figura 8 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: PNUD/IPEA